



PROFHISTÓRIA

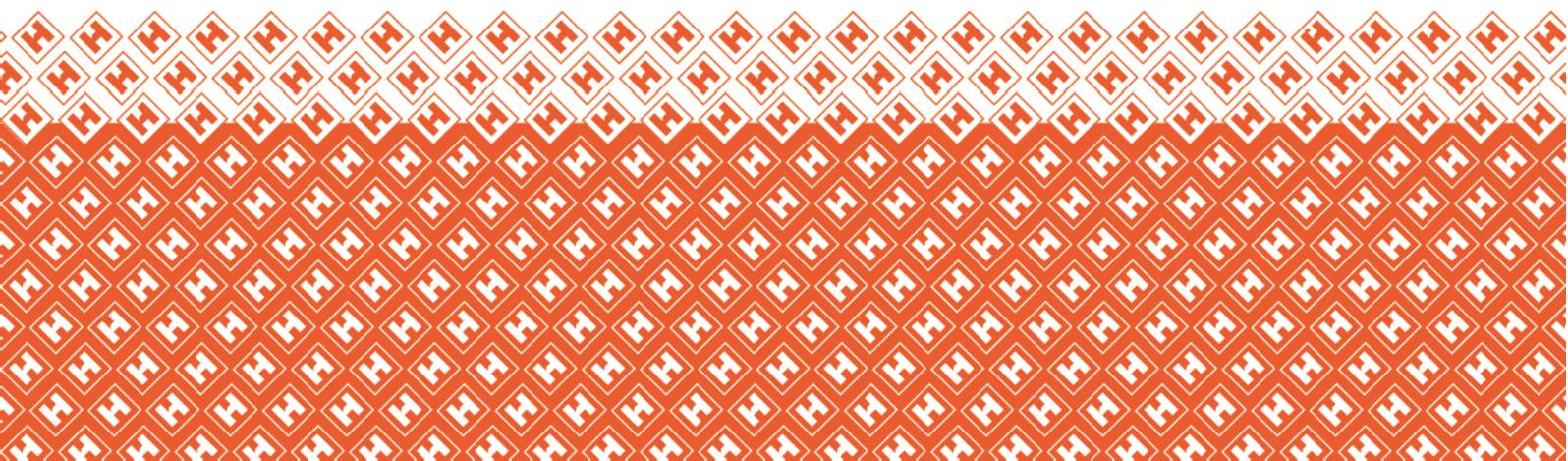
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

NARCISO AMÂNCIO DA SILVA

USO DA HISTÓRIA LOCAL, NO ENSINO DE HISTÓRIA, PARA UMA
APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

JULHO/2025



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO –
DEDC I PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL - PROFHISTÓRIA**

**Uso da história local, no ensino de história, para uma aprendizagem
significativa**

Dissertação apresentada no Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA), da Universidade do Estado da Bahia, Campus Salvador, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ensino de História, sob a orientação da Professora Dra. Sara Oliveira Farias.

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pelo SISB/UNEB.
Dados fornecidos pelo próprio autor.

S586u

Silva, Narciso Amâncio da

Uso da história local, no ensino de história, para uma aprendizagem significativa / Narciso Amâncio da Silva. Orientador(a): Sara Oliveira Farias. Farias. Salvador, 2025.

116 p : il.

Dissertação (Mestrado Profissional). Universidade do Estado da Bahia. Programa de Pós-Graduação em Ensino de História - PROFHISTORIA, Salvador. 2025.

Contém referências, anexos e apêndices.

CDD: 901

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO –
DEDC I PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL - PROFHISTÓRIA**

**Uso da história local, no ensino de história, para uma aprendizagem
significativa**

Dissertação apresentada no Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA), da Universidade do Estado da Bahia, Campus Salvador, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ensino de História, sob a orientação da Professora Dra. Sara Oliveira Farias.

Banca Examinadora:

**Profa. Dra. Sara Oliveira Farias (orientadora)
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)**

**Profa. Dra. Ana Maria Carvalho dos Santos (avaliadora externa)
Universidade Estadual de Feira de Santana (UFES)**

**Profa. Dra. Lina Maria Brandão de Aras (avaliadora interna)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)**

Aprovada em: 23/05/2025

Agradecimentos

Com certeza, se não fosse pelo apoio encontrado ao longo dessa trajetória, correríamos o risco de nos perder no caminho. Por isso dedico este trabalho a pessoas especiais que nos ajudaram a permanecer firmes na caminhada. Agradeço muito ao incentivo da minha família, em nome da minha mãe, Maria de Lourdes Amâncio da Silva, que com sua simplicidade, tem me ajudado a perseguir objetivos e desafios ao longo da vida.

À minha esposa Jomara Oliveira de Carvalho Silva, pelo apoio, paciência e compreensão. Aos meus filhos Maria Fernanda de Carvalho Silva e João Artur de Carvalho Silva, por serem minha maior inspiração, por me ensinarem diariamente sobre amor, paciência e resiliência. Cada sorriso, cada gesto de carinho e cada conquista de vocês enchem meu coração de alegria e orgulho. Sou grato por tê-los em minha vida e por todo o amor que compartilhamos.

À minha orientadora Profa. Dra. Sara Oliveira Farias, a quem agradeço pela dedicação, profissionalismo, competência e orientações sempre muito valiosas.

Aos colegas do mestrado, turma 2023, que dividiram comigo aprendizados, ideias, angústias e desafios, construindo um ambiente de trocas que favoreceu nosso crescimento intelectual. Agradeço também aos professores do Profhistória da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), cujas aulas e contribuições ampliaram meus horizontes e fortaleceram minha formação.

Agradeço aos alunos da turma do 7º V2 (2024) da Escola Municipal Agripina de Lima Pedreira pela participação e disponibilidade nas atividades de pesquisa e pela valiosa contribuição nos resultados deste trabalho.

À professora Ana Cristina Martins, por compartilhar do seu acervo particular e pela dedicação de mobilizar outras fontes para contribuir com a nossa pesquisa.

Em especial a Deus, razão da nossa existência.

RESUMO

Este trabalho foi desenvolvido a partir de reflexões baseadas no ensino de história. Na busca constante por estratégias pedagógicas que venham a tornar possível o pensar da história ensinada em acordo com a história vivida. Intitulado “Uso da história local, no ensino de história, para uma aprendizagem significativa”, este trabalho tem por objetivo fundamental investigar como a história local pode contribuir para uma aprendizagem mais significativa no ensino de história. A metodologia de estudo da história local através de aulas de campo e análise de documentos em sala de aula, nortearam a elaboração da pesquisa. Estudar a partir daquilo que está próximo e que faz parte do cotidiano do aluno é pressuposto básico para uma aprendizagem mais significativa. Além da dissertação, como parte integrante da pesquisa há uma caixa de história, como material didático, para servir de apoio às aulas sobre a história de São Gonçalo dos Campos. Essa caixa conta, em seu exterior, com desenhos de locais históricos do município, e no seu interior divide-se em quatro seções, com documentos ligados a: fundação, aspectos socioeconômicos, festas populares e fotografias antigas da cidade.

Palavras-chave: ensino de história; aprendizagem significativa; história local; São Gonçalo dos Campos.

ABSTRACT

This work was developed based on reflections based on the Teaching of History. In the constant search for pedagogical strategies that make it possible to think about the history taught in accordance with the history lived. Entitled “Use of Local History in the Teaching of History for Meaningful Learning”, this work has the fundamental objective of investigating how local history can contribute to more meaningful learning in the teaching of history. The methodology of studying Local History through field classes and analysis of documents in the classroom guided the elaboration of the research. Studying from what is close and that is part of the student's daily life is a basic premise for more meaningful learning. In addition to the dissertation, as an integral part of the research, there is a history box, as teaching material, to support classes on the history of São Gonçalo dos Campos. This box has drawings of historical sites in the municipality on the outside, and the inside is divided into four sections, with documents related to the foundation, socioeconomic aspects, popular festivals and old photographs of the municipality.

Keywords: history teaching; meaningful learning; local history; São Gonçalo dos Campos.

LISTA DE IMAGENS

Figura 1 – Mapa de São Gonçalo dos Campos - BA	23
Figura 2 – Fonte da Gameleira, em São Gonçalo dos Campos	26
Figura 3 – Foto de uma nascente, “fontinha”, em São Gonçalo dos Campos	27
Figura 4 – Ornamentação da festa de São João em São Gonçalo dos Campos	30
Figura 5 – Procissão em homenagem a Nossa Senhora da Boa Morte	31
Figura 6 – Antiga estação ferroviária de São Gonçalo dos Campos	32
Figura 7 – Mapa original das estradas de ferro da Bahia	33
Figura 8 – Igreja Matriz de São Gonçalo dos Campos	34
Figura 9 – Antigo Mercado municipal de São Gonçalo dos Campos	36
Figura 10 – Prédio antigo da Escola Agripina de Lima Pedreira	37
Figura 11 – Prédio atual da Escola Municipal Agripina de Lima Pedreira	38
Figura 12 – Visita à igreja matriz de São Gonçalo dos Campos (2024)	63
Figura 13 – Visita à torre da igreja matriz de São Gonçalo dos Campos (2024)	64
Figura 14 – Visita à fonte da gameleira (2024)	65
Figura 15 – Ladeira de acesso a Fonte da Gameleira (2024)	67
Figura 16 – Visita ao antigo Mercado de São Gonçalo dos Campos	68
Figura 17 – Visita à antiga estação ferroviária de São Gonçalo dos Campos	69
Figura 18 – Matéria do jornal, O Campesino, de 1921	72
Figura 19 – Alunos da Escola Agripina de Lima Pedreira (2024)	73
Figura 20 – Mostra de vídeo para alunos do 7º V2 da Escola Agripina de Lima Pedreira (2024)	76
Figura 21 – Desenhos de alunos do 7º V2 da Escola Municipal Agripina de Lima Pedreira (2024)	78
Figura 22 – Imagens da caixa de história de São Gonçalo dos Campos (2024)	84
Figura 23 – Imagem do local, no povoado da Cruz, onde Gonçalo Macário teria fixou o cruzeiro	87
Figura 24 – Mapa-mundi	88
Figura 25 – Mapa do Brasil	88
Figura 26 – Mapa do recôncavo baiano elaborado por Theodoro Fernandes Sampaio em 1899	89
Figura 27 – Mapa de São Gonçalo dos Campos no Recôncavo baiano	90
Figura 28 – Recorte do jornal NoiteDia de 28 de julho de 1999, em homenagem aos 115 anos do município	92
Figura 29 – Vídeo de Geraldo Pereira sobre a fundação de São Gonçalo dos Campos ... 93	
Figura 30 – Lei de emancipação de São Gonçalo dos Campos	93
Figura 31 – Dados econômicos e sociais de São Gonçalo dos Campos	95
Figura 32 – Dados econômicos de São Gonçalo dos Campos	96
Figura 33 – Dados econômicos de São Gonçalo dos Campos	97
Figura 34 – Dados econômicos de São Gonçalo dos Campos	98
Figura 35 – Dados de abertura de empresas em São Gonçalo dos Campos e região	99
Figura 36 – Imagem da festa em louvor a São Gonçalo, padroeiro do município	101
Figura 37 – Imagem da ornamentação para os festejos juninos, em São Gonçalo dos Campos	101
Figura 38 – Imagem da festa da Boa Morte, no interior da igreja matriz de São Gonçalo dos Campos	102

Figura 39 – Imagem da ponte (o pontilhão), por onde passava o trem, em São Gonçalo dos Campos	103
Figura 40 – Imagem da antiga feira livre, na praça J.J. Seabra, de São Gonçalo dos Campos	104
Figura 41 – Imagem de mulheres destalando e selecionando fumo	105
Figura 42 – Imagem da antiga linha do trem e do armazém de fumo da COPATA (Companhia Panamericana de Tabacos) em São Gonçalo dos Campos	105
Figura 43 – Imagem do interior da Igreja Matriz de São Gonçalo dos Campos, antes da reforma	106
Figura 44 – Imagens de uma cadeira particular da Igreja Matriz de São Gonçalo dos Campos	106
Figura 45 – Imagem de um recorte de jornal que dá existência a um álbum de 1928, sobre São Gonçalo dos Campos.....	107
Figura 46 – Imagem da frente e verso de um cartão postal distribuído, durante o centenário (1984) de São Gonçalo dos Campos	108

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
CAPÍTULO I - SÃO GONÇALO DOS CAMPOS, “A CIDADE JARDIM”: ANTECEDENTES HISTÓRICOS	23
1.1 O passado fumageiro: auge e decadência	28
1.2 População de São Gonçalo dos Campos: uma das cidades mais negras do Brasil. 35	
1.3 Jornais, cultura e festas populares e lazer em São Gonçalo dos Campos.....	37
1.4 Locais históricos de São Gonçalo dos Campos	41
CAPÍTULO II: ENSINO DE HISTÓRIA, HISTÓRIA LOCAL E A APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA: FUNDAMENTOS TEÓRICOS	49
2.1 Os desafios do ensino de história no Brasil	49
2.2 Ensino de história na Bahia: o exemplo do Liceu	53
2.3 História local: conceito, limites e possibilidades.....	56
2.4 Marcos legais da história local	61
2.5 História local e aprendizagem significativa.....	63
CAPÍTULO III: AULAS DE CAMPO E OFICINAS DE HISTÓRIA COMO ESTRATÉGIAS PARA UMA APRENDIZAGEM MAIS SIGNIFICATIVA	71
3.1 Visita à igreja matriz e praça Bráulio Seixas.....	73
3.2 Visita à fonte da gameleira, mercado popular e antiga estação ferroviária.....	75
3.3 Oficina de história: trabalhando com documentos em sala de aula.....	80
CAPÍTULO IV. PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO: “CAIXA DE HISTÓRIA LOCAL”	91
4.1. O que é uma caixa de história?	91
4.2 Confecção e organização da caixa de história de São Gonçalo dos Campos	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
REFERÊNCIAS	121

INTRODUÇÃO

O momento histórico que se vive na educação, exige uma reflexão sobre as estratégias usadas para o ensino de história em sala de aula, visto que os alunos da referida disciplina estão sempre reclamando e desmotivados em estudá-la, e isso só reforça os desafios a serem mitigados pelo docente.

Ensinar história requer do professor a habilidade de buscar sentido e significado para o conhecimento que ministra. Ciente de que não se consegue ensinar a quem não quer aprender, e de que não reside, apenas no professor, a culpa da crise educacional que assola o país, refletir e repensar sobre a escola, o papel docente e o ensino de história constituem pressupostos básicos e necessários para produzir um senso crítico e criar cidadania num alunado muito carente de atenção e de cuidado no sistema público educacional, no Brasil.

Sou professor de história, lotado na Secretaria de Educação de São Gonçalo dos Campos desde 1993, e na Secretaria de Educação do Estado da Bahia desde 2001. Pelo município leciono na Escola Municipal Agripina de Lima Pedreira, onde estudei durante todo o período do fundamental (anos iniciais), e que será o espaço onde a pesquisa se desenvolverá. Nesse período a unidade funcionava num casarão doado pela família Pedreira, situado no centro da cidade. Atualmente está sediada num prédio construído na Avenida Arthur Magalhães, inaugurado em 1986. O vínculo estabelecido com a escola, com os estudantes e com a própria comunidade motivam a busca por uma educação de qualidade mais condizente, conforme demandas mais atuais e centrada em uma aprendizagem mais significativa.

O ensino de história no Brasil enfrenta diversos desafios, que vão desde questões estruturais até disputas políticas sobre os conteúdos a serem abordados. Essas questões impactam tanto os professores quanto os alunos, dificultando a construção de um aprendizado mais eficaz.

Considerando o cenário da escola pública, os professores de história também deparam com questões como, a falta de interesse dos alunos, a dificuldade em tornar a história relevante para a vida cotidiana, a necessidade de lidar com a indisciplina, a escassez de recursos e precarização estrutural. Além disso, a desvalorização profissional, a carga horária excessiva e a falta de apoio familiar também são obstáculos a serem superados.

Diante de tais obstáculos, rever a prática em sala de aula e as estratégias didáticas torna-se imprescindível, uma vez que a aprendizagem do estudante é o objetivo principal. Ao longo

dos anos, na vivência docente e experiências acumuladas foi possível constatar que as narrativas históricas selecionadas e trabalhadas em sala de aula, a partir dos manuais didáticos, não atraíam a devida atenção da classe. A maioria dos alunos concentra seu interesse somente nos exames finais e na pontuação. Além disso, há um flagrante descaso e desinteresse, que se estende pelas demais disciplinas, como relatam professores em todas as reuniões de coordenação da escola.

Baseado nesse cenário, e pautado no papel emancipatório que o ensino de história propõe, surgem vários questionamentos sobre a nossa prática, principalmente em relação à seleção de conteúdos ministrados na disciplina, em especial no sétimo ano. Aqui, fica evidente uma completa desconexão daquilo que é apresentado no currículo oficial em relação à realidade do lugar e cotidiano do estudante. Essa lacuna entre o que é estudado e o vivido pode estar distanciando e contribuindo para o desinteresse apresentado nas aulas. Propor alternativas, como partir do estudo de temas ligados à história local, associando-os a assuntos mais gerais, será uma das estratégias adotadas neste trabalho, com o intuito de produzir motivação e alcançar resultados mais significativos nas aulas de história.

Ciente dos desafios no campo da Educação e em especial do ensino de história, o presente trabalho visa elucidar de que forma o uso da história local pode contribuir para alcançar uma aprendizagem mais significativa.

Dividimos a dissertação em quatro capítulos. No primeiro, intitulado *São Gonçalo dos Campos, “a Cidade Jardim”, antecedentes históricos*, trabalharemos a contextualização de São Gonçalo dos Campos, desde história do município, destacando aspectos ligados ao passado de pertencimento a Cachoeira, a importância da cultura fumageira para o desenvolvimento econômico e social da região. Destacamos também a relação entre o período colonial com o desbravamento de terras para as atividades econômicas ligadas à agricultura, pecuária e mineração, e sua relação com a fundação de São Gonçalo dos Campos.

No segundo capítulo, intitulado *Ensino de história, história local e aprendizagem significativa: fundamentos teóricos*, faremos uma discussão sobre as principais categorias que nortearão a pesquisa, iniciando pelos desafios enfrentados pelo ensino de história no Brasil e na Bahia. Abordaremos o conceito e as possibilidades do uso da história local, no ensino da história, bem como os marcos legais para sua utilização. E analisaremos o conceito de aprendizagem significativa que se refere ao processo pelo qual novas informações são integradas ao conhecimento prévio de um indivíduo, tornando-se significativas e relevantes

para ele. Para isso utilizaremos estudos de David, Ausubel, Marco Antônio Moreira e Vygotsky.

No terceiro capítulo, intitulado *Aulas de campo e oficinas de história como estratégia para uma aprendizagem mais significativa*, faremos uma discussão teórica a respeito de aulas de campo e oficinas e narraremos como foi desenvolvido o trabalho com a turma do 7º V2, tanto em sala de aula com análises de documentos, como nas saídas pedagógicas a locais históricos do município, em companhia da coordenação e da professora de geografia, caracterizando um trabalho interdisciplinar.

Já no quarto e último capítulo, intitulado *Produção de material didático: “a caixa de história”* abordaremos o projeto da caixa de história criado em 2004, coordenado pela historiadora Helenice Rocha, da Faculdade de Formação de Professores (FFP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em São Gonçalo, no Rio de Janeiro. Esse projeto serviu de inspiração para a produção do nossa SMA - Solução Mediadora de Aprendizagem, que será também uma caixa de história sobre São Gonçalo dos Campos. Aqui relataremos os passos para a produção da caixa, bem como a seleção de documentos que comporão o material didático do interior da caixa. É válido salientar que caixa foi produzida em MDF, com algumas ilustrações, desenhadas por um artista local, que retratam espaços históricos do município, objetivando chamar atenção dos alunos, também, pelo visual apresentado.

habitantes (IBGE, 2022). Considerada a “cidade Jardim”, pelo verde característico, antigamente atraía os enfermos de tuberculose ao município, pois seu clima era considerado propício ao tratamento. Esse teria sido um dos motivos da presença de D. Pedro II na região, inclusive em São Gonçalo dos Campos, no dia 06 de novembro de 1859, como relatam Teixeira e Andrade (1984, p. 113).

A sua posição geográfica e as estradas de boiada que cortam o seu território lhe asseguraram prestígio desde os tempos em que toda a influência política e econômica do estado encontrava-se no Recôncavo Baiano, em função do açúcar, do fumo e do porto de Cachoeira, principal escoadouro de comercialização por onde chegavam as mercadorias que se destinavam ao sertão ou que vinham do interior e se dirigiam a Salvador (Lessa, 2012, p. 23).

O território do município de São Gonçalo dos Campos é banhado pelos rios Paraguaçu e Jacuípe, os mais importantes e navegáveis por canoa; e os rios Sergi, Acre, Itaquari, Murundu, Pindoba e Subaé. Neste existem duas quedas d’água: Campanário e Botelho, próximas da Vila de Afligidos (Teixeira e Andrade, 1984).

Possui um relevo distribuído entre tabuleiros e planaltos costeiros, com aparência elevada e acidentada, mas sem registro de serras. Essas elevações não ultrapassam sua altitude média de 235 metros. Seu solo apresenta características de podzólico vermelho e brunizem avermelhado (Teixeira e Andrade, 1984).

Ainda, segundo Teixeira e Andrade (1984), o clima de São Gonçalo dos Campos é subtropical, parcialmente incluído no polígono das secas. Seu período chuvoso está distribuído entre os meses de abril a junho e de setembro a dezembro. Sua temperatura anual é em média 24.3°C, e já foi destaque na tradição baiana como propício à cura de moléstias e benéfico para a saúde.

Costumava-se destacar, dentre os que aí se instalaram em busca de bons ares para a saúde, o ex-governador da Bahia, Juracy Magalhães, quando interventor do Estado. Acometido de “fraqueza pulmonar”, permaneceu por três meses na sede do município de São Gonçalo, esta estada significando “transferência de governo”, pois ali recebia seus auxiliares e despachava os negócios do Estado (Teixeira e Andrade, 1984, p. 15).

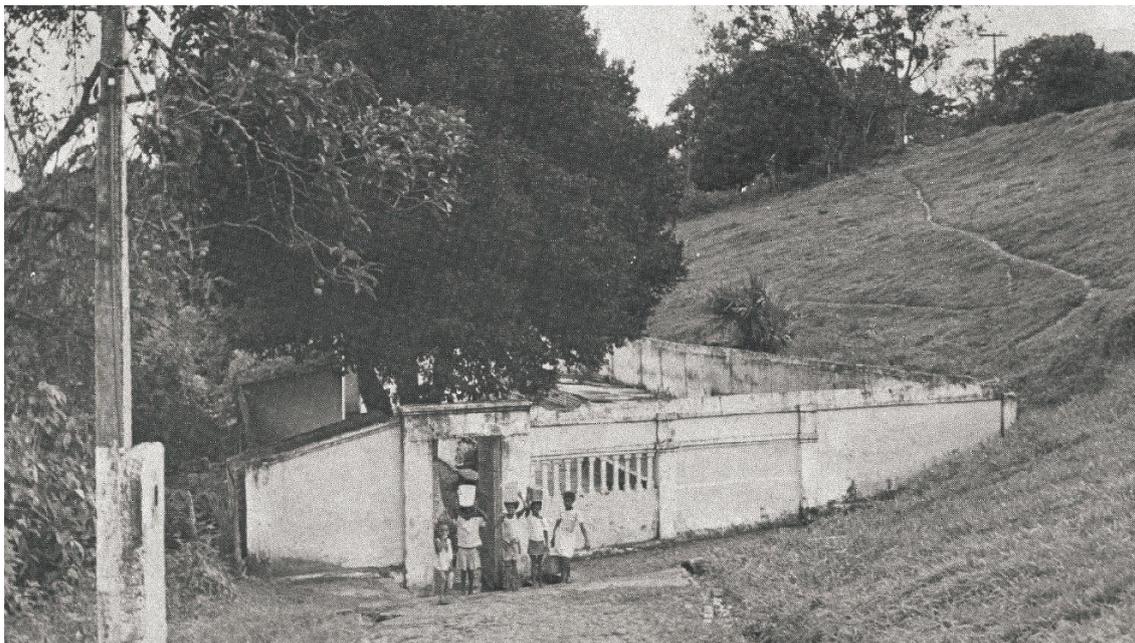
Diante deste relato, registra-se a importância do clima de São Gonçalo, que o fez capital do Estado por três meses, tornando-se centro das decisões políticas da Bahia.

Fatos como este, colocados em sala de aula, reforçam a importância da história local e mostram aos alunos o quanto o lugar onde eles vivem foi marcante na trajetória da história regional e muitas vezes no cenário nacional.

A história de São Gonçalo dos Campos está inserida no projeto colonizador e atrelada ao município de Cachoeira, pois São Gonçalo dos Campos, durante o período colonial até 1884, data de sua emancipação política, pertencia àquela cidade e era conhecida como “Campos da Cachoeira”. No período colonial, Cachoeira era um importante núcleo de povoamento e de produção econômica, não só pela produção de açúcar, mas também por causa do fumo. Os currais de gado, por seu turno, não se aclimatando na região, foram gradualmente deslocados para os campos mais altos, os Campos da Cachoeira. Segundo Teixeira e Andrade (1984, p. 26) “É improvável que a criação de gado bovino tivesse contribuído para o povoamento, dadas as características da extrema mobilidade dos rebanhos”. Afirmam que foram as plantações de cana-de-açúcar, e principalmente de fumo, que constituíram os reais motivos de fixação do homem à terra. Consideram também que a qualidade de solo e do clima mostraram aos primeiros povoadores a vantagem de se dedicarem à lavoura fumageira, marcante na história econômica da região.

A História de fundação do município está relacionada com o aparecimento de uma imagem do santo São Gonçalo na área denominada Campos da Cachoeira, no início do século XVIII, onde foi construída uma capela com o nome de São Gonçalo do Amarante, em torno da qual se formou um arraial de Jesuítas e nativos (Teixeira e Andrade, 1984). Baseada na tradição oral, Lessa (2011) afirma que a formação do arraial foi fruto do aparecimento, considerado milagroso, da imagem de São Gonçalo, onde hoje é a sede do município, mais especificamente na Fonte da Gameleira, que passou a ser considerada milagrosa. Isso motivou a construção de uma capela consagrada ao santo São Gonçalo. E ainda sobre essas aparições milagrosas de santos, Lessa ressalta que “esses episódios de achamento de santo se repetem em Santo Amaro, Santo Estêvão e em outros municípios. E que essas histórias de santos teimosos fazem parte da religiosidade popular portuguesa” (Lessa, 2011, p. 28).

Figura 2 – Fonte da Gameleira, em São Gonçalo dos Campos



Fonte: Teixeira; Andrade (1984, p. 156).

A figura acima refere-se à Fonte da Gameleira, que está situada na rua Nascimento Ferreira, paralela ao cemitério. Dessa forma, a fonte fica em frente ao cemitério. O nome se deve a um grande pé de gameleira existente no local. A fonte era considerada milagrosa, em virtude do aparecimento da imagem de São Gonçalo em meados do século XVII, o que motivou a construção de uma capela sob o orago de São Gonçalo do Amarante, e em torno da qual se formou o arraial, que foi elevado à condição de freguesia durante a estada no Brasil do quarto Arcebispo da Bahia, D. João Franco de Oliveira, que chegou à Bahia em 05 de dezembro de 1692, permanecendo aqui até 28 de agosto de 1700. Os relatórios de suas atividades no Arcebispado da Bahia, datados de 1694, estão atualmente guardados na Biblioteca do Vaticano e descrevem as freguesias existentes na região naquele ano, incluindo a de São Gonçalo dos Campos, o que comprova sua existência já neste período (Lessa, 2011).

Durante todo esse período ainda não havia saneamento básico em São Gonçalo dos Campos. Dessa forma, a fonte da Gameleira tinha importância vital para a população por causa do abastecimento de água. Conta a tradição oral que a Igreja Matriz foi construída na segunda metade do século XVIII, com braços escravizados e água da Fonte da Gameleira, financiada por Romão Gramacho Falcão, próspero bandeirante e devoto de São Gonçalo (Barbosa, 1972).

Segundo Lessa (2011), questões envolvendo a epidemia de cólera, em meados do século XIX, e a instalação do cemitério no centro da vila de São Gonçalo, logo acima da fonte da

gameleira, associado ao discurso higienizador, envolvendo, inclusive a câmara de vereadores e autoridades locais, colocou em xeque a qualidade da água da fonte da gameleira.

O século XX assistiu tanto à decadência física da Fonte da Gameleira, vítima do vandalismo, como à sua desvalorização cultural, pois a juventude não está informada sobre o seu significado, sua memória e tampouco sobre a relevância do local para a formação religiosa do município. Daí a importância de resgatar questões como essa, em sala de aula, para contribuir com a preservação patrimonial e histórica de monumentos e equipamentos municipais. Para parte da população local, afirma Lessa (2011), essa decadência é resultado do sistema de abastecimento de água encanada, da proliferação de boatos de que a água do cemitério estava contaminando a fonte, e da falta de uma política de preservação histórica e de incentivo ao turismo por parte das autoridades civis e religiosas, além da descoberta de outra fonte de água – “a fontinha” – que atraiu, em certa medida, a população, como mostra a imagem abaixo (Lessa, 2011).

Figura 3 – Foto de uma nascente, “fontinha”, em São Gonçalo dos Campos



Fonte: Acervo do autor.

O município foi criado a partir do território da freguesia de São Gonçalo dos Campos da Cachoeira e de Nossa Senhora do Resgate das Umburanas, que foram desmembrados de Cachoeira por Lei Provincial de 28.07.1884, chamando-se então São Gonçalo dos Campos. Em

1931, teve o nome simplificado para São Gonçalo, mas em 1943, retomou a denominação atual. (Teixeira e Andrade, 1984).

1.1 O passado fumageiro: auge e decadência

São Gonçalo dos Campos sempre teve como principal atividade econômica, desde a colonização até meados do século XX, a cultura, o beneficiamento e a comercialização do fumo. Conhecidos pela excelente qualidade deste produto, os Campos da Cachoeira receberam em 12 de julho de 1770 de D. Pedro II, todo auxílio e incentivo necessários ao desenvolvimento dessa cultura, como prova a Carta do Conde Oeyras (o Marquês de Pombal) ao desembargador José Gomes Ribeiro:

Sua Majestade havia ordenado a José Gomes Ribeiro, Desembargador dessa Relação, promover e auxiliar particularmente a plantação e novo cultivo do tabaco de folha nos Campos da Cachoeira; e devendo o dito Ministro recolher-se com brevidade a esta Corte; lhe ordeno na presente occasião, que haja de deixar incumbido deste importante estabelecimento a um dos Ministros desta Relação que melhor lhe parecer, ao qual há de deixar instruído de tudo que for necessário a este fim. O que participo a V. Exa. de ordem de S. Majestade para em alguma accurrência poder proteger o mesmo estabelecimento, quando for preciso¹.

A cultura do fumo desenvolveu-se, sobretudo, a partir de meados do século XVIII, quando o produto começou a servir de moeda na compra de escravos na Costa da África (Verger, 1987). As plantações se estenderam na região situada além da confluência dos rios Paraguaçu e Jacuípe, em que ganha destaque a Paróquia de São Gonçalo dos Campos. Durante os séculos XIX e XX, essa cultura foi disseminada por todo o território da província, mas as regiões exportadoras situavam-se nas proximidades do litoral e nos municípios de Cachoeira, São Félix, Cruz das Almas, São Felipe, Santo Antônio de Jesus, Nazaré, Maragogipe e São Miguel das Matas, todos no Recôncavo Sul (Mattoso, 1992).

Desde a colônia, a cultura do fumo era do tipo familiar, praticada por agricultores livres, muitos dos quais tinham a posse da terra que cultivavam. Segundo Mattoso (1992), era comum que o proprietário alugasse parte de sua terra a pequenos agricultores, o que acabou por criar um grupo heterogêneo de médios e pequenos proprietários e de rendeiros. Já em São Gonçalo, Teixeira e Andrade (1984) consideram que entre os pequenos produtores havia a presença de escravos, tanto como mão de obra, quanto produtor efetivo.

¹ Carta do Conde de Oeyras (o Marquês de Pombal) ao Desembargador José Gomes Ribeiro. In Anais do Arquivo Público. Vol.17, p. 200.

As propriedades que cultivavam o fumo comportavam, em geral, uma sede (construção térrea muito simples, sem qualquer semelhança com as belas casas grandes dos engenhos) e exigiam de vinte a vinte cinco escravos, a depender da superfície cultivada. O capital investido era três vezes menor que o da cana-de-açúcar. O ciclo da produção de fumo é mais curto que o da cana – seis a oito meses contra dezoito – permitindo assim duas colheitas por ano, com rendimento médio por unidade de cerca de 150 arrobas anuais (Mattoso, 1992, p. 466).

Para Barickman (2003), o cultivo do fumo nos campos da região da Cachoeira teve grande importância como uma alternativa ou complemento ao açúcar, especialmente nas pequenas e médias propriedades. Utilizado no mercado atlântico de pessoas escravizadas o fumo da Bahia, principalmente da região da Cachoeira, era um dos principais produtos usados no tráfico de escravos para a costa da África. Era trocado por cativos em portos africanos, tornando-se um elemento chave do comércio atlântico. “Por não demandar instalações caras como os engenhos de açúcar, a cultura do fumo oferecia uma oportunidade de inserção no comércio exportador para lavradores de posse modesta.” (Barickman, 2003, p. 130)

Segundo Barickman (2003, p. 133) “a produção fumageira articulava trabalho cativo e livre, o que a tornava mais acessível a lavradores de poucos recursos que podiam contar com a mão de obra familiar ou contratada sazonalmente.”

O fumo não exigia o mesmo investimento ou estrutura que os engenhos de açúcar, o que permitia aos pequenos e médios proprietários produzirem para o mercado externo sem grandes capitais iniciais. Isso ampliava as possibilidades econômicas fora da monocultura da cana, afirma Barickman (2003).

Em meados do século XIX, a produção do fumo tornou-se fabril, cujas fábricas, de caráter familiar e artesanal, com mão de obra composta basicamente por mulheres e crianças, produziam charutos, cigarros e rapé. Somente no final do século XIX as grandes fábricas destinadas à exportação chegaram ao Brasil, momento em que a produção deixou de ser feita por mão de obra escrava. No Brasil e na Bahia essas novas fábricas passam a controlar a produção e exportação do produto, dando-lhes nova roupagem e aumentando o grau de exigência da qualidade destes (Mattoso, 1992).

Em São Gonçalo não havia fábricas de charutos, embora o fumo fosse de excelente qualidade para este fim. Havia pequenas manufaturas domésticas, com atuação bastante efetiva da mão de obra feminina, afirma Santos (1990). Outro elemento muito marcante na economia

fumageira de São Gonçalo e de todo o recôncavo era a presença do estrangeiro. Borba (1975) afirma que:

[...] o elemento estrangeiro esteve desde o século XIX, ligado diretamente à economia do fumo. As firmas sediadas na Bahia, mesmo quando seus proprietários eram brasileiros, estavam, em sua maioria, inevitavelmente ligados ao capital estrangeiro, sobretudo do alemão, cujas firmas se encontravam em Bremen e Hamburgo (Borba, 1975, p. 71).

Essa presença de créditos e capitais nas firmas fumageiras baianas demonstra o papel de intermediários desses grupos estrangeiros entre a Bahia e os mercados externos. Segundo Teixeira e Andrade (1984), só a exportação ficava a cargo das firmas estrangeiras, pois aos brasileiros cabiam todas as demais operações, até o enfardamento e a chegada a Salvador. No final da década de 1920, afirmam as autoras, os funcionários alemães penetraram o interior baiano para orientar sobre os métodos de enfardamento e escolha do fumo de qualidade. O município de São Gonçalo figurava também nesse contexto, acrescentando-se a figura do agente comprador e dos subagentes. Esses intermediários locais compravam o fumo do pequeno produtor e vendiam aos donos dos armazéns, com larga margem de lucro.

Sobre a presença feminina na cultura fumo, Elizabete Silva (2011) investiga a presença e a atuação das mulheres trabalhadoras na indústria fumageira do Recôncavo Baiano durante a primeira metade do século XX, período que compreende o surgimento, o auge e o início da crise desse setor na região. O estudo valoriza as experiências subjetivas, sociais e culturais dessas mulheres, integrando memórias orais e documentos históricos. A tese explora como o trabalho das fumageiras foi organizado com base na divisão sexual do trabalho, tanto nas fábricas quanto no trabalho domiciliar. Essas relações se apoiavam em uma lógica patriarcal, que limitava a autonomia feminina e reforçava papéis sociais de gênero, mas também ofereciam espaço para estratégias de resistência e sobrevivência elaboradas por essas mulheres.

Durante o período áureo (até a década de 1950), São Gonçalo sediou diversos armazéns de fumo, inclusive importantes firmas compradoras da Bahia, como eram os casos da Suerdieck S/A, Danneman, Mongeroth Leone Ltda, Este Asiático Exportação, Tabacalera do Brasil S/A, Garrido, J. Altino D'Afonseca, Cia Luiz Barreto Filho, que mais tarde passou a Firma Hélio Mascarenhas Cardoso e depois Fumos Urusil Ltda (Teixeira e Andrade 1984).

Saliento que algumas dessas firmas ainda permanecem ativas em São Gonçalo, outras já constituem diferentes empreendimentos e algumas são ruínas no centro da cidade. Nas aulas de campo com a turma, fizemos caminhadas pela cidade e apresentamos esses locais.

Os armazéns da Danneman e Suerdieck faziam o maior volume de negócios. De São Gonçalo o fumo já saía escolhido para as fábricas de Cachoeira, São Félix e Cruz das Almas, de onde era exportado para a Alemanha (Santos, 1990).

O melhor fumo do Estado estava na Zona da Mata baiana, que corresponde à zona do recôncavo, onde se destacava São Gonçalo, através da marca “Exclusivo São Gonçalo”, exportado pela tradicional família Pedreira², afirmam Teixeira e Andrade (1984).

Teixeira e Andrade (1984) chamam atenção para uma controvérsia acerca da classificação do fumo baiano, em 1942, feita pelo Governo Federal. Na ocasião, São Gonçalo não mandou representante, o que resultou em prejuízo na seleção do seu fumo, classificado como Mato Grosso³. Cruz das Almas, que apresentou um fumo produzido em São Gonçalo, mereceu a categoria de Mato Fino. Essa classificação do fumo de São Gonçalo pode ter sido responsável pela redução de incentivos do Governo Federal ao município em anos posteriores, reduzindo consideravelmente o repasse de verbas feito ao Instituto Baiano de Fumo, destinado à cultura fumageira, conforme retratam as atas de abril de 1951, da Câmara Municipal do município.

O IBF (Instituto Baiano do Fumo) foi criado em 1935, durante o governo de Juracy Magalhães, com o objetivo de orientar os produtores, fornecendo-lhes instrução, além de créditos necessários ao desenvolvimento de suas atividades⁴. Em São Gonçalo esteve instalado na periferia da cidade, dispendo de uma excelente área para o plantio experimental do fumo, contando também com uma grande oficina mecânica, que atuava na manutenção dos tratores, que assistiam aos fumicultores e aos demais veículos. Além disso, possuía uma equipe técnica que acompanhava de perto as experiências no campo, orientando os produtores do município, objetivando, primordialmente, a melhoria da qualidade do fumo e a distribuição gratuita de sementes entre os fumicultores (Santos, 1990).

Esse instituto funcionou até 1964, quando grande parte de sua área foi loteada. Em relação a isso, Santos (1990) chama atenção para o fato de que durante esse período da ditadura militar o

² Família tradicional, “os Pedreiras” são proprietária de vários imóveis no município de São Gonçalo dos Campos. Ligada às oligarquias tradicionais, ao longo da história de São Gonçalo dos Campos, desde as primeiras décadas do século XIX, até os dias atuais. O prefeito, eleito em 2020 e reeleito em 2024, é um dos membros dessa família.

³ A Zona da Mata corresponde à região do Recôncavo, que produzia a melhor qualidade de fumo. E está subdividida em duas categorias: Mato Fino (primeira qualidade) e Mato Grosso (qualidade inferior), segundo Teixeira e Andrade (1984).

⁴ ESTADO DA BAHIA – Algumas realizações do Governo de Juracy Magalhães – 1937, p. 75.

IBF foi sendo desativado, com o fechamento de muitas sucursais pelo interior, ficando apenas a sede na capital, com nova denominação: IBFA - Instituto Baiano de Fomento Agrícola. Em 1970, o IBF ou IBFA mudou novamente de sigla, passando a se chamar IBDFRN- Instituto Baiano de Desenvolvimento Florestal e Recursos Naturais – ampliando seu campo de atuação. A partir de então, passa a distribuir sementes e mudas de fumo, de plantas frutíferas, ornamentais e de mandioca (Santos, 1990).

Santos (1990) aponta a década de 1950 como um período que marca o processo de industrialização e modernização empreendidos durante o governo de Getúlio Vargas – e estendido até a ditadura militar – como responsáveis pela decadência da cultura fumageira e pecuarização do município de São Gonçalo dos Campos e de toda a região do Recôncavo. Além desses, outros fatores contribuíram para essa decadência: a industrialização, transferindo-se incentivos fiscais para essa atividade em detrimento das atividades agrícolas e; a concorrência dos estados do sul do Brasil, que passaram a produzir outras variedades de fumo, como o “Virgínia” e o “Burley”, empregados na confecção de cigarros. As cidades produtoras da Bahia, no entanto, permaneceram com as tradicionais confecções do tipo “amarelinho” e “comum”, fumos utilizados na fabricação de cigarrilhas e charutos. Este fato era ainda mais comprometedor quando se levava em conta que a produção e o consumo dos cigarros haviam aumentado consideravelmente ao longo da década, em detrimento do charuto e da cigarrilha. Outro fator são as campanhas antitabagistas. As pesquisas feitas, tanto por produtores quanto pela Organização Mundial de Saúde (OMS), associaram o fumo a inúmeras doenças. Isso provocou, por parte dos produtores, uma tentativa de diminuir a nocividade do fumo, enquanto a OMS intensificou as campanhas para combater o hábito de fumar. Em meio a essas pesquisas descobriu-se que os fumos escuros, destinados à confecção de charutos e cigarrilhas, continham maior teor de nicotina e alcatrão que os fumos claros, destinados à confecção de cigarros. Por isso, aqueles constituem maior perigo à saúde humana (Silva, 2001).

Referente à questão da decadência da cultura fumageira, a Câmara de Vereadores de São Gonçalo dos Campos mostrou-se preocupada, em 1951, quando o vereador Edvaldo Brandão Correia apresentou aos colegas um requerimento solicitando ajuda aos produtores de fumo:

[...] atendendo a que, no curso do ano próximo passado, a região fumageira foi assolada por séria crise climática, cujos efeitos tiveram grande repercussão, concorrendo para a diminuição da safra do fumo, determinando, assim, embaraços de várias ordens para a nossa economia, com reflexos alarmantes na zona sangonçalense, que a honra de representara câmara. Requeiro que por intermédio de sua ilustre mesa,

seja dirigido aos Excelentíssimos Senhores Doutores Presidente da República e Governador do Estado, urgente apelo em favor dos lavradores Fumageiros, no sentido de auxílio financeiro e fornecimento de adubos e outros elementos, capazes de minorar a situação em que os mesmos se encontram⁵.

Esse requerimento, além de mostrar a preocupação das autoridades locais, revela a seca como mais um fator responsável pela crise da cultura fumageira. Considerando as técnicas rudimentares da produção local, imagina-se o prejuízo que a adversidade climática pode ter provocado, principalmente para os pequenos produtores.

Em 1959, diante da situação da crise da cultura fumageira, da exploração e da falta de garantias trabalhistas, os trabalhadores das indústrias de fumo de São Gonçalo dos Campos criaram a Associação dos Trabalhadores da Indústria do Fumo, afirma Rosana Lessa (2020). A Associação logo foi transformada em Sindicato, com lideranças como Otávio Fernandes de Oliveira, Daniel Santana e Ezequiel Pereira dos Santos, que visavam conscientizar os associados sobre seus direitos, considerando que no período de entressafra, os trabalhadores não tinham nenhuma renda.

Baseada nas atas das reuniões, Rosana Lessa (2020) afirma que o sindicato de São Gonçalo dos Campos contou com a contribuição de lavradores de Feira de Santana, inclusive com a do presidente do sindicato daquela cidade, o Sr. Valdomiro Santos, que tirava dúvidas e conscientizava a respeito da importância de tal agremiação. Além disso, o padre da época, Josemir Valverde, também contribuiu cedendo sala da igreja para as reuniões e discursando em favor dos trabalhadores, quando o sindicato ainda não possuía sede própria.

Salienta-se que o sindicato de São Gonçalo dos Campos tinha por objetivo educar os filhos dos associados e tomar providências necessárias em defesa da classe junto ao Ministério do Trabalho. As reuniões, ocorridas duas vezes por semana, visavam orientar os associados, com base na CLT, criada pelo Decreto nº 5.452 de maio de 1943. Segundo Rosana Lessa (2020), em 1960, a maior parte dos trabalhadores dos armazéns de fumo já eram filiados do sindicato, e contribuía com uma taxa anual para confecção das carteiras e manutenção da sede.

Atualmente ainda existem duas empresas que beneficiam o fumo em São Gonçalo dos Campos, a Menendez Amerino e a Ermor Tabarama, que trabalha com fumo trazido de Cruz das Almas, São José e Sapeaçu. A Ermor Tabarama emprega 426 pessoas do município, sendo 70 homens na movimentação de carga, durante oito a doze meses no ano, a depender da safra.

⁵ Atas da Câmara de São Gonçalo dos Campos. Ata de 13 de abril de 1951.

E 356 mulheres, separando o fumo por qualidade, durante cerca de seis meses no ano. Toda a produção é destinada ao mercado europeu.⁶ Fica claro que se trata de trabalho temporário, mas com todas as garantias trabalhistas, conforme afirmou o setor pessoal da Tabarama. Muitos pais e irmãos de nossos alunos trabalham e tiram seu sustento de empresas ligadas à cultura fumageira, constituindo-se em mais uma razão para trabalhar a história da cultura do fumo em sala de aula, pois o tema ainda está muito presente na vida deles e no cotidiano da cidade.

Já a Menendez Amerino, fábrica de charutos fundada em 1977, vinda de Cuba em consequência das medidas socialistas no país, conta hoje com 350 empregados fixos, sendo cerca de 85% mulheres. A fábrica produz charutos de forma artesanal, com fumo proveniente das regiões de Cruz das Almas, Muritiba e Cabaceiras do Paraguaçu (todas na região do Recôncavo). Seus principais mercados são: o eixo Rio-São Paulo, Estados Unidos e Alemanha⁷.

O município também foi adicionado à Rota do Charuto, que inclui 12 municípios do Recôncavo Baiano para visitas a três fábricas de charuto da região: Dannemman, em São Félix; Menendez & Amerino, em São Gonçalo dos Campos e; Leite Alves, em Cachoeira, além de uma Casa de Cultura em Cruz das Almas.

No dia em que estive na Menendez Amerino, planejava organizar uma visita com a turma do 7º V2 para apresentar um pouco da cultura fumageira e reviver um passado ainda muito presente em São Gonçalo dos Campos, mas fui informado de que por conta das campanhas antitabagistas, a empresa não permitia a presença de menores nas instalações da fábrica.

Em relação a essa economia fumageira no município, reitero a presença de parentes dos alunos empregados nos armazéns, principalmente charuteiras que, como afirma Elisabeth Silva (2011, p. 14) “reconstroem sua situação histórica e a vida das mulheres fumageiras do Recôncavo Baiano, produzindo estratégias de sobrevivência e de resistência para vencer as necessidades materiais, a exploração do trabalho, a discriminação sexual regada de opressão.”

⁶ Informações obtidas junto ao departamento pessoal da Ermor Tabarama, em visita feita no dia 05 de setembro de 2024.

⁷ Informações obtidas com o departamento pessoal de Menendez Amerino, em visita feita dia 18 de setembro de 2024.

Questões como essas, relatadas acima, tornam-se mais um elemento de ligação entre o presente e o passado fumageiro local, constituindo-se em saberes históricos a serem debatidos e explorados em sala de aula.

1.2 População de São Gonçalo dos Campos: uma das cidades mais negras do Brasil

Atualmente a população conta com 39,5 mil habitantes. São Gonçalo dos Campos tem 47% de população preta, 45,5% de pardos, 7,3% de brancos e menos de 1% de amarelos e indígenas, segundo o Censo 2022 do IBGE⁸.

Apesar do elevado percentual de população preta e parda, o município soma apenas 69 autodeclarados quilombolas (0,2% da população total), abrigando ao menos uma comunidade quilombola, de nome Bete II, que até a presente data, não possui reconhecimento da Fundação Palmares. O líder comunitário tem lutado há mais de quinze anos para regularizar a situação, mas a questão ainda envolve disputa de terra entre moradores, com a Usina União e falta de autodeclaração por parte da comunidade, onde muitos resistem em autodeclararem quilombolas. Quando estive à frente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social (2013 a 2016), passei por diversos embates com o líder comunitário do Bete II, pois ele achava que o reconhecimento dependia da Secretaria. Por diversas vezes enviamos os responsáveis pelo cadastramento social, palestrantes para reuniões com a comunidade, e ainda assim alegavam que as pessoas não se reconheciam como quilombolas, etapa importante para o processo legal de reconhecimento.

Mesmo sendo São Gonçalo dos Campos um território de predominância afrodescendente, com cerca de 92% da população autodeclarada, uma família de ascendência branca sempre foi destaque nas instâncias de poder do município. Refiro-me à tradicional família Pedreira, proprietária de vários imóveis no município de São Gonçalo dos Campos. Ligada às oligarquias tradicionais ao longo da história de São Gonçalo dos Campos, desde as primeiras décadas do século XIX até os dias atuais, a família Pedreira sempre teve nomes ligados a cargos de destaque na administração paroquial e nacional. Segundo Teixeira e Andrade⁹ um dos membros mais antigos citado no período é João Pedreira do Couto Ferraz, que exerceu o cargo de Juiz de Paz da Freguesia, na época das lutas pela independência da Bahia. Na década de 30, esse mesmo João Pedreira do Couto Ferraz ocupou o cargo de

⁸ IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- Censo Demográfico 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

⁹ TEIXEIRA E ANDRADE. 1984. p. 68

Subdelegado da Freguesia. Outro membro da família, Manoel Pedreira do Couto Ferraz, fez parte da Guarda Nacional e chegou a ser eleito para compor a primeira Câmara de Vereadores de São Gonçalo dos Campos. Teixeira e Andrade ainda afirmam que

É provável que a manutenção do nível de prestígio dessa família tivesse resultado tanto do fato de serem antigos senhores de terras e escravos na região, como também do fato de um dos membros, o Dr. Luiz Pedreira do Couto Ferraz, o Visconde do Bom Retiro, ter alcançado certo destaque junto a Corte Imperial. Em 1872, Bom Retiro ocupava no Rio de Janeiro, a função de Presidente do Instituto Fluminense da Agricultura. O próprio Imperador Pedro II, quando de sua famosa viagem ao norte do País, escreveu no seu diário suas impressões a respeito de São Gonçalo dos Campos, chamando a região de “terra do Pedreira” numa alusão evidente ao Visconde de Bom Retiro (Teixeira; Andrade, 1984).

O prestígio da família Pedreira continua alto em São Gonçalo dos Campos, pois um dos membros já foi deputado estadual por dois mandatos, ex-prefeito, e o atual prefeito, filho desse deputado, ocupa a cadeira de gestor municipal, eleito em 2020 e reeleito em 2024.

Outra família que merece destaque em São Gonçalo dos Campos é a Cazumbá, de ascendência africana. Inclusive existem dois trabalhos acadêmicos que versam sobre esse tema: uma dissertação de mestrado de Maria Cristina Machado de Carvalho¹⁰, e um trabalho de pós-doutorado de José Bento Rosa da Silva¹¹. O nome Cazumbá é de origem africana, contrariando toda a lógica colonial escravista no Brasil, que implicava em rebatizar as pessoas escravizadas com nomes católicos; a permanência do nome de origem banta chama atenção no município, onde a família corresponde a um número expressivo de descendentes. Sobre essa questão, tenho, na turma onde realizo a pesquisa, duas alunas, uma com o sobrenome Cazumbá e outra que afirma que o pai tinha esse sobrenome, mas que sua mãe não quis adotar, pois tratava-se de um cidadão ligado a atividades ilícitas. Inclusive a aluna relatou que quando tinha nove meses de idade, seu pai morreu assassinado. Esses relatos nos fizeram apresentar em sala de aula textos sobre a família Cazumbá, justamente para abordar as narrativas que se contam sobre tal família em São Gonçalo dos Campos. A respeito dessas controvérsias que atravessam o nome Cazumbá, Silva (2018) traz alguns relatos de pessoas, por ele entrevistadas, que rejeitam o sobrenome porque alguns associavam, de forma pejorativa, a religiões de matriz africana, ou a cazumba, que se referia à carcaça de animais mortos, constituindo um peso carregar esse sobrenome. O que levou José Cazumbá a trocar o sobrenome e adotar o “Silva” (Silva, 2018, p. 64), mas que ao mesmo tempo fez com que Amapagu, uma conhecida de José, adotasse o

¹⁰ CARVALHO, Maria Cristina Machado de. **Histórias de famílias: os Cazumbá em São Gonçalo dos Campos/1870-1910**. Cruz das Almas, BA: EDUFRB, 2020.

¹¹ SILVA, José Bento Rosa da. **Família Cazumbá : as peculiaridades dos descendentes de africanos nos últimos anos da escravidão e no pós-abolição(Recôncavo da Bahia-c. 1879- 2015)**; Recife; Ed. UFPE, 2018.

nome Cazumbá, justamente por causa de sua relação com matrizes africanas (Silva, 2018, p. 65). Os exemplos de José e Amapagu, personagens citados por Silva (2018), retratam bem as controvérsias que cercam o nome Cazumbá.

Temos uma avenida na cidade com o nome Cazumbá, além de professores, poetas, vereadores, candidato a prefeito – que disputou o pleito em 2024, ficando em terceiro lugar –, dentre outros, que carregam o sobrenome e demonstram orgulho de possuí-lo.

O trabalho de Silva (2018) sobre os Cazumbás é baseado em história oral, com entrevistas com os diversos membros da família, e uma varredura por redes sociais para identificar mais pessoas da família espalhadas pelo Brasil e perceber a conectividade que possa existir. Também utiliza documentação cartorial, numa tentativa de reconstruir a trajetória dos Cazumbás no Recôncavo Baiano a partir de São Gonçalo dos Campos.

Símbolo de resistência, à família Cazumbá sempre conservou as tradições religiosas, marcadas pelo sincretismo religioso, como relatam os membros entrevistados por Silva (2018), e é pioneira no município na abertura de uma escola noturna para combater o analfabetismo, como demonstra o artigo do Jornal *O Campesino*, 1921, São Gonçalo dos Campos/BA, que será trabalhado com os estudantes 7º V2 da Escola Municipal Agripina de Lima Pedreira, como uma oficina, com documentos históricos.

Estudar sobre uma família de origem africana em sala de aula, ainda mais quando alguns alunos se veem representados, é uma forma de trabalhar a educação numa perspectiva antirracista para promover um ambiente inclusivo, respeitoso e que valorize a diversidade cultural e racial. Esse tipo de educação vai além de simplesmente ensinar sobre a história do racismo, envolve criar uma conscientização crítica sobre questões de raça, promovendo a empatia e o respeito entre os alunos e quebrando estereótipos e preconceitos que muitas vezes se mantêm na sociedade.

1.3 Jornais, cultura e festas populares e lazer em São Gonçalo dos Campos

O primeiro jornal que circulou em São Gonçalo dos Campos intitulava-se *A Luz*, fundado em 1895, e teve curta duração. Em 1900, passou a circular o primeiro número de *A Cidade*, de propriedade do senhor Artur Figueiredo. Nesse mesmo ano apareceu *O Beija Flor*, crítico literário, de propriedade da Cruz & Cia (Teixeira; Andrade, 1984, p. 118).

No final de 1904 foi lançado o primeiro número do *Jornal do Povo*, que era impresso em Cachoeira. Ainda em 1904, circularam *O Progresso* e *O Sangonçalense*. Sendo este último um periódico literário, noticioso e comercial, circulando até 1906, quando foi substituído por outro, denominado *O Trabalho*. Em meados de 1920 passou a circular o jornal *O Campesino*, dirigido por Alberto Gonçalves de Oliveira, conhecido como Bebê do Campesino, conforme afirmam Teixeira e Andrade (1984, p. 119).

Os dois periódicos que circularam por mais tempo em São Gonçalo dos Campos foram: *A Razão* e *A Verdade*. *A Razão* era um jornal semanal que circulou pelas décadas de 1930 a 1960 e publicou mais de mil exemplares. Era de propriedade do conhecido Dr. Oscar Lacerda, político influente no município, que utilizava o veículo de comunicação para publicizar suas ideias e fazer críticas políticas a seus opositores (Teixeira; Andrade, 1984).

Oposto ao jornal *A Razão*, tínhamos *A Verdade*; tido como situacionista, circulou a partir de 1935, e teve mais de dez anos de vigência. Era impresso em uma oficina que ficava situada à rua do Progresso, nº 8. Era um periódico semanal e tratava de assuntos locais, regionais e até internacionais (Teixeira; Andrade, 1984).

O lazer do município e as festas populares e cívicas contam com a animação da Sociedade Filarmônica Lyra Sangonçalense, fundada em 1903, em consonância com os poderes públicos municipais¹². Dentre as festas populares, temos a tradicional lavagem em celebração a São Gonçalo do Amarante, padroeiro de São Gonçalo dos Campos, que ocorre todo mês de janeiro. O evento inicia com o cortejo das baianas até a Igreja Matriz, passando pela Fonte da Gameleira, onde enchem suasoringas com água da fonte, misturam alfazema e desfilam pela cidade, banhando o público que acompanha o cortejo. Todas as noites da festa são animadas com o novenário na Igreja Matriz. Depois, a festa continua com a parte profana, que vai contar com diversas manifestações culturais, incluindo samba de roda, capoeira e resgate dos cavaleiros pelas ruas da cidade, além de desfiles de blocos tradicionais e apresentações de bandas locais e nacionais (Lessa, 2012).

No mês de junho temos a tradicional festa de São João, onde a cidade se enfeita para receber turistas de várias regiões.

¹² Atas da Câmara de Vereadores de São Gonçalo dos Campos de 08 de janeiro de 1903.

Figura 4 – Ornamentação da festa de São João em São Gonçalo dos Campos



Fonte: Acervo pessoal.

A festa mistura hábitos tradicionais como acender fogueira, apresentação de quadrilhas e shows com bandas de forró, que atraem multidões todas as noites. Esse evento constitui mais uma fonte de receitas para os munícipes, que alugam casas e vendem as tradicionais comidas típicas. O município é um dos destinos mais procurados na região do Recôncavo por estar próximo a Salvador e a Feira de Santana.

Figura 5 – Procissão em homenagem a Nossa Senhora da Boa Morte



Fonte: Lessa (2012, p. 99).

Em agosto, conforme imagem acima, temos a tradicional festa sincrética da Boa Morte. A celebração, que ocorre anualmente, reúne fiéis de toda a região e conta com a presença das Irmandades da Boa Morte de São Gonçalo dos Campos e da cidade de Cachoeira. A festa tem uma programação diversificada, incluindo missa, procissão, apresentações culturais e recepção com comidas típicas. A missa é celebrada na Igreja Matriz, que fica repleta de fiéis em busca de bênçãos e de proteção. A procissão percorre as principais ruas da cidade e é um dos

momentos mais emocionantes, com os fiéis carregando a imagem de Nossa Senhora da Boa Morte, em um cortejo de fé e devoção, ao som da Filarmônica Lira Sangonçalense.

Passada a festa religiosa, na igreja matriz, as celebrações continuam no terreiro, na casa da presidente (eleita a cada ano), durando de 7 a 14 dias, conforme relata Lessa (2012, p. 95).

O estudo das festas marcadas pelo sincretismo religioso, não só contribui para o reconhecimento da riqueza e capital cultural que esses eventos trazem, mas também ajuda a combater estereótipos e preconceitos, promovendo uma sociedade mais inclusiva e consciente de suas raízes diversas.

1.4 Locais históricos de São Gonçalo dos Campos

Figura 6 – Antiga estação ferroviária de São Gonçalo dos Campos



Fonte: Acervo Pessoal.

Figura 7 – Mapa original das estradas de ferro da Bahia



Fonte: (Acervo R. M. Giesbrecht).

O trecho da ferrovia entre Cachoeira e Feira de Santana foi aberto pela E. F. Central da Bahia, no ano de 1886. Segundo Brito (2008),

[...] ao longo do trajeto a ferrovia colocava em comunicação, várias localidades e cidades próximas e distantes, especialmente situadas nos municípios fumageiros. Esses dois equipamentos serviam para fazer o transporte de vários tipos de mercadorias provenientes de zonas adjacentes (principalmente o fumo) e do Sertão para o porto exportador em Salvador, ao tempo em que também cumpriam a função de receber e distribuir as mercadorias provenientes desta cidade ou que a ela chegavam como resultado do comércio inter-regional (Brito, 2008, p. 93).

Para Santos (2009) a construção da estrada ligando Cachoeira a Feira de Santana favoreceu uma forte relação comercial entre ambas, principalmente pela via de acesso para as regiões do norte do Recôncavo e para Salvador. O porto de Cachoeira continuou sendo ponto de ligação entre a navegação fluvial e as rotas terrestres até fins do século XX.

Em 1942, com a remodelação geral das linhas da região, o trecho entre Conceição de Feira e Feira de Santana passou a ser um ramal, que foi extinto oficialmente em 1975, mas que não operava, pelo menos com passageiros, desde 1964. O resto do trecho original entre Cachoeira e Conceição passou a fazer parte da Linha Sul desde 1942. Os trilhos do ramal foram retirados¹³.

¹³ MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES. Rede Ferroviária Federal S.A. Manual de Preservação de Edificações Ferroviárias Antigas. 1991.

Figura 8 – Igreja Matriz de São Gonçalo dos Campos



Fonte: Acervo pessoal.

A Capela de São Gonçalo dos Campos existia desde o século XVII, mas após a elevação do povoado a freguesia (1696) Romão Gramacho Falcão, poderoso bandeirante, financiou a construção da nova igreja à semelhança da Matriz de Santo Amaro da Purificação, de onde era natural (Pereira, 2021).

Ao longo da nave e capela-mor existiam painéis de azulejos figurativos com representações da vida de São Gonçalo, que Santos Simões (1965) situa como de fabricação lisboeta, datada de 1770, aproximadamente.

Na década de 1930, a igreja de São Gonçalo dos Campos passou por uma primeira grande reforma realizada pelo Padre Bráulio Seixas, o que custou a remoção de parte dos azulejos primitivos portugueses – não se sabe se por conta da moda, do desconhecimento, da mentalidade da época, do desejo de “modernização”, ou mesmo pela dificuldade de conservação e furtos ocasionais das obras. Nesse período, alguns foram vendidos a José Mariano Filho, que durante sua vida garimpou construções coloniais, sobretudo no Nordeste, e os instalou no Solar Monjope, que foi demolido após sua morte, na década de 1970.

No final da década de 1960, aconteceu uma nova reforma na Igreja. E um dos painéis foi doado pelo Sr. Jaques Pedreira ao Palacete Góes Calmon e implantado no Porão Alto na década de 1970, pelo diretor do Museu de Arte da Bahia, Carlos Eduardo da Rocha, quando

este museu funcionava no Solar. O Painel conta com duas cenas de pregação de São Gonçalo do Amarante; em uma delas ele está em um púlpito, e na outra no chão junto aos fiéis. O santo português seria padroeiro dos ossos e das pessoas que buscam casamento. Pode-se perceber que o estilo da pintura é diferente dos demais que estão na Academia de Letras da Bahia. Este inclui aspectos do estilo rococó, inclusão de cores como o castanho e amarelo, além do azul e brando, e inclusão de pinturas imitando a textura do mármore, comuns para a segunda metade do século XVIII.

É visível que o painel tenha sido mutilado quando foi instalado no Solar, pois a moldura superior está cortada. Encontramos alguns azulejos soltos pertencentes a este painel no acervo do Museu de Arte da Bahia, na sede do Corredor da Vitória, que devem ter ido para lá na mudança de endereço do referido Museu. Estamos em negociação com o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia para doação à Academia de Letras da Bahia desses azulejos que serão instalados ao lado da referida obra, ajudando a contar um pouco sobre esta memória e patrimônio baianos¹⁴.

O edifício segue o partido das matrizes e igrejas de irmandade, mas apresenta também o falso transepto das igrejas jesuíticas luso-brasileiras. A fachada estrutura-se em três corpos. No corpo central, três portadas, com vergas lobuladas e decoração em pestana, alinham-se verticalmente com três janelas rasgadas de vergas em arco abatido. Sobre elas, o frontão triangular azulejado coroa o conjunto. As torres, com terminação em mitra, também revestidas por azulejos, apoiam-se sobre uma base que oblitera os ângulos inferiores do frontão. Internamente, apenas o altar do Santíssimo conserva a talha original. Ao longo da nave e capela-mor subsistiram painéis de azulejos figurados com representações da vida de São Gonçalo, que Santos Simões situa como de fabricação lisboeta, vulgar, datada de 1770, aproximadamente. Destacam-se ainda uma pia batismal e lavabo em mármore¹⁵.

¹⁴ BAHIA, **Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Estado da Bahia**, vol. III, Salvador, 1982, p. 367-368.

¹⁵ Pesquisado no site: <https://hpip.org/pt/Heritage/Details/1212>

Figura 9 – Antigo Mercado municipal de São Gonçalo dos Campos



Fonte: IBGE.

O mercado municipal foi construído em 1907 e atuou até 1984 como suporte coberto para a feira livre que ocorria na praça em frente. Quando o centro de abastecimento foi construído, em 1984, a feira e todas as atividades referentes foram também transferidas. Durante um período, funcionou como espaço de eventos, onde aconteciam shows de música com bandas populares. Funcionou também como espaço de venda de artesanato. Atualmente o prédio do mercado encontra-se fechado, em ruínas, abandonado e sem telhado (Teixeira e Andrade, 1984).

Figura 10 – Prédio antigo da Escola Agripina de Lima Pedreira



Fonte: Teixeira; Andrade (1984, p. 152).

A Escola Municipal Agripina de Lima Pedreira, onde foi feita a pesquisa, trata-se de uma instituição fundada em 1953, atualmente situada na Av. Arthur Magalhães, s/nº, Centro, São Gonçalo dos Campos – BA, e é mantida pela Prefeitura Municipal de São Gonçalo dos Campos através da portaria 423/53 D.O.012/11/77; reconhecida pelo Conselho Estadual de Educação pela portaria 062/94.

Com base no PPP (2021/2022), o histórico da Escola Municipal Agripina de Lima Pedreira teve início no ano de 1953, pela necessidade de se implantar o curso ginásial, que até então não existia no município. Sentindo essa necessidade, os políticos da época, numa atitude pouco comum hoje, uniram-se num objetivo e criaram uma associação formada por representantes de diversos partidos para ampliar o curso. Criaram a escola, e a família do Senhor Antônio Carlos Pedreira, primeiro intendente da cidade, fez a doação do imóvel da família para servir como educandário, situado na Praça da Bandeira, 13, no centro da cidade, e recebeu o nome de Agripina de Lima Pedreira, em homenagem a sua esposa. Começou a funcionar a escola com profissionais liberais de destaque público notório (médicos, dentistas, promotores etc.) ministrando aulas, pois a cidade não dispunha de professores para exercer o ofício. Importante registrar que eles não recebiam salário para isso, faziam por prazer. Mais tarde a associação conviniu-se com a Prefeitura Municipal e passou a oferecer bolsas de estudo para

algumas pessoas e cobrar uma taxa dos outros alunos. Nessa época, Chiquinho Gonçalves, então prefeito, entregou a administração da escola para sua filha Ana Margarida de Borja.

Sob a administração do prefeito José Carlos de Lacerda, em 1977, a escola foi municipalizada, e passou a ser dirigida pelo professor Jorge Cazumbá, que teve a incumbência de prestar serviço público e gratuito à população. Depois disso, o prefeito José Carlos de Lacerda construiu uma nova sede para a escola na Avenida Arthur Magalhães, s/n, distante aproximadamente quinze minutos do centro comercial da cidade, num projeto próprio para abrigar uma comunidade escolar. Diferente de sua sede anterior, o antigo casarão adaptado para o funcionamento da escola, o projeto não foi concluído na época, mas foi inaugurado no dia 05 de novembro de 1986, sob a direção do professor José Raimundo de Azevedo, como mostra a imagem abaixo.

Figura 11 – Prédio atual da Escola Municipal Agripina de Lima Pedreira



Fonte: Acervo do autor.

O estudo da história local não pode ser apenas um complemento do currículo, mas uma ferramenta essencial para formar cidadãos conscientes, críticos e conectados com sua realidade. No sétimo ano, onde os alunos estão desenvolvendo sua autonomia intelectual, esse estudo torne-se ainda mais relevante, pois pode fazê-los compreender suas raízes, fortalecendo o vínculo com o local, onde vivem. Além disso, torna o estudo da história mais concreto,

interessante e significativo, visitando locais históricos, conversando com pessoas da comunidade e estabelecendo relação entre o presente e o passado.

CAPÍTULO II

ENSINO DE HISTÓRIA, HISTÓRIA LOCAL E A APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA: FUNDAMENTOS TEÓRICOS

A pesquisa no campo da história necessita ser atravessada por teoria e historiografia. A teoria porque é indissociável ao trabalho de um professor, uma vez que a aula já carrega as escolhas e posicionamentos teóricos e epistemológicos que norteiam os caminhos escolhidos; já a historiografia se constitui num campo de constante transformação, que deve ser do conhecimento de todo professor-pesquisador. Sendo assim, neste capítulo abordarei as categorias que serão utilizadas nesta pesquisa, quais sejam: o ensino de história; a história local e a aprendizagem significativa.

2.1 Os desafios do ensino de história no Brasil

O ensino de história no Brasil sempre esteve sensível aos contextos políticos de cada época. Seja ele autoritário ou de maior abertura política. E ainda assim, em períodos democráticos, com maior abertura política, constituiu-se, e ainda se constitui, em objeto de intensa disputa.

Além disso, é consenso entre os historiadores que o ensino de história passa por uma reformulação, consequência de desafios relacionados ao propósito, ao conteúdo, à questão do ensino *versus* pesquisa, teoria *versus* prática, e à metodologia do ensino de história adotada nas escolas. Isso se deve às diversas mudanças propostas pelas reformas educacionais, às disputas ideológicas entre aqueles que seriam responsáveis pela formação dos professores, ao combate ao ensino tradicional, ao papel das novas tecnologias e ao desafio da aprendizagem entre os discentes.

Sobre essas questões, a professora Margarida Maria Dias de Oliveira e professor Itamar Freitas¹⁶ fazem uma análise sobre o ensino de história, levantando em consideração algumas questões referentes ao tema. Segundos eles:

[...] ensinar história abrange a mobilização de estratégias, conhecimentos, sentimentos e valores relacionados à (e fundamentados na) Ciência da História com a finalidade de auxiliar no desenvolvimento daquelas capacidades que constituem a consciência histórica: experimentação, interpretação e orientação (Oliveira e Freitas, 2022, p. 10).

¹⁶ Oliveira, Margarida Maria Dias de. PROFHISTÓRIA [livro eletrônico]: **o dito e o feito** / Margarida Maria Dias de Oliveira, Itamar Freitas. – Ananindeua: Cabana, 2022.

Os embates do professor de história em sala de aula passam por todas essas questões abordadas acima. Saliento a questão da estratégia, que se constitui em forte obstáculo ao ensino de história, principalmente em turmas do ensino fundamental, séries finais. Encontrar meios para despertar o interesse e a atenção dos alunos é um dos maiores desafios do professor.

A relação com a vida e com as experiências, se deixadas de lado, podem tornar a história ensinada desinteressante para o estudante, resultando em perda de sentido. Nesse contexto, a sala de aula precisa ser um espaço de resgate e reflexão. A possibilidade de conhecer e ter acesso a lugares com os quais o sujeito se identifica noutra perspectiva à história, que, necessariamente precisa estar integrada com a vida para que não se perca. Essa busca de sentido para a história, enquanto disciplina escolar, precisa ser constante ao professor pesquisador. Por isso, a proposta deste trabalho é utilizar a história local como forma metodológica para aproximar os alunos aos saberes históricos.

Oliveira e Freitas (2022) ressaltam a importância do estudo da historiografia do ensino de história a todo graduando de história, por considerar os saberes, fazeres e valores desse domínio como algo em constante transformação ao longo dos tempos, similar à experiência humana. Essa historicidade pode revelar formas passadas de ensinar história, importantes para o planejamento do professor e também do seu futuro profissional. Com isso pode-se evitar equívocos de práticas passadas ou “ficar preso a regras ou desobedecê-las inconsequentemente” (Oliveira e Freitas, 2022, p. 10).

Há uma vasta historiografia sobre o ensino de história feita por diversos autores respeitados no Brasil, que utilizaram modelos pautados no centro sul (Rio-São Paulo- Minas), mas que não refletem a diversidade nacional. Por isso, vamos nos basear na abordagem feita por Margarida Maria Dias Oliveira e Itamar Freitas, de Erinaldo Cavalcanti e o exemplo do Liceu, aqui na Bahia.

Oliveira e Freitas (2022) trazem a década de 1980 como ponto-chave para a compreensão da história do ensino de história no Brasil. Isso porque consideram que os principais escritos sobre o tema iniciam-se nesse período, e que foi nessa época que se desenvolveram novas metodologias, como

a negação do livro didático; a inclusão das tecnologias audiovisuais; da música, da história em quadrinhos, das artes e do patrimônio. Proliferam os relatos de experiências desse tipo e sobre a necessidade de abolir o “tradicional”, imputado como matéria habitual nos livros didáticos (tipificada, pejorativamente, como história factual) (Oliveira e Freitas, 2022, p. 11).

Foi nesse período também que os especialistas no ensino de história iniciaram suas carreiras, afirmando que os cursos de graduação no Brasil emergiram na USP, em 1934, já inovadores e baseados em Fernando Braudel. Ou seja, já nascem referendados em parâmetros metodológicos da primeira geração da Escola dos Annales (Oliveira; Freitas, 2022).

Segundo Oliveira e Freitas (2022), nem o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), nem as orientações do Colégio Pedro II, assim como as reformas de Francisco Campos e Gustavo Capanema e nem o movimento pela democratização da escola de Anísio Teixeira modificaram o curso do ensino de história no Brasil. Prosseguem afirmando que nem os movimentos de 1960, com o ativismo característico, afetaram o Ensino de História. Nem mesmo a diminuição da carga horária e a despolitização da disciplina “não caracterizaram retrocesso”. Para eles, “a década de 80, do século XX, inicia tudo que é novo em termos de Ensino de História, no Brasil”. Consideram que até a década de 1980 “a História foi pensada como formadora do homem culto, sobretudo em suas dimensões sensíveis e cognitivas, explorando seus potenciais literário e científico”. E que a história se responsabilizou “pela formação do exemplo moral da ‘raça’, do homem livre, o patriota brasileiro, o latino-americano, o cidadão, o cidadão do mundo e, por fim, o protagonista”.

Destacam que a partir de 1980 passou-se a utilizar Piaget, Vygotsky, Halph Tyler e Jerome Bruner para fundamentar os processos de aprendizagem. E que no final dos anos de 1990, até os dias de hoje “as operações processuais da pesquisa e da escrita da história começaram a ganhar campo, recuperando pequenos ensaios realizados no início do século XX” (Oliveira; Freitas, 2022, p. 14).

O ensino de história passou de um modelo centralizado na gestão de Paulo Renato de Souza, para uma versão descentralizada, durante a gestão de Fernando Haddad. Nesse período, afirmam Oliveira e Freitas (2022), os conteúdos passaram de integrados, justapostos, novamente integrados, até os eixos temáticos. Para eles,

na ausência de uma definição explícita sobre o papel dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) como instrumento de orientação das propostas dos entes federados, cada estado produziu o seu documento, recuperando, predominantemente, a proposta integrada (as experiências nacionais e extra nacional abordadas de modos conexos) inaugurada pela reforma Francisco Campos (Oliveira; Freitas, 2022, p. 15).

Dentro desse processo de renovação metodológica, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), na década de 1990, propôs uma escrita desvinculada de preconceito, ou de qualquer estereótipo de natureza racial, política, cultural ou social. Recentemente, o PNLD tem

ampliado seu conjunto de valores, combatendo também o preconceito de gênero, orientação sexual, idade e linguagem (Oliveira; Freitas, 2022).

Esse processo de renovação no ensino de história ampliou sua dimensão humana, trazendo para o mote das discussões historiográficas temas como mulheres, negros, indígenas, questionamentos em relação ao tempo presente, dentre outros.

Recentemente, a reforma, a partir da Lei nº 13.415/2017 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estabeleceu uma mudança na estrutura do ensino médio, e também tem alterado a carga horária da disciplina história, chegando ao ponto de ser suprimida ou descaracterizada em algumas séries. Sobre isso, Erinaldo Cavalcanti¹⁷ analisa o fim da obrigatoriedade do ensino de história no ensino médio e reflete a respeito da história como ciência, sua relação com o ensino e problematiza o uso do livro didático, constatando que mesmo sendo o livro a principal ferramenta utilizada pelos professores nas aulas de história, ele não constitui objeto de análise e pesquisa nas disciplinas das universidades pesquisadas. Entre as quatorze matrizes curriculares pesquisadas, ele não encontrou nenhuma instituição que oferecesse uma disciplina obrigatória que se encarregasse especificamente de problematizar o livro didático.

Cavalcanti chama atenção para o fato de as produções históricas estarem limitadas aos muros das universidades destinadas a um público seletivo de historiadores, correndo sério risco de isolarem-se em si mesmas. Segundo ele, a movimentação para uma luta de entidades afins contra essa lei pode não encontrar eco, justamente pelo fato de a ciência histórica encontrar-se “encastelada” dentro das universidades.

(...) não seria inverossímil dizer que, pela maneira como a ciência histórica vem sendo praticada em nossas Universidades, ele se encontra, em certa medida encastelada dentro dos departamentos sem conseguir estabelecer vínculos com os problemas da vida prática e cotidiana do cidadão (Cavalcanti, 2018, p. 14).

Esse princípio do papel da ciência histórica constitui uma das bases do pensamento de Certeau¹⁸, que vê na história uma função na vida prática cotidiana e experiencial das pessoas comuns. O papel da história é ajudar os cidadãos a interpretarem as estruturas sociais e políticas nas quais estão inseridos.

¹⁷ CAVALCANTI, Erinaldo Vicente. **A história ‘encastelada’ e o ensino ‘encurralado’: escritos sobre história, ensino e formação docente**. Curitiba: CRV, 2021.

¹⁸ CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

“Uma das forças que atribui sentido e significado à História é seu Ensino”. Com essa frase, Cavalcanti chama atenção para o distanciamento que existe nas universidades entre teoria e prática, a partir do momento em que o ensino não é tratado como uma categoria nos diversos currículos das instituições analisadas. O que se vê é o ensino isolado em uma ou duas disciplinas, no final do curso.

Essa realidade das federais pode tranquilamente refletir o que acontece nas universidades estaduais. Minha formação foi na UEFS (Universidade Estadual de Feira de Santana) e lá, no final da década de 1990, o curso de história também tinha seu currículo voltado muito mais para a teoria do que para ensino e didática da história. Lembro que só tivemos aula sobre ensino de história nos últimos semestres (sétimo e oitavo). No meu caso, como já era professor, havia feito o curso de magistério e ministrava aulas na rede municipal de São Gonçalo dos Campos, tanto no fundamental das séries finais, como no ensino médio. A situação era menos crítica. Recordo os seminários, que eram sofrimento para alguns colegas, mas a prática me ajudava. Contudo, era notória a predileção dos professores pela pesquisa e ofício de historiador, mesmo na época não sendo reconhecido como profissional. Ainda assim, os professores só falavam de suas pesquisas, como um encantamento. Mas não se pode esquecer que, “o ensino ainda continua sendo o caminho legal, formal e institucional por meio do qual a História como disciplina escolar chega a todos os municípios do Brasil onde tenha uma escola com educação básica” (Cavalcanti, 2018, p. 263).

2.2 Ensino de história na Bahia: o exemplo do Liceu

O ensino secundário público baiano teve início no ano de 1836, após a implantação da Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834 (Brasil, 1834). Com seu início no ano de 1836, o ensino secundário baiano contava com o Liceu Provincial na Capital, que em 1895 passou a chamar-se Ginásio da Bahia, e com a Reforma Capanema, de 1942, Colégio da Bahia, permanecendo como o único estabelecimento em Salvador até 1947. A criação do Liceu está atrelada ao Ato Adicional de 1834, que autorizou as Assembleias Provinciais pudessem legislar sobre a educação primária e secundária (Dick, 2001).

As origens das políticas públicas que possibilitaram a implantação do Liceu Provincial da Bahia ocorreram em meio ao processo de formação do Estado brasileiro, muito conturbado do ponto de vista político, econômico e social, durante o período regencial.

O Liceu Provincial foi instituído para reunir as chamadas cadeiras maiores, dispersas por toda a província, centralizando em Salvador, assim, em uma única instituição, o ensino secundário. Além disso, tinha por objetivo capacitar uma camada da sociedade para o trabalho na burocracia do Estado (Dick, 2001).

Junto com a Escola Normal (1836), o Liceu tinha como meta barrar o contexto de crise econômica e tensões sociais que abalavam o Brasil e a cidade de Salvador. Mas, coincidentemente, a eclosão da Sabinada ocorreu nesse período, e o Liceu, segundo Silva (2022), baseado em Diário Oficial do Estado, foi considerado um dos principais centros de difusão de ideias em prol do movimento. Silva (2022) afirma também que Ignácio Aprígio da Fonseca, professor titular de geografia e história do Liceu, respondeu por atos referentes à sua participação no movimento separatista baiano, mas foi recontratado para assumir sua função no Liceu Provincial.

O ensino de geografia e história no Liceu visava “constituir um cidadão bem-educado, baseado na racionalidade do homem moderno como fundamento da história humana; tendo como agente principal, o Estado”. Formar a cidadania e a moral cívica (Silva, 2022, p. 411).

Sobre a metodologia a ser adotada no Liceu, a reforma entre 1860-2, discutiu entre adotar o mútuo, o simultâneo ou o Castilho, todos importados da Europa. O presidente do Liceu, na época, optou pelo método simultâneo. O método simultâneo envolvia a instrução direta de todos os alunos ao mesmo tempo por um único professor. A classe era dividida em séries ou turmas, de acordo com o nível de conhecimento dos alunos. Proporcionava uma maior uniformidade no ensino, com o professor exercendo controle direto sobre o conteúdo e a disciplina na sala de aula (Silva 2022, p. 414).

Uma nova reforma curricular, segundo Silva (2022), proposta por Herculano Ferreira Penna, trouxe enquanto novidade a divisão das disciplinas geografia e história. Com essa divisão, abriu-se porta para a introdução de novo método no ensino de história, o método Zaba¹⁹. Sobre a circulação do novo método, a professora Carollina Carvalho Ramos de Lima, em artigo intitulado *O Método Zaba (1870) e o Ensino de História no Brasil*, faz uma

¹⁹ O método Zaba era uma variação do que ficou conhecido, no Ocidente do século XIX, como método mnemônico polonês para o ensino de história universal, desenvolvido por Antoni Jazwinski nos anos 1820 e modificado por Jozef Bem nos anos 1830. A partir dos anos 1840, outro polonês, Napoleão Félix Zaba, desenvolveu uma versão própria do método e, nas quatro décadas seguintes, deu conferências sobre ele em vários países, inclusive o Brasil.

abordagem acerca da utilização desse método, por regiões do Brasil, como São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia, no século XIX.

Lima (2022) considera que apesar das apresentações do método Zaba terem caráter comercial, também constituíram em ações dos órgãos educacionais responsáveis para formação de professores, conforme convocações dos docentes em cada local onde o evento ocorreria.

Na Bahia, a passagem de Napoleão Félix Zaba, representante do método, ocorreu de junho a agosto de 1871. O Conde Zaba fez duas preleções no Liceu Provincial, em 14 e 18 de junho de 1871, e uma no Externato Normal, em 18 de julho. Para a “sua primeira preleção no Liceu Provincial, a Diretoria de Instrução remeteu ofícios a uma série de instituições e sujeitos escolares a fim de que fossem observar as vantagens do método” (Lima, 2022, p. 272).

Nessas atividades, estiveram presentes os professores de Geografia e História do Liceu, Oliveira Botelho e Luiz José da Costa, e do Externato da Bahia, Joaquim José da Palma. Entre os colégios que adotaram o *Methodo Zaba* na capital soteropolitana figuram o Ateneu Baiano, dirigido pelo padre Dr. Urbano Silva Monte e o Ginásio Brasileiro-Alemão, além do Externato, em que um estudante – Malaquias Permínio Leite – desenvolveu uma adaptação do *Methodo Zaba* ao ensino de História Pátria (Lima 2022, p. 275).

A implantação do método Zaba, na Bahia, sofreu críticas e resistência dos professores, por considerarem questões como a cronologia adotada; a falta de acontecimentos históricos importantes a outros povos e nações, inclusive o Brasil e; o excesso de símbolos e cores a serem memorizados para garantir o funcionamento da metodologia (Lima, 2022).

Os professores baianos consideravam que a eficiência do método dependeria de uma adaptação feita pelos docentes para incluir a história da pátria. Mas alegavam falta de tempo para efetivar tamanha tarefa, afirma Lima.

No final do parecer, ao mencionar os bons resultados obtidos em História Universal pelos alunos que tiveram aulas particulares com Zaba, Araponga deixa implícito a forma que considera mais adequada para usar o sistema polonês: combinando-o “[...] com a leitura de bons autores”, demonstrando que, por si só, o *Methodo Zaba* não era suficiente (Lima, 2022, p. 293).

João Theodoro Araponga era um professor baiano que havia começado a utilizar o método, mas desistiu por considerar a tarefa de adaptação extenuante. Lima salienta que nos outros locais por onde Zaba passou, o método foi muito bem-aceito. Só os professores baianos apontaram críticas sobre o método.

Refletindo sobre a autonomia da escola e dos docentes nos dias de hoje, percebemos o quanto estamos aquém do século XIX. A autonomia democrática deveria se originar na

participação, cooperação e parceria e oportunizar as vozes dos docentes e da comunidade, sem que houvesse tanto monitoramento e controle. O que se nota é que a ação decisória das políticas públicas educativas continua centralizada e os professores só são chamados a participar na implantação das reformas, inexistindo diálogo para a elaboração delas.

Outra questão importante a ser considerada é que o método Zaba, independentemente de sua eficácia e das críticas que lhe são peculiares, permitiu colocar relevo em uma dimensão que tem despontado como foco de pesquisas o papel da materialidade, visualidade e design nas representações do tempo, da história e o papel que desempenham no seu ensino. Buscando dar essa materialidade, a caixa de história, como proposta de solução mediadora de aprendizagem, visa, justamente, construir algo concreto, que seja capaz de prender a atenção do aluno, e com isso proporcionar uma aprendizagem mais significativa.

2.3 História local: conceito, limites e possibilidades

Um dos princípios constitutivos da história local é possibilitar um olhar indagador sobre o mundo do qual fazemos parte, no intuito de sabermos mais sobre o sentido das coisas. Tanto como conteúdo, quanto como recurso didático, a temática da dimensão local na construção do conhecimento histórico contribui para o desenvolvimento de uma postura investigativa que começa a ser construída no espaço familiar e vai-se ampliando aos poucos. O ponto de partida desse tipo de história são as próprias histórias que integram o nosso cotidiano.

Estudar personagens, fatos e acontecimentos do cotidiano, como propõe Certeau²⁰, construindo novas narrativas baseadas em gente comum, como é o caso da história local, que se passa em espaço e tempo mais próximos dos alunos, pode funcionar como uma estratégia para conectá-los aos saberes históricos e romper com esses paradigmas tradicionais e institucionais (Certeau, 1982), construindo uma história mais leve, sem “academicismo”, que se pautem em realidades locais, valendo-se de uma linguagem que possa ser compreendida pelos leitores, principalmente alunos do fundamental séries finais.

O estudo da história local permite perceber as diferentes nuances que configuram as relações entre grupos, indivíduos e instituições. Sendo assim, essa perspectiva de produção do conhecimento histórico a partir do local favorece a observação do particular e constitui-se como campo privilegiado para construir versões diferentes da narrativa histórica.

²⁰ CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

Ao longo da historiografia, o conceito de história local passou por diversas discussões e debates. Por um período, estes estudos foram desvalorizados, pois existia uma maior preocupação com as figuras de destaque ou os feitos heroicos nacionais e europeus, compreendidos como elementos da história geral ou universal. O tema da história local foi resgatado na segunda metade do século XX, devido, principalmente, ao interesse pela história social e o seu olhar para as histórias das pessoas comuns. Conforme afirmava Edward Thompson, em seu livro *A Miséria da Teoria* (1981), “a história é o estudo da experiência de todos os seres humanos no tempo”. A história local, nesse contexto mais amplo do fazer histórico, favorecido por vertentes da historiografia inglesa, passa a ser vista como uma força política, devido à sua forte conexão com a experiência de pessoas comuns.

Para Pierre Goubert²¹ A história local é o estudo aprofundado das comunidades e regiões específicas, concentrando-se nos detalhes cotidianos da vida das pessoas. Para ele, a história local oferece uma perspectiva micro histórica, explorando eventos e desenvolvimentos em um contexto geográfico restrito. Ao analisar as comunidades, Goubert acreditava que era possível compreender de maneira mais completa as dinâmicas sociais, econômicas e culturais que moldavam a história em abordagens mais amplas. Ele via a história local como uma ferramenta essencial para compreender e enriquecer a história geral e às vezes, até corrigi-la:

Por que essas monografias regionais eram tão importantes? Porque estabeleceram certas evidências, em alguns pontos limitadas, mas de qualquer modo evidências; suas estatísticas, compiladas com certa margem de segurança, contestavam algumas das ideias “gerais”, preconceitos e aproximações que na falta de investigações mais precisas tinham se perpetuado (Goubert, 1972).

A história geral, ao lidar com grandes narrativas e tendências, pode ocasionalmente negligenciar nuances e variações específicas de comunidades locais. Para Goubert, estudar a história de uma comunidade específica proporciona possibilidades valiosas que podem contribuir para uma compreensão mais profunda dos fenômenos históricos. Em essência, ele via a história local como uma peça integral da história geral, contribuindo para uma compreensão mais holística e rica do passado.

O desafio de escrever história, e, sobretudo, a “história regional e local”, no Brasil, é também de superar a marca de um preconceito. Há uma clara intenção de apequenar as produções feitas no norte e nordeste, estereotipando-as de “regional e local”, ficando a cargo

²¹ GOUBERT, Pierre. **A História Local**. Trad. Marta M. Lago. In Revista Arrabaldes. Rio de Janeiro: Petrópolis (RJ): ano I, nº 1, maio/agosto 1988, p. 69-82.

do sul e sudeste o status de produzir a história dita nacional. Sobre essa problemática, Durval Muniz Albuquerque Júnior afirma que:

Há nesta divisão entre o nacional, o regional e o local o reconhecimento de uma derrota e de uma impossibilidade: a derrota das forças políticas e econômicas locais que assumem sua subalternidade e o reconhecimento da impossibilidade dos historiadores que moram nessas áreas de fazer história nacional ou apenas história, sem mais adjetivos, deixadas para quem seria de direito, aqueles historiadores que vivem no que seriam os centros de produção acadêmica e historiográfica (ALBUQUERQUE, 2015, p. 58).

A intenção de discorrer sobre um tema local é, antes de tudo, promover um recorte espacial, imprescindível numa pesquisa histórica, como bem coloca José D'Assunção Barros (2007), e apresentar narrativas que podem corroborar com uma versão nacional, corrigi-la ou complementá-la. Estudar sobre a história da cultura fumageira, ou da irmandade da Boa Morte de São Gonçalo dos Campos, por exemplo, é tratar da economia colonial e do catolicismo popular no Brasil, associando à história nacional.

Se é função da história compreender os seres humanos em seus devidos contextos e temporalidades, um olhar mais específico pode contribuir para validar essa função epistemológica. O rótulo de nacional, regional ou local não pode mensurar a importância de uma pesquisa.

O nacional e o regional não são critérios de validação de uma produção historiográfica, não são referências pertinentes para fundar uma epistemologia. Uma história serial não se pode ater a essas divisões, visto que as séries históricas desconhecem estas fronteiras. A unidade que interessa ao historiador é a unidade de enredo, de trama, não estas unidades identitárias forjadas no próprio processo histórico e que são elas também pluralidades de séries (ALBUQUERQUE, 2015, p. 40).

Durval Muniz Albuquerque Júnior²² faz recomendações valiosas para pesquisadores que se aventuram no campo da história regional e local. Alerta para cuidados metodológicos ao relatar escritos de Marc Bloch, que utiliza um recorte regional com a ocorrência de anacronismos, onde certas divisões regionais e algumas identidades espaciais não condizem com o tempo tratado em pesquisa. Albuquerque chama a atenção para alguns equívocos que as histórias regional e local podem acarretar. Traz o exemplo de textos de Marc Bloch quando analisa a região de Borgonha e que algumas áreas, relatadas por ele na época, não abrangiam a atual região Borgonhesa. Relata também prudência ao analisar regiões onde há uma diversidade dimensional de realidades históricas que podem estar presentes dentro de uma mesma região.

²² Albuquerque Júnior, Durval Muniz de. **Um Quase Objeto: algumas reflexões em torno da relação entre história e região**. IN: LEAL E FARIAS, Maria das Graças de Andrade e Sara Oliveira. (Org.) **História Regional e Local III: Reflexões e Prática nos Campos da Teoria e do Ensino**. Salvador: EDUNEB, 2015.

Isso pode levar, afirma Albuquerque, a uma “imprecisão na forma do uso do conceito, sua banalização e, portanto, seu esvaziamento” (Albuquerque, 2015, p. 41). Aborda também uma confusão conceitual entre história regional e local cometida pelo próprio Bloch, induzido pela matriz político administrativa, comum em diversos países, para se referirem a noções espaciais. No caso da pesquisa que estou fazendo sobre São Gonçalo dos Campos, percebo, como alerta Albuquerque, que o município possuía outra denominação, a de Campos da Cachoeira, quando se tratava de uma freguesia, e que teve outras denominações até chegar ao formato atual. Essa observação necessita ser considerada nas análises documentais que porventura sejam encontradas nos arquivos públicos.

Albuquerque ainda afirma que os equívocos, os anacronismos, as indefinições e naturalizações cometidos pelos historiadores de história local e regional, podem ser atribuídos à pouca dedicação ao refletirem sobre os conceitos teóricos relativos ao espaço. Considera que o alibi que alguns utilizam, de reproduzir conceitos baseados no senso comum, demonstra a falta de criticidade. O exemplo da região do Recôncavo, (da qual São Gonçalo dos Campos faz parte), traz consigo uma série de questionamentos:

O Recôncavo seria uma região “natural”, definida por seus dados de geografia física, seria uma região econômica, pela particularidade na forma com que produz, consome, trabalha, seria uma região porque assim foi definida pelo Estado, sendo um recorte político, seria uma região marcada por uma demografia específica, pela constituição étnica particular de sua população ou devido a seus costumes, hábitos, traços culturais ou formas de pensamento distintas? (Albuquerque, 2015, p. 46).

Uma coisa é a divisão administrativa feita pelo Estado, que comumente aparece nos arquivos, outra é a forma como essas divisões “territoriais e identitárias, efetivamente vividas, são assumidas e legitimadas pela população” (Albuquerque, 2015, p. 47). Essas divisões territoriais podem trazer várias subjetividades, a exemplo de interesses de classes sociais dominantes, que por alguma razão impuseram determinada divisão, contrariando outras forças sociais. Os arquivos são reveladores, e cabe ao historiador estar atento para captar as mensagens das entrelinhas, sob risco de não conseguir uma abordagem completamente válida sobre determinado aspecto. Afirma que no Brasil, muitas pesquisas regionais e locais descuidam-se com a intencionalidade dos arquivos, levando a uma reprodução automática e acrítica dos recortes. Para evitar erros procedimentais, Albuquerque, baseado em uma afirmação de Bloch, que diz: “cabe ao historiador, fazer por si mesmo, a cada vez, sua região” (Albuquerque, 2015 p. 59), recomenda e propõe uma reflexão aos que fazem uso da metodologia:

Creio que estas palavras têm um ponto de partida, um pressuposto teórico que é preciso explicitar, pressuposto que poderia ser resumido nas seguintes assertivas: a)

não existe região natural, não existe recorte regional ou local que não seja um recorte feito pelos homens em uma dada época; b) o historiador não deve tomar a divisão político-administrativa que vigora no presente e estendê-la ao passado; c) o historiador não deve repor acriticamente em seu trabalho as divisões territoriais que encontra na documentação. Portanto, estas três assertivas têm com corolário uma quarta, que seria: d) é o historiador que deve fazer o recorte espacial que utilizará em seu trabalho, o historiador é que definirá o conteúdo do regional e do local de que irá tratar, definirá os seus limites, sempre no diálogo com a documentação da época e explicitando os critérios a partir dos quais está fabricando, inventando sua região e seu local (Albuquerque, 2015, p. 52 e 53).

Saliento que o anacronismo, tão criticado por Albuquerque, é praticado contidamente por nós, professores do ensino básico, principalmente quando tentamos aproximar e comparar alguns conteúdos da história global a fatos que acontecem em localidades pequenas, buscando tornar as aulas mais interessantes e próximas do cotidiano dos alunos.

Mesmo Albuquerque não sendo entusiasta do campo de estudo da história regional e local, acredito que as recomendações por ele apresentadas possam contribuir para análises documentais mais assertivas.

Para José de D'Assunção Barros²³ A história tem sido renovada em termos conceituais no constante diálogo que tem feito com a geografia. Conceitos geográficos como os de lugar, região e espaço têm um leque de interpretações no campo historiográfico (Barros, 2022, p. 23).

Ao utilizar um conceito de lugar, do geógrafo sino-americano Yi-Fu Tuan (1983 apud Barros, 2022, p. 22), Barros deixa claro o sentimento de pertença, a carga significativa e a capacidade de construção de identidade que tal estudo pode representar para o indivíduo:

“...ressalta que o lugar é ‘uma entidade única, um conjunto especial que tem história e significado, [...] uma realidade a ser esclarecida e compreendida sob a perspectiva das pessoas que lhe dão significado’. O lugar, sobretudo, implica relações intersubjetivas que se integram a uma determinada objetividade. Em duas palavras, envolve identidade e estabilidade. Ambas as instâncias – a saber, de um lado a identificação, e de outro lado a dupla sensação de estabilidade que é simultaneamente assegurada por um forte sentimento de pertença e pela permanência objetiva do lugar no espaço e através do tempo – parecem produzir nas pessoas sensações diversas de apego ao ambiente construído ou natura” (Yi-Fu Tuan, 1983 in Barros, 2022, p. 25).

Considerando que nosso objeto de estudo é explorar o potencial da história local para um ensino mais significativo, em São Gonçalo dos Campos, numa tentativa de aproximar alunos do 7º ano aos saberes históricos, o potencial desse conceito de lugar, que reforça a ideia

²³ BARROS, José D'Assunção. **História local e história regional – a historiografia do pequeno espaço**. Revista Tamoios, São Gonçalo, v. 18, n. 2, p. 22-53, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/tamoios.2022.57694>.

de identidade, sentido e significado, podem representar um caminho virtuoso para alcançar os objetivos desta pesquisa.

Refletindo sobre as motivações que podem levar ao estudo da história local, Barros pontua quatro razões: a história local como caminho para abordar aspectos de regiões mais amplas; como caminho para testar visões gerais já difundidas, como objetivo de compor um quadro amplo que a integre e; por fim, como demandas do próprio local, ou interesses pessoais do pesquisador (Barros, 2022, p. 28).

No caso da nossa pesquisa, crédito a motivação a essa última razão pontuada por Barros: demandas do próprio local e interesse pessoal. Pesquisar a história de São Gonçalo dos Campos, localidade da qual faço parte, assim como os alunos (colaboradores da pesquisa) da escola onde leciono, com uma realidade próxima, conhecida e vivenciada, que pode ser explorada com aulas de campo, gera um potencial capaz de produzir uma aprendizagem mais significativa.

2.4 Marcos legais da história local

A história local marca presença em documentos oficiais da legislação brasileira, desde a década de 1930, nas referências curriculares e instruções metodológicas, como afirma Schmidt²⁴. Continuou, até 1971, empregada como recurso didático ou técnica para desenvolver atividades no ensino primário. Nesse mesmo ano, o Parecer 853 do Conselho Federal de Educação, que estabeleceu o Núcleo Comum nos 1º e 2º (Lei 5692/71), introduziu a integração social, visando ajustar o educando ao meio, nas primeiras séries do fundamental. Já nas séries finais, esse componente recebia o nome de estudos sociais, agora como área de estudo e não mais como atividade (Schmidt, 2007).

Já a L9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no art. 26, ao tratar sobre a questão curricular da Educação Básica, determina que:

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (Brasil, 1996).

De certo não seria possível contemplar questões regionais e locais na Base Nacional Comum Curricular, pois elas deveriam ser priorizadas nos currículos de cada município,

²⁴ SCHMIDT, Maria Auxiliadora. **O Ensino de História Local e os desafios da Consciência Histórica**. In **Ensino de História: Sujeitos, saberes e práticas**. Rio de Janeiro, Mauad X, v 4, 2007.

seguindo as diretrizes orientadoras emanadas dos órgãos colegiados e executivos da União, Estados e Municípios.

Essa orientação induziu à concepção do conhecimento curricular contextualizado pela realidade local, social e individual da escola e do seu alunado, que foi o norte das diretrizes curriculares traçadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) ao longo da década de 1990, bem como de sua revisão nos anos 2000. Em 2010, o CNE promulgou novas DCNs, ampliando e organizando o conceito de contextualização como “a inclusão, a valorização das diferenças e o atendimento à pluralidade e à diversidade cultural resgatando e o atendimento à pluralidade e à diversidade cultural resgatando e respeitando as várias manifestações de cada comunidade”, conforme destaca o Parecer CNE/CEB no 7/2010 (BRASIL, BNCC, 2019, p. 11).

Essas orientações curriculares para a educação brasileira deixam claro a necessidade do desenvolvimento de um currículo que contemple a história local de cada município, contribuindo para o desenvolvimento do sentimento de identidade e pertença nos estudantes. Dessa forma, a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2019) fortalece e orienta o processo de ensino-aprendizagem a partir de competências e habilidades, de maneira que os conteúdos sejam instrumentos para que os estudantes se desenvolvam de forma plena e integral, aprendendo saberes e usando-os de forma prática no seu cotidiano.

Analisando o Referencial Curricular de São Gonçalo dos Campos²⁵, elaborado em 2020 e referendado pelo Conselho Municipal de Educação, percebe-se que está pautado pelo Artigo 210 da Constituição de 1988, onde afirma que os “conteúdos mínimos para o ensino fundamental devem assegurar formação básica, com respeito aos valores culturais e artísticos nacionais e regionais” (Brasil 1988), e apresenta as diretrizes a serem seguidas na elaboração dos currículos dos sistemas, redes e escolas.

Outra questão revelada no referencial é que de acordo com a Base Comum, as aprendizagens essenciais características do currículo, devem considerar a realidade local, a autonomia dos sistemas ou redes de ensino, das instituições escolares e a participação dos estudantes (BNCC, 2017). Contudo, só percebemos a abordagem do tema (história local) nos conteúdos do fundamental séries iniciais, que versam sobre a vida em comunidade e história do bairro e da rua, precisamente no 2º ano. A história local não aparece nas séries do fundamental anos finais. Já nos conteúdos da EJAI (Educação de Jovens, Adultos e Idosos) há uma seção que trata de manifestações e festas populares locais.

²⁵ Referencial curricular disponível em:
<https://drive.google.com/file/d/1TwX6ahn3i93xHQ4Dtt5dRV8h0SjVYu50/view?usp=sharing>

No PPP da Escola Municipal Agripina de Lima Pedreira, atualizado em 2021, onde a pesquisa foi realizada, a temática referente à história local também não está contemplada. Já nos planos de curso do 7º ano, a dimensão local só aparece no período referente ao aniversário de emancipação do município, que acontece no mês de julho²⁶, ou em projetos como os da Consciência Negra, onde a dimensão sociocultural local da população autodeclarada preta ou parda em cerca de 80%, é destacada (IBGE, 2022).

2.5 História local e aprendizagem significativa

Considerando que o aluno constrói saberes a partir de conhecimentos anteriores, ainda que não conceituais, suas vivências cotidianas podem servir de base para ressignificar o conteúdo apresentado em sala de aula. Sobre esse tema, Carretero (1997) afirma que “uma das maiores contribuições para a adoção de uma postura construtivista no conceito de aprendizado foi a de destacar a importância que o conhecimento prévio possui na aquisição de novos conhecimentos²⁷”.

O presente trabalho discutirá alguns conceitos ancorados ao construtivismo, em especial a aprendizagem significativa com base em Ausubel (1982), Moreira (1999) e Vygotsky (1989).

Para David Ausubel²⁸, psicólogo educacional, a teoria da aprendizagem significativa refere-se ao processo pelo qual novas informações são integradas ao conhecimento prévio de um indivíduo, tornando-se significativas e relevantes para ele. Esse tipo de aprendizagem ocorre quando o novo conhecimento se conecta de maneira lógica e substancial com as estruturas cognitivas existentes, permitindo uma compreensão mais profunda e duradoura. É oposta à aprendizagem mecânica, onde as informações são memorizadas sem uma compreensão real do significado. Propõe que os conhecimentos prévios dos alunos sejam valorizados, para que possam construir estruturas mentais utilizando, como meio, mapas conceituais que permitem descobrir e redescobrir outros conhecimentos, caracterizando, assim, uma aprendizagem prazerosa e eficaz. Nesse sentido, considero que trabalhar em sala de aula temas referentes à história local, ligados a ruas, monumentos, famílias conhecidas pelos alunos, que possam ser

²⁶ Planejamento disponível em: https://drive.google.com/file/d/1wOz1gvQysrjXFzllaOqwgJhV-K9wPOt5/view?usp=drive_link

²⁷ CARRETERO, M. **Construir e ensinar as ciências sociais e a história**. Trad. Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

²⁸ AUSUBEL, D. P. **A aprendizagem significativa: a teoria de David Ausubel**. São Paulo: Moraes, 1982.

conectados com temas regionais e nacionais, carregue fortes possibilidades de se constituírem como saberes prévios, que podem contribuir para aulas mais envolventes e participativas.

Um dos conceitos centrais da teoria de Ausubel é o de aprendizagem significativa, um processo através do qual uma nova informação se relaciona de maneira não arbitrária e substantiva a um aspecto relevante da estrutura cognitiva do indivíduo. No processo, a nova informação interage com uma estrutura de conhecimento específica, a qual Ausubel chama de “subsunçor”, existente na estrutura cognitiva de quem aprende. O “subsunçor” é um conceito, uma ideia, uma proposição já existentes na estrutura cognitiva, capaz de servir de “ancoradouro” a uma nova informação, de modo que ela adquira, assim, significado para o indivíduo: a aprendizagem significativa ocorre quando a nova informação “ancora-se” em conceitos relevantes preexistentes na estrutura cognitiva (Moreira, 1999, p. 153).

Para Marco Antônio Moreira²⁹, a aprendizagem significativa dá ênfase ao conjunto de conhecimento que o aprendiz já possui, que segundo Ausubel é a “variável isolada mais importante da aprendizagem”. Esse conhecimento prévio mais o novo conhecimento relacionado, recebem o nome de “subsunçor”, afirma Ausubel. Esse subsunçor pode apresentar maior ou menor estabilidade cognitiva, por possuir mais ou menos significados. No tocante ao ensino de história, Coelho³⁰ alerta para o cuidado de considerar que nem todos os subsunçores são facilitadores de aprendizagem. Para ele, podem constituir estruturas estáveis equivocadas, que poderão interferir negativamente no processo de aprendizagem. Ele cita o exemplo do Partido Nazista Alemão, que trazia em sua sigla o termo “Socialista”, que poderia levar o aprendiz a concebê-lo como um partido de esquerda, quando na verdade era o oposto. Foi uma estratégia do partido para atrair os trabalhadores.

Esse tipo de equívoco precisa ser observado pelo professor, quando trabalha outros temas em história. O ideal nesses casos é fazer uma “tempestade de ideias”, para verificar, antes da introdução do assunto, quais conceitos os aprendizes já trazem a respeito do tema a ser abordado.

²⁹ MOREIRA, M.A. **Aprendizagem Significativa teoria e textos complementares**. São Paulo: Livraria da Física, 2011.

³⁰ COELHO, Lincoln Mansur; MARQUES, Adílio Jorge; SOUZA, Dominique Guimarães de. **A Teoria da Aprendizagem Significativa e o Ensino de História**. Revista Educação Pública, v. 19, nº 31, 26 de novembro de 2019.

Na teoria de Ausubel, os subsunçores se inter-relacionam na estrutura cognitiva através de dois processos principais: a diferenciação progressiva e a reconciliação integradora. Com o uso contínuo, esses se carregam de significados, enriquecendo e refinando, seria a diferenciação progressiva (Coelho, 2011). Já a reconciliação integradora ocorre de forma simultânea à diferenciação progressiva, mas eliminando diferenças e supercoordenando, refinando o saber, e percebendo as nuances no conjunto de subfunções. Esses dois processos acontecem ao mesmo tempo, explica Coelho (2011). Pois no caso do nazismo alemão, à medida que ele conhece as características gerais e aprende a diferenciar do fascismo italiano, espanhol, integralismo brasileiro e outros, ele estaria diferenciando progressivamente e reconciliando, na medida que o conceito de nazismo, carregou-se de novos significados.

Coelho (2011) chama atenção de outro erro considerado na aprendizagem significativa: “o de que o aluno não esquece o que aprendeu”. Ele destaca que é algo aceitável na teoria de Ausubel, chamado de “assimilação obliteradora” ou ainda, segundo Moreira, de “perda progressiva da dissociabilidade dos novos conhecimentos em relação aos conhecimentos que lhes deram significado que serviram de ancoradouro cognitivo” (Moreira 2011, p. 33).

Não se trata de uma “aprendizagem mecânica³¹”, pois podem existir “resíduos” nos subsunçores e que podem ser relembáveis. Segundo Coelho, a forma como se ensina na maioria das escolas do Brasil leva a uma aprendizagem mecânica. Não há fixação do conhecimento na estrutura cognitiva. Nela o aluno estuda apenas para fazer uma prova, o vestibular ou outro exame. Esse conhecimento é rapidamente esquecido após o “objetivo”.

Para Ausubel (1982), as aprendizagens mecânica e significativa não são necessariamente dicotômicas. Elas fazem parte de um mesmo contínuo, no qual ambos ocorrem na “zona cinzenta”, intermediária entre os dois extremos (significativa e mecânica). Fixando certas partes do conhecimento e outras apenas de forma mecânica. Sendo assim, para Ausubel, é necessário, para que haja uma aprendizagem, que o material utilizado também seja significativo; e que o aprendiz apresente predisposições para aprender significativamente.

Para Vygotsky,³² a aprendizagem é um processo social e cultural. Ele enfatiza que as interações sociais são cruciais para o desenvolvimento cognitivo. A zona de desenvolvimento proximal, conceito fundamental em sua teoria, destaca a diferença entre o que uma pessoa pode

³¹ Na teoria de Ausubel, a aprendizagem mecânica pode se referir à memorização sem compreensão profunda, enquanto a aprendizagem significativa envolve a integração de novos conhecimentos aos conceitos já existentes.

³² VYGOTSKY, L.S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

fazer sozinha e o que pode fazer com o auxílio de um instrutor ou colaboração de colegas. A aprendizagem ocorre melhor quando está dentro dessa zona, promovendo o crescimento cognitivo por meio da assistência social.

Considerando o conceito de aprendizagem significativa de Ausubel, no qual novas informações se inserem a conceitos prévios, e o de Vygotsky, onde a aprendizagem depende da interação social e mediação, a presente pesquisa visa fazer uso da história local, elemento comum a todos os alunos, e das trocas sociais feitas na escola e na comunidade. Tudo isso visando uma maior interação entre discentes e os saberes históricos.

Maria Auxiliadora Schmidt e Marlene Cainelli³³ alertam para os cuidados a serem tomados ao utilizar a história local como estratégia para despertar o interesse do aluno nas aulas de história. Considera que um dos problemas residem no fato de abordar temas de localidades pequenas, com fontes não historiográficas. Recomenda precaução, para não isolar fatos locais de questões sócio, político e econômico regionais, nacionais e globais. Alerta também para que não se cometam anacronismos e etnocentrismos reducionistas e localistas. Observados esses possíveis problemas, Schmidt e Cainelli consideram o uso da história local “um elemento constitutivo de transposição didática do saber histórico para o saber escolar” como uma estratégia pedagógica eficiente (Schmidt e Cainelli, 2010, p. 139-140).

Circe Maria Fernandes Bittencourt³⁴ afirma que a história local está associada à história do cotidiano e do social, inaugurada pelos marxistas E. P. Thompson e Agnes Heller, trazida ao Brasil por Maria Odila L. da Silva Dias, que pesquisou o cotidiano de mulheres em São Paulo no século XIX. Chama atenção sobre a diferença entre memorialistas e historiadores e dos riscos de reproduzir modelos de história positivista, substituindo personagens políticos de repercussão nacional por personagens políticos locais, como prefeitos ou outras autoridades. Propõe “uma abordagem local que crie vínculos de memória familiar, do trabalho, da migração, das festas” (Bittencourt, 2009 p. 169).

Uma das problemáticas que giram em torno do uso de história local em sala de aula diz respeito à resistência de alguns professores por considerarem o tema irrelevante e não ser

³³ SCHMIDT, Maria Auxiliadora e CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo, Editora Scipione, 2009.

³⁴ BITTECOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: Fundamentos e Métodos**. São Paulo: Editora Cortez, 3ª edição. 2009.

abordado em avaliações externas ou em exames nacionais. Sobre isso, Erinaldo Cavalcanti³⁵ afirma que a história local não necessariamente precisa estar associada à história dita nacional ou global, e salienta que,

o professor pode deslocar o ângulo de percepção movido pelo fundamento básico da Ciência Histórica ao compreender que as experiências são singulares no tempo e no espaço. Que a construção histórica dos acontecimentos da rua, do bairro ou da cidade não está determinada pelas forças externas de uma história supostamente nacional ou global. Pode potencializar a interpretação mostrando que os homens e mulheres que habitam os espaços onde as histórias são construídas são sujeitos que atuam e interferem na construção e nos desdobramentos das experiências. Que fazem escolhas, constroem redes de sociabilidades, criam sindicatos, associações de bairro, que têm poder e tencionam as relações, interferindo no processo de construção das histórias (Cavalcanti, 2018, p. 288).

Mesmo que conteúdos específicos de história local não sejam cobrados em exames nacionais, o professor pode usar a metodologia de análise da ciência histórica e associá-la ao processo de construção, presente em qualquer assunto abordado pela disciplina. O local pode servir como espaço de laboratório experiencial para as diversas realidades históricas. Utilizei essa metodologia, sugerida por Cavalcanti (2018), em sala de aula, quando fizemos análise de documentos locais.

Robenilton Pinto Carneiro³⁶ também utiliza a história local enquanto estratégia de ensino. Nessa dissertação Carneiro se propõe a produzir fascículos da história local de Conceição do Coité para ser utilizados tanto por professores, quanto por alunos de turmas do 6º ao 9º ano. Ele elabora a dissertação e os fascículos concomitantemente, por considerar a bibliografia a respeito de Coité escassa. Utiliza-se de produções escritas em mestrado e TCCs do curso de licenciatura em história da Universidade do Estado da Bahia, no Campus XIV, de Conceição do Coité, com isso, valorizando a produção local.

Para Carneiro, a história local aproxima os estudantes das experiências sociais e das memórias cotidianas, contribuindo para a construção de identidade. Reforça afirmando que

Estudar, conhecer e produzir história local é uma experiência quase sensorial. De alguma forma, as pessoas se sentem parte daquela história, pois o local lhe é peculiar, os personagens lhe são próximos, os objetos lhe são comuns, e os saberes e fazeres são parte de sua vivência. Saltam aos olhos dos estudantes quando em sala de aula

³⁵ CAVALCANTI, E. (2018). **História e história local: desafios, limites e possibilidades**. *Revista História Hoje*, 7(13), 272–292. <https://doi.org/10.20949/rhhj.v7i13.393>, 2018.

³⁶ CARNEIRO. Robenilton Pinto. **Fascículos de História Local: Produção de Material Didático e Possibilidades para o Ensino de História em Conceição do Coité**. Salvador: Dissertação de Mestrado – Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação. Programa de Pós Graduação em Ensino de História – PROFHISTÓRIA, Campus I. 2022.

falamos de fatos da história nacional que ocorreram em nossa localidade, como por exemplo, a escravidão. A princípio, eles imaginam que esse fenômeno histórico ficou circunscrito nos arredores dos grandes centros urbanos, ou nas grandes fazendas de engenho de açúcar. Quando mostram que no município de Conceição do coité, território do Sisal, na Bahia, ocorreu escravidão, a primeira reação é de espanto. E é exatamente nesse momento que a aprendizagem se torna significativa (Carneiro, 2022, p. 31).

A abordagem, em sala de aula, de um assunto que os ligue de alguma forma aos acontecimentos históricos, parece fascinar e cativar mais a atenção da classe. Aquilo que é trabalhado precisa ter significado e fazer sentido. Sendo assim, com certeza essas associações de fatos nacionais ao cotidiano local tendem a despertar uma maior atenção dos estudantes (Carneiro, 2022).

Outra questão abordada por Carneiro (2022) é em relação às saídas com roteiros pedagógicos por cidades históricas. Relata o encantamento dos alunos nessas viagens ao visitarem e pisarem em locais mostrados nos livros de história. Salienta o potencial histórico que algumas cidades, a exemplo de Cachoeira, têm em relação a outras. “Cachoeira é a História viva”, afirma Carneiro (2022, p. 31). Ele também ressalta que mesmo diante de desafios, a história local tem um potencial enorme de ressignificar a prática pedagógica do professor (Carneiro, 2022, p. 32).

Antônio Marcos de Araújo de Souza³⁷, que aborda a história local de Maragojipinho, no município de Aratuípe - BA, e a importância da cultura ceramista como patrimônio local e regional para a construção do saber histórico escolar, baseado nos conceitos de memória, patrimônio, consciência histórica, e ciente de que não existem “receitas prontas”, propõe um estudo sobre essa localidade como forma de aproximar estudantes do 9º ano de uma referida escola ao conhecimento histórico. Partindo de relatos colhidos por vivências experimentadas em visitas a um evento cultural em Nazaré das Farinhas e outro em Maragojipinho, referente aos artesãos ceramistas, Souza (2021), com essas aulas de campo, apresentou aos alunos o patrimônio humano e material da região, ampliando o espaço da sala de aula, adotando uma metodologia mais dinâmica e atrativa.

A princípio Souza (2021) analisou os planos de curso de professores do ensino fundamental de uma referida escola, na tentativa de verificar a presença da história local no

³⁷ SOUZA. Antonio Marcos Araújo. **História Local e Educação Patrimonial do Ensino de História: Maragojipinho e sua cultura ceramista como patrimônio vivo da Bahia**. Salvador: Dissertação de Mestrado – Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação. Programa de Pós Graduação em Ensino de História – PROFHISTÓRIA, Campus I. 2021.

currículo. Constatou que o tema tem sido negligenciado, tanto no componente disciplinar de história, quanto na área de humanas. Só há registros da história local quando se faz menção à comemoração da emancipação do município de Aratuípe. Diante disso, Souza propõe um trabalho pedagógico com resgate das atividades patrimoniais e locais, a exemplo da feira de caxixis e a caracterização da localidade como importante centro de manifestação cultural popular. Partindo de ações práticas, Souza (2021) realizou atividades de campo, primeiro em um município vizinho, para despertar no aluno uma reflexão sobre patrimônio. Em seguida propôs uma roda de conversa entre alunos e ceramistas locais, onde os alunos relataram sua experiência, expuseram fotografias e interagiram com os artesãos locais. Com base nos relatos, elaborou com os alunos um roteiro de perguntas que eles mesmos fariam aos oleiros/artesãos da comunidade de Marajogipinho. Com isso pretendia o autor “fazer com que os alunos valorizassem a cultura popular” (Souza, 2021, p.64).

Sobre o potencial da história local em relação à aprendizagem significativa, Amaral e Nascimento³⁸ afirmam que:

Ensinar história está muito além da exposição de conteúdos substantivos propostos/impostos pelo livro didático dando a ideia ao aluno de que a história é algo distante da sua realidade, quase uma abstração que diz respeito a personagens e fatos tão distantes a esses que muitas vezes parece ser esta a história de outros mundos inalcançáveis (Amaral e Nascimento, 2018).

Trabalhar a história local em sala de aula pode estimular o aluno a verificar e analisar documentos, fotografias, visitar monumentos, buscar respostas com pessoas que vivenciaram fatos e acontecimentos locais, enfim, despertar o lado investigador saindo da rotina do livro didático e encontrando novos caminhos para o saber. Um ensino de história pautado nessas ações pode levar o aluno a aprender de forma mais significativa como a história é construída, relacionando os seus conhecimentos prévios aos novos, aprendidos durante o processo. Considerando que os fatos da história local são de conhecimento dos estudantes, ainda que de forma não sistemática, existe aí um forte indicativo de cognição. Ausubel (1982) considera que “aprender significa ampliar e reconfigurar o que a criança já traz consigo, enquanto bagagem social e de aprendizagem, de casa e de seu ambiente de vivência” (Amaral e Nascimento, 2018, p. 5).

³⁸ Amaral, Moisés Santos Reis, e Adilson Nobre do Nascimento. "**História local fatimense (Fátima, Ba), uma construção da aprendizagem significativa em David Ausubel, 1985-2018.**" in Anais do V ENHS – Encontro Nacional de História do Sertão – A Interdisciplinaridade na História: diálogos entre política, economia, sociedade e cultura. Delmiro Gouveia-AL, Universidade Federal de Alagoas, 04 a 07 de dezembro de 2018.

Considerando a importância da história local para o ensino de história, é válido ressaltar que esta, aplicada ao ensino de história, consiste em ferramenta de extrema relevância por poder proporcionar aos estudantes construir identidade, pensarem sobre si mesmos e sobre seus pares como sujeitos históricos, na medida em que compreendem que a história é feita por pessoas, além de terem a oportunidade de aprender história a partir de informações que lhes são conhecidas e dotadas de conhecimento prático.

Sendo assim, esta pesquisa fez uso da história local (campo da história em plena expansão) como forma de aproximar alunos do 7º ano da Escola Municipal Agripina de Lima Pedreira, em São Gonçalo dos Campos, aos saberes históricos e produzir uma aprendizagem mais significativa.

CAPÍTULO III

AULAS DE CAMPO E OFICINAS DE HISTÓRIA COMO ESTRATÉGIAS PARA UMA APRENDIZAGEM MAIS SIGNIFICATIVA

A metodologia da aula de campo, muito utilizada na Educação e Ciências Humanas, envolve um conjunto de etapas e estratégias que visam integrar o aprendizado teórico com a prática em um ambiente real. Segundo Hencklein (2013),

Essa metodologia admite além do entendimento conceitual a aquisição de conhecimento procedimental, pois durante a aula de campo são utilizadas diversas técnicas de coleta de dados para posterior interpretação e discussão permitindo uma interação muito maior do aluno com o assunto que está sendo ensinado (Hencklein, 2013, p. 2).

Além de permitir coletar dados, a aula de campo possibilita comprovar e melhor visualizar aquilo que foi apresentado e discutido em sala de aula. Sendo assim, faz-se necessária, no processo educativo, uma leitura mais dinâmica e diferenciada do mundo vivido e percebido, experienciar novas sensações que uma visita a um local histórico pode proporcionar. Nesse contexto, a aula de campo na disciplina história é essencial, pois através dela é possível identificar, de fato, o que é estudado em sala de aula, possibilitando, dessa maneira, a percepção do aluno às diversas interações entre homem e o meio que o cerca. A vivência na prática torna os conteúdos muito mais significativos para os educandos.

Tudo que envolve a preparação para uma aula de campo faz tornar a aula de história mais atraente e interessante para a turma. Quando fizemos o planejamento para visitarmos a igreja matriz e a praça Bráulio Seixas, em São Gonçalo dos Campos, era perceptível a euforia e ansiedade em toda a turma. O interesse em tomar nota e ver as questões a serem observadas em loco era notório.

Para Campos (2015), a aula de campo ultrapassa o simples espaço observado para alcançar uma leitura ampla sobre a paisagem, na perspectiva holística e interdisciplinar. Em história, essa percepção pode ser traduzida em proporcionar ao aluno uma interação entre passado e presente, que é um dos aspectos significativos da disciplina, possibilitando uma visão mais crítica diante dos contextos que lhes serão apresentados.

De acordo com Vygotsky (1989) “uma característica essencial do aprendizado é que ele desperta vários processos de desenvolvimento internamente, os quais funcionam apenas quando a criança interage em seu ambiente de convívio”. (p. 5).

A aula de campo está intimamente conectada à teoria de aprendizagem de Vygotsky (1989), especialmente em relação aos conceitos de zona de desenvolvimento proximal (ZDP), mediação social e aprendizagem contextualizada. Segundo Vygotsky (1989), a ZDP é a distância entre o que o aluno consegue fazer sozinho e o que ele pode alcançar com a ajuda de outros, como professores ou colegas. Em uma aula de campo, essa interação é intensificada, pois o aluno vivencia situações reais que o desafiam a aplicar o conhecimento teórico. O professor, atuando como mediador, pode guiar os alunos a resolver problemas, conectar observações práticas com teorias e estimular a reflexão crítica, ampliando o que eles são capazes de compreender com auxílio. A teoria de Vygotsky (1989) enfatiza o papel das interações sociais no desenvolvimento cognitivo.

Em uma aula de campo, os alunos aprendem não apenas pela interação com o ambiente, mas também por meio da colaboração com colegas e professores. O ambiente favorece a construção coletiva do conhecimento, onde os alunos discutem, trocam ideias e resolvem problemas em conjunto, aprendendo uns com os outros. Vygotsky (1989) acreditava que o aprendizado é mais eficaz quando acontece em contextos significativos, e que a ligação entre o ambiente social e cultural é essencial para o desenvolvimento cognitivo. A aula de campo oferece uma oportunidade única para os alunos entenderem o conteúdo de forma mais contextualizada e concreta, dando sentido àquilo que se aprende. O professor, na visão de Vygotsky (1989), é um mediador do conhecimento.

Durante uma aula de campo, o papel do professor é fundamental para ajudar os alunos a fazerem conexões entre o que estão observando e o conhecimento teórico aprendido. As perguntas, assim como as atividades propostas, incentivam a reflexão, facilitando o processo de construção de sentido por parte dos alunos. Sendo assim, a aula de campo, quando bem planejada, está de acordo com os princípios vygotskianos ao proporcionar uma aprendizagem ativa, colaborativa e contextualizada, que valoriza a mediação e as interações sociais para promover o desenvolvimento cognitivo dos alunos.

3.1 Visita à igreja matriz e praça Bráulio Seixas

Figura 12 – Visita à igreja matriz de São Gonçalo dos Campos (2024)



Fonte: Acervo do autor.

A foto acima documenta uma visita guiada à igreja matriz, realizada em 18 de julho de 2024, e que contou com a presença da professora de geografia, coordenadora da escola, e do professor Edson Moreira, que nos guiou e nos forneceu algumas informações preciosas a respeito da construção e arquitetura do prédio.

Considerando que o município pequeno, onde as distâncias entre os locais a serem visitados são relativamente pequenas, e levando em conta que a aquisição de transporte para esse tipo de trabalho não é de fácil negociação, foi combinado com os alunos que o nosso encontro seria na praça Bráulio Seixas, onde está localizada a igreja. A aula começou pela praça, onde estão localizados os casarões de arquitetura neoclássica, no entorno da igreja. Também foi apresentado o coreto, ao lado da igreja, que funcionou como prisão, na parte inferior do monumento.

A dinâmica da aula começou após discutirmos em sala de aula as narrativas sobre a fundação do município de São Gonçalo dos Campos. Encontramo-nos na igreja matriz, no dia 18/07/2024, onde contamos com a presença da professora de geografia da turma (7º V2), da coordenadora da escola e de um guia, encarregado pelas visitas à igreja. É significativo afirmar que a história da igreja se confunde com a da fundação do município de São Gonçalo, que por sua vez, desenvolveu-se em torno da edificação. Chegando lá, ouvimos uma breve explanação do guia a respeito da construção do prédio como, quem financiou, sobre a mão de obra de pessoas escravizadas, e todo processo que envolveu a construção, em 1696. Os alunos fizeram alguns questionamentos a respeito dos detalhes da construção, bem como sobre a relação com a fonte da gameleira (questão já debatida em sala de aula). Ao final da explanação, a turma foi dividida em dois grupos, e cada um deles foi conduzido até as torres da igreja, o que possibilitou a visualização do rio Jacuípe, que era a porta de entrada do município para quem vinha da região de Cachoeira. A foto abaixo documenta a visita à torre:

Figura 13 – Visita à torre da igreja matriz de São Gonçalo dos Campos (2024)



Fonte: Acervo do autor.

O interesse e a motivação dos alunos eram perceptíveis, e refletiam nas perguntas e atenção total às explicações. Além disso, os alunos e alunas relacionaram a visita com as explicações feitas em sala de aula. A saída pedagógica tornou a aula mais rica onde pude, em outras ocasiões, quando tratamos sobre Reforma e Contrarreforma, ao referir as confissões, estabelecer algumas conexões com a visita, pois os alunos tiveram a oportunidade de entrar no

confessionário existente na igreja. Essa é mais uma contribuição da história local, o poder de estabelecer relação com a história universal, mostrando aos alunos que aquilo que acontece e existe ao seu redor, também é história.

Nas aulas posteriores, fizemos uma roda de conversa a respeito da visita, deixando-os livres para relatarem sobre seus sentimentos. Nos relatos percebemos o quanto gostaram da experiência, pois pediram que fizéssemos outros momentos semelhantes. Aproveitei a oportunidade para recontar a história de fundação do município, relacioná-la com a da região e da exploração dos Bandeirantes e da fase da mineração, integrando a história local à história nacional.

Como forma de avaliação, solicitamos que fizessem um texto descritivo sobre a experiência vivida. Nos textos, percebemos o quanto a experiência foi positiva, com alguns sendo bem objetivos e econômicos nas palavras, muito comum em turmas do fundamental. Mas outros fizeram relatos detalhados, descrevendo partes da igreja e passagens do relato ouvido sobre a fundação do município.

3.2 Visita à fonte da gameleira, mercado popular e antiga estação ferroviária

Figura 14 – Visita à fonte da gameleira (2024)



Fonte: Acervo do autor.

No dia 07 de novembro de 2024 realizamos um roteiro que iniciou na fonte da gameleira, seguindo ao antigo mercado municipal e finalizado na antiga estação ferroviária. Fazendo jus ao trabalho interdisciplinar contamos, mais uma vez, com o auxílio da professora de geografia e da coordenadora da escola.

Na fonte da gameleira relembramos a história da fuga dos santos, contada como lendas de aldeias, narradas por Lessa (2012, p. 28/29), para ilustrar o achado da imagem de São Gonçalo naquele local. O objetivo era identificar elementos locais presentes nas narrativas a respeito da fundação do município. Recontamos a história da fonte de água milagrosa, assim como a polêmica contaminação pelo cemitério, localizado logo acima. Vimos o abandono do lugar e constatamos inexistência de pessoas em busca da água local, que já foi muito constante em épocas passadas. Fizemos algumas fotos e ouvimos os relatos dos alunos e suas observações sobre o lugar.

Pudemos perceber a mata do entorno e a condição alagada. O local estava fechado, vimos apenas o entorno, com aspectos de abandono. Reunimos a turma e fizemos uma breve explanação a respeito do achado da imagem e vimos que, como relatam os textos e narrativas orais, a distância para a região da cruz, local onde a imagem foi depositada por Gonçalo Macário, em linha reta, não é grande. Avista-se da fonte da gameleira, parte da igreja, que segundo relatos orais, foi construída no adro, parte alta, em razão da condição alagada do terreno.

Figura 15 – Ladeira de acesso à Fonte da Gameleira (2024)



Fonte: Acervo do autor.

Na imagem acima, é possível perceber a região de mata no entorno e a ladeira que dá acesso à fonte da gameleira.

O mercado popular, também fechado, encontra-se num estado de conservação deplorável, sem telhado e paredes com buracos, como mostra a imagem abaixo.

Figura 16 – Visita ao antigo Mercado de São Gonçalo dos Campos



Fonte: Acervo do autor.

Entretanto, explicamos sobre sua importância num passado recente, onde em frente acontecia a feira livre, e que o mercado servia para o comércio daquilo que não podia molhar, como carnes, farinha e outros produtos.

Foi inevitável perceber a indignação de alguns alunos diante do abandono do lugar. Uma aluna comentou que o espaço poderia ser revitalizado e servir de local para se visitar, como uma atração turística. Aproveitamos para abordar questões como conservação material e da própria história do município, que precisa ser ressignificada, e que tudo isso passa pela valorização e conservação do patrimônio público.

Aproveitamos a oportunidade para tratarmos sobre a importância da preservação do patrimônio, nesse caso, um edifício histórico, que pode ser definido como uma estrutura que possui algum tipo de valor histórico, ou seja, as pessoas (no presente) estão, de alguma forma, conectadas a ele através de eventos passados³⁹. O mercado de São Gonçalo dos Campos traz consigo muitas memórias, tanto para os alunos do 7º V2, quanto para seus familiares. E vemos tudo aquilo se deteriorando, e consigo muitas lembranças e parte da identidade local.

³⁹ AMORIM, Arivaldo Leão de; GROETELAARS, Natalie J.; LINS, Eugênio de A. Um centro de documentação do patrimônio arquitetônico. *Fórum do Patrimônio*, v. 2, n. 1, 2008.

Na antiga estação ferroviária, vimos uma situação bem diferente. Aqui se pode empregar o conceito de preservação, que é a manutenção da estrutura ou de um local em seu estado existente, retardando, assim, possíveis deteriorações⁴⁰. O prédio é usado como unidade de saúde da família, muito bem-estruturado e conservado, como revela a imagem abaixo:

Figura 17 – Visita à antiga estação ferroviária de São Gonçalo dos Campos



Fonte: Acervo do autor.

Observamos a sua arquitetura e a elevação nas laterais, que serviam para a parada do trem e entrada de passageiros. O lugar é cercado por jardins, onde aproveitamos, de forma breve, e discutimos sobre a importância e eficiência dos trens para o transporte público. Nesse ponto percebemos que a questão não é apenas local, mas que tem relação com políticas de incentivo ao transporte rodoviário, que é comum em todo país.

Um fator positivo a ser considerado, ligado às aulas de campo, é que quando nossos alunos saem do contexto da sala de aula, naturalmente os sentidos do corpo são despertados e estimulados, o que em sala de aula aconteceria de forma limitada, como, por exemplo, a percepção dos sons de um ambiente natural, seus odores, cores, características daquilo que apalpamos e percebemos pelo tato; isso sem contar que ali eles têm a oportunidade de experienciar e interagir, de forma rica, em todas as suas nuances, com o que antes viam apenas nos livros didáticos. Nesse contexto, quanto mais envolvemos nossos estudantes em ambientes

⁴⁰ Idem.

diversificados, em condições novas e sensações agradáveis, estimulando diversos sentidos, propiciam condições que facilitam e impulsionam o processo de aprendizagem, tornando-a mais significativa. Campos (2015) relata que outro fator relevante e que também justifica todo o trabalho que o professor tem ao planejar uma saída de campo é a dimensão afetiva que é aprimorada nestas atividades, a convivência em grupo, a capacidade de trabalho em equipe, desenvolvimento de senso de responsabilidade e ajuda mútua, o enfrentamento de desafios, até mesmo físicos, maior aproximação entre o professor e os alunos.

Todas essas aulas de campo basearam-se na teoria de Ausubel (1982), pois partindo desse conhecimento que os alunos já têm a respeito dos lugares que fazem parte dos seus círculos de convívio, a aprendizagem significativa torna-se possível.

3.3 Oficina de história: trabalhando com documentos em sala de aula

Nessa etapa faremos uso do conceito de aula-oficina, da historiadora Isabel Barca (2004 e 2006) e da metodologia de trabalhar documentos em sala de aula, apresentada por Schmidt e Cainelli (2009).

O conceito de aula oficina pressupõe que os alunos sejam agentes do seu próprio conhecimento, ou seja, que ele seja proporcionado através de indagações causadas pelo professor por meio de atividades intelectualmente desafiadoras. Contudo, para que isso seja efetivado em sala de aula, Barca afirma que o professor de história

Terá que assumir-se como investigador social, aprender a interpretar o mundo conceptual dos seus alunos não de imediato classificar em certo/errado, completo/incompleto, mas para que esta sua compreensão o ajude a modificar positivamente a conceptualização dos alunos (Barca, 2004, p. 133).

A cultura escolar brasileira teve renovada sua forma de pensar o ensino de história a partir da relação com a epistemologia e com o narrar historicamente como parâmetros para formação do pensamento histórico. Nesse sentido, Isabel Barca afirma que:

Em História, a aprendizagem é orientada para uma leitura contextualizada do passado a partir da evidência fornecida pelas variadíssimas fontes. A História não trata de certezas sobre um passado considerado fixo até que novos factos sejam descobertos; existem construções historiográficas diferentes, por vezes a responder a perguntas muito próximas, mas com enfoques diferentes. Numa sociedade aberta torna-se cada vez mais óbvia esta característica da História — a de que não se aceite apenas «uma grande narrativa acerca do passado —, já que os historiadores podem produzir narrativas divergentes, fruto de perspectivas diferenciadas sobre as mesmas fontes ou situações (Barca, 2006, p. 116).

Baseado nessa afirmação de Isabel Barca, as oficinas propostas buscaram cruzar diferentes tipos de fontes, para demonstrar aos alunos que um mesmo fato histórico pode ser contado por diversas narrativas. Por exemplo, quando assistimos ao vídeo de um memorialista local, contando sobre a fundação de São Gonçalo dos Campos, buscamos fazer pausas e confrontar o dito, com algumas informações escritas que já possuíamos sobre esse mesmo fato.

Segundo Schmidt e Cainelli (2009), esse tipo de trabalho com fontes históricas em sala de aula não pretende formar pequenos historiadores, tão pouco substituir o papel do professor no processo de ensino-aprendizagem, mas sim oportunizar os alunos, nesse contato com fontes primárias, perceberem como a história é construída, e que é um processo humano. Além disso, ajuda o professor a ampliar e renovar sua concepção sobre o uso do documento. Tudo isso contribui para tornar a aula de história mais dinâmica e atraente para os estudantes.

As oficinas com documentos históricos ocorreram entre 09/10/2024 e 31/10/2024, perfazendo um total de doze horas aulas. Para isso foram utilizados dois tipos de documentos: uma reportagem de jornal e um depoimento de um memorialista local, retirado da internet⁴¹.

Essas oficinas foram precedidas de aulas a respeito dos tipos de documentos, baseadas em Schmidt e Cainelli (2009), onde pontuam que no ensino de história, a palavra documento pode suscitar pelo menos duas interpretações: primeiro como material didático (livros, mapas, filmes), com finalidade definida como suporte didático; na segunda interpretação, o documento constitui uma fonte, indícios de situações vividas que permitem a exploração por historiadores. Fizemos uso desta segunda interpretação.

Na primeira aula oficina utilizamos um recorte de jornal local (*O Campesino*, de 1921), com uma matéria sobre a abertura de uma escola noturna em São Gonçalo dos Campos, por iniciativa de Luiz Cardozo Cazumbá, conforme imagem abaixo:

⁴¹ Disponível em: <https://youtu.be/QO35HDIGb6c>

Figura 18 – Matéria do jornal, O Campesino, de 1921



Fonte: Jornal O Campesino.

Transcrição: “Escola Noturna gratuita, sob os auspícios do nosso dedicado amigo e illustre conterrâneo Luiz Cardozo Cazumbá, fundou-se nesta cidade, no dia 4 do corrente, uma aula noturna gratuita, com o fim elevado e patriótico de combater o analfabetismo tão elevado em nosso meio. As aulas estão sendo dadas provisoriamente em sua residência, estão começando de 7 às 9 horas da noite com já adiantado número de alumnos. Levando um abraço sincero de parabéns ao nosso amigo Cazumbá pela sua brilhante ideia, fazemos votos para que veja coroado de refulgente êxito os seus imensos esforços, arrancando das trevas da ignorância muitos sangonçalenses, que poderão talvez amanhã, bebendo nas fontes do saber, vir a ser o futuro de glória desta terra.”.

O documento foi acompanhado de tradução, em razão da legibilidade e também para facilitar a compreensão, por parte dos alunos.

Figura 19 – Alunos da Escola Agripina de Lima Pedreira (2024)



Fonte: Acervo do autor.

Como mostra a imagem acima, após a distribuição foi dado tempo para uma leitura silenciosa, seguida de uma leitura compartilhada, para capturar as primeiras impressões acerca do documento.

A escolha desse recorte em especial objetiva discutir sobre a contribuição dos Cazumbá para a sociedade local, assim como apresentar aspectos positivos a respeito daquela família, desconstruindo as ideias preconceituosas que permeiam a mentalidade de alguns são-gonçalenses. Além disso, estamos pondo em prática as normativas da lei 10.639/03, apresentando a história da cultura afro-brasileira, muito marcante em São Gonçalo dos Campos. Somado a isso, trazendo um tema que versa sobre uma família de representantes da turma, como mais uma demonstração de que, no ensino, trazer o aluno para mais perto das histórias individuais pode ser uma poderosa estratégia de aprendizado, reforçando a questão de identidade e sentimento de pertença à comunidade local. Quando apresentamos narrativas pessoais, como as dos jornais históricos dos anos 1920, criamos uma conexão mais empática e concreta. Essas histórias podem dar aos alunos uma visão de como os eventos maiores, como a alfabetização de negros naquela época, afetaram a vida de pessoas comuns, permitindo uma compreensão mais humana e profunda do contexto histórico.

Além disso, quando o aluno vê como esses eventos se desdobraram na vida de outras pessoas, ele pode se imaginar naquela época e refletir sobre como o contexto social influencia as oportunidades e os desafios que as pessoas enfrentam. Isso não só enriquece o aprendizado,

mas também promove um pensamento mais crítico e uma compreensão mais complexa das desigualdades e lutas históricas.

Após a leitura do documento, fizemos a contextualização e direcionamos algumas questões para facilitar o entendimento:

1- Quem escreveu o documento e para quem?
2- Como se classifica esse tipo de documento?
3- Destaque as palavras que você não conhece.
4- Qual o propósito do anúncio?
5- Quais eventos ou questões o documento menciona?
6- Quais personagens são mencionados no texto?

Essas questões são mais descritivas e visam identificar a fonte histórica. Para Schmidt e Cainelli “essa apresentação não é uma simples leitura, mas um trabalho que passa por várias fases e pode ser considerado um primeiro olhar crítico sobre o documento” (Schmidt e Cainelli, 2009, p. 96).

Continuando com a análise do documento, enfatizamos o contexto, explorando o que dizia a Constituição de 1891 a respeito da educação no Brasil, seus limites e possibilidades. Diante desse contexto, discutimos a respeito da relevância do documento que versava sobre a oferta de educação gratuita para pessoas não alfabetizadas. Refletimos sobre o papel do Estado na educação pública, comparamos com a Constituição atual e percebemos que mesmo diante do que rege a lei, ainda temos índices de analfabetismo alarmantes no Brasil. Mas, acima de tudo, atentamos para a iniciativa pioneira de um Cazumbá, em ofertar educação para adultos em uma época de pouquíssimas oportunidades, principalmente para pessoas ex-escravizadas.

Sobre a abertura de escolas noturnas, Jucimar Cerqueira dos Santos (2017) faz referência a uma reforma educacional na Bahia, sancionada por Francisco Gonçalves Martins,

o Barão de São Lourenço, em 4 de março de 1870, através da resolução nº 1.116, alegando ser útil à “modernização da instrução e autonomia do país”, que promovia a abertura de escolas, tanto por iniciativa do governo, como por particulares, com a intenção de reduzir os cerca de 80% de analfabetismo que assolava o país na época. Na Bahia ele chama atenção para a defesa de Francisco Gonçalves Martins, um controverso entusiasta e defensor da instrução profissional em detrimento do trabalho escravo, mesmo sendo proprietário de terras e escravizados. Santos (2017) constata que o discurso de Martins tem mais a ver com a ideia que predominava no Brasil sobre modernidade, regeneração ou melhoria das raças, do que com a solidariedade às pessoas que não tinham sua força de trabalho livre (pág. 24).

A iniciativa de Luiz Cardozo Cazumbá pode ser um reflexo deste decreto, mas com certeza visava outros fins, bem diferentes de Martins, em 1870. Sendo representante de uma família negra, acredita-se que sua intenção talvez fosse prestar solidariedade e municiar de conhecimento seus irmãos de cor.

Propusemos as seguintes questões para a turma:

- 7- Qual a importância de uma escola gratuita e noturna para a sociedade são-gonçalense em 1921?
- 8- Quem foi Luiz Cardozo Cazumbá?

Com essas questões objetivamos, como propõe Isabel Barca (2004) “entender situações humanas e sociais em diferentes tempos e espaços” (p. 34).

Para concluirmos o trabalho com esse documento, ciente das dificuldades de escrita notórias na turma, propusemos que eles reunissem em um texto, todas as perguntas e respostas a respeito desse recorte de jornal. O exercício consistiu em formar um texto coerente e com sentido, para finalizar a atividade. Sendo assim, solicitei que formassem duplas, comparassem as respostas, e entregassem um único texto. O resultado foi bem variado, com alguns fazendo as devidas conexões e entregando textos bem coerentes. Mas outros, que evidenciavam as dificuldades, apresentaram apenas as perguntas e respostas, um tanto desconexas. Essa é a realidade da escola pública, ainda muito carente, e que apresenta desafios a serem superados com muito trabalho.

No dia 17 de outubro de 2024 apresentamos à turma outro tipo de documento, desta vez um vídeo de Geraldo Pereira, um memorialista de São Gonçalo dos Campos, já falecido em 2010. O vídeo narra a história da criação do município, por volta de 1674.

Figura 20 – Mostra de vídeo para alunos do 7º V2 da Escola Agripina de Lima Pedreira (2024)



Fonte: Acervo do autor.

Assistimos ao vídeo e no final comentamos a respeito do seu conteúdo e comparamos a outras narrativas sobre o assunto, ouvida inclusive na igreja, quando da nossa visita.

O período coincide com a fase colonial da história do Brasil, mais precisamente com a mineração, que atraiu pessoas de Portugal em busca do ouro. Com essa referência, mais uma vez reforçamos a importância da história local em associação com temas da história nacional, que servem, sem dúvida, como motivação e ponto para despertar e aguçar o interesse dos alunos nas aulas de história.

Sobre o vídeo, propusemos as seguintes questões:

1- Qual o tema tratado no vídeo?
2- Qual é a categoria desse documento?

3- Como podemos comprovar ou verificar as informações do vídeo?
4- Como esse vídeo foi produzido?
5- Essas informações já foram vistas por vocês em outros documentos? Quais?
6- Qual a importância desse depoimento para a história de São Gonçalo dos Campos?

Segundo Schmidt e Cainelli (2009), os depoimentos orais têm um papel fundamental no ensino de história, pois trazem para a sala de aula a perspectiva pessoal e única de indivíduos que viveram determinados acontecimentos. Eles permitem que os alunos compreendam a história de maneira mais humana e próxima, revelando emoções, interpretações e detalhes que os documentos escritos frequentemente não capturam. Essa abordagem facilita a conexão emocional com o tema, estimula a empatia e torna o aprendizado mais significativo.

Na aula de história, o uso de depoimentos orais pode ajudar os alunos a perceberem que a história não é apenas uma sequência de eventos distantes e impessoais, mas sim uma série de experiências vividas por pessoas reais, o que aproxima a disciplina da realidade dos estudantes. Além disso, os relatos orais enriquecem a compreensão histórica ao mostrar a diversidade de perspectivas, especialmente aquelas que tradicionalmente não têm espaço em documentos oficiais ou na historiografia convencional.

Como avaliação, propusemos à turma que representassem num desenho a história de fundação do município, baseado na narrativa do vídeo – considerando que o desenho é uma forma de linguagem lúdica e subjetiva de apreender os fatos, e que na metodologia de ensino de história pode ser uma ferramenta pedagógica poderosa para promover o engajamento, a compreensão crítica e a criatividade dos estudantes. Pois, como afirmam Carvalho, Silva e Andrade (2013), o uso do desenho e da linguagem iconográfica nesse tipo de atividade auxilia a construção do conhecimento histórico e permite aproximação dos alunos à história.

Dentre os vários desenhos, destaquei os que estão abaixo por representarem um certo padrão com os personagens (o viajante, o indígena e o santo São Gonçalo retratado na frase: “Valei-me São Gonçalinho”) e os momentos considerados mais importantes da narrativa:

Figura 21– Desenhos de alunos do 7º V2 da Escola Municipal Agripina de Lima Pedreira (2024)



Fonte: Acervo do autor.

Nos desenhos acima percebemos uma das competências em história que Isabel Barca (2004) sintetiza em subdivisões: interpretação de fontes; compreensão contextualizada e comunicação. Nos desenhos representados a competência que está presente é a que se refere à interpretação de fontes, pois é perceptível a presença dos principais personagens e frases marcantes, presentes no vídeo, retratados segundo a subjetividade e habilidade de cada aluno.

A liberdade do desenho⁴² é um conceito que valoriza a expressão criativa sem limites rígidos, permitindo que o artista explore ideias, técnicas e formas de maneira espontânea. É o

⁴² PRINTES, Jocileia Souza; FREITAS BISSOLI, Michelle. **Cultivando o desenho da criança: liberdade, encantamento e transgressão**. Olhar de Professor, v. 24, p. 1-24, 2021.

ato de desenhar sem a preocupação com regras ou padrões tradicionais, priorizando a autenticidade e a intuição. Essa abordagem pode ser terapêutica, ajudando a liberar emoções e pensamentos, além de fomentar a inovação artística. Na educação, por exemplo, a liberdade no desenho pode ser uma ferramenta poderosa para estimular a criatividade dos alunos, promovendo um ambiente onde eles se sintam à vontade para experimentar e descobrir suas próprias capacidades expressivas.

Durante essa atividade, percebi a interação, as trocas de informações, principalmente sobre o conteúdo da narrativa, discussões sobre o que deveria ser desenhado, deixando clara a leveza, e a possibilidade real de que a história pode ser apresentada por diferentes olhares e estratégias bem mais contagiantes e interessantes para nossos alunos.

Trabalhar com documentos históricos e aulas de campo foi uma experiência transformadora, tanto para os alunos quanto para mim. Ver os alunos se envolverem emocionalmente com histórias reais é muito gratificante. O contato direto com documentos históricos ou locais onde os eventos ocorreram despertou nos alunos curiosidade e um senso de conexão com o passado. Os estudantes passaram a compreender que a história não é apenas um conjunto de datas e fatos, mas sim um campo dinâmico, composto por narrativas humanas, lutas e conquistas. Isso tornou o aprendizado mais significativo. O manuseio de documentos históricos permitiu que eles desenvolvessem habilidades de análise crítica, interpretação de fontes primárias e reflexão sobre diferentes perspectivas. Trabalhamos documentos e aulas de campo, especialmente os que abordam temas como a alfabetização de negros e desigualdades sociais, levando os alunos a refletirem sobre o presente e questionarem as continuidades e rupturas na história.

Apesar do impacto positivo, muitas vezes enfrentei desafios para adaptar as atividades ao tempo disponível e ao nível de compreensão da turma. As visitas a campo, por exemplo, demandaram planejamento e apoio institucional. Agradeço o apoio recebido da direção da escola, na época representada pelo professor José Carlos; da coordenação e de alguns colegas de trabalho que foram solícitos em ceder suas aulas para nossas saídas de campo. E em especial aos alunos da turma do 7º V2 da Escola Municipal Agripina de Lima Pedreira, que mesmo com a ausência de transporte, caminharam comigo, transformando as ruas de São Gonçalo dos Campos em extensão da sala de aula. Essas práticas ressignificam o meu papel de professor. Há um sentimento de realização em proporcionar experiências que ultrapassam o espaço da sala de aula e deixam marcas profundas no aprendizado. Essas impressões reforçam a importância

de uma prática pedagógica inovadora e comprometida, na qual o passado ganha vida e se torna uma ferramenta para compreender e transformar o presente. Acredito que esse seja o verdadeiro papel das aulas de história.

As atividades metodológicas de aulas de campo e análise de documentos serviram de ensaio e fase preliminar para a confecção de uma caixa de história sobre São Gonçalo dos Campos que será abordada no próximo capítulo. Isso porque nas visitas que fizemos pude perceber as lacunas que as narrativas apresentam e que podem ser exploradas na caixa, com documentos mais específicos e atividades coerentes ao tema abordado. Na análise de documentos percebi o quanto o interesse dos alunos é aguçado pela curiosidade de desvendar questões baseadas em documentos concretos. Sendo assim, acredito que a reunião de mapas, fotografias, cartas, jornais, depoimentos, vídeos e uma série de outros documentos referentes à história local vão despertar um maior interesse e atenção nas aulas de história.

CAPÍTULO IV. PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO: “CAIXA DE HISTÓRIA LOCAL”

Baseado na proposta de Helenice Rocha (2004), a nossa solução mediadora de aprendizagem visa produzir uma “caixa de História local” sobre aspectos do município de São Gonçalo dos Campos. O objetivo é despertar no aluno um maior interesse pela disciplina história a partir do estudo dos saberes locais, vivenciados e conhecidos por eles. Além disso, poder proporcionar aos professores discussões sobre a história local, a partir de documentos e outros materiais reunidos numa caixa, que ficará à disposição, na biblioteca da escola.

O projeto da caixa de história foi criado em 2004, coordenado pela historiadora Helenice Rocha, da Faculdade de Formação de Professores (FFP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em São Gonçalo. A iniciativa teve o apoio da FAPERJ por meio do edital *Apoio à Melhoria do Ensino em Escolas Públicas Sediadas* e do Ministério da Educação e Cultura (MEC), e contou com uma equipe de historiadores: Luis Reznik, Marcia Gonçalves e Rui Aniceto, todos da Uerj, e com o professor Marcelo Magalhães, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio)⁴³.

4.1. O que é uma caixa de história?

A caixa da história é um material de apoio pedagógico que visa contribuir com professores do ensino fundamental, médio e EJA, no esforço de abordarem temas ligados à história local dos municípios em que atuam. A opção por apresentar o material pedagógico em forma de caixa se justificaria pelo caráter lúdico que tal formato sugere, o qual seria reforçado pelo fato de que o aluno não teria como prever qual atividade seria proposta quando ela fosse aberta. A ludicidade do material se estende pela forma como as “fichas de atividade” são apresentadas, à medida que não obedecem a uma sequência pré-estabelecida pelos autores, podendo ser acionadas pelo professor no momento e ordem que achar mais conveniente.

Visando atender a carência de materiais para o trabalho de história local em escolas brasileiras, a professora Helenice Rocha (2016), juntamente com estudantes de licenciatura em história e outros professores de seu estado, o Rio de Janeiro, desenvolveu, no ano de 2004, o

⁴³ GABRIEL, Carmen Teresa et al (org.). *Narrativas do Rio de Janeiro nas aulas de história*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

projeto intitulado “caixa de história”, que busca selecionar materiais e documentos de municípios do Rio de Janeiro acerca de suas respectivas histórias. Foram elaboradas caixas sobre os municípios de São Gonçalo, Magé, Itaboraí, Cachoeiras de Macacu, Guapimirim, Rio Bonito, Saquarema e Piraí, todos no Rio de Janeiro. Quando finalizaram o trabalho, o grupo doou a caixa de história local às redes municipais de ensino e apresentou o material aos professores da educação básica dos respectivos municípios, “de forma que eles ficassem instigados a conhecer e, a partir daí, usar o material” (Rocha, 2016, p. 136). Projetos como esse contribuem significativamente para valorizar a memória local, além de estimular nos professores da rede básica de ensino a formação de uma consciência crítica e cidadã.

Para Helenice Rocha,

A caixa visa a aproximação e o estranhamento de alunos e professores do Ensino Básico na relação com esses documentos proporcionando a produção de identidades que dialoguem com a história local a partir da interação com atividades e oficinas, nas quais documentos, narrativas são apresentados (Rocha, 2016, p. 117-118).

Em 2011, Helenice Rocha criou o projeto “Caixa de Histórias – Conhecer e Criar” para acompanhar o andamento da aplicabilidade das caixas em sala de aula.

Para isso, foram feitas oficinas para professores e acompanhamos seu uso nas escolas durante o ano letivo de 2011. Isso aconteceu na Escola Municipal Anísio Spíndola Teixeira, em Santa Luzia, bairro de São Gonçalo. O projeto contou com dois professores da escola e dois bolsistas da graduação em História. Em seu trabalho, eles desenvolveram novos materiais, como uma apresentação sobre a fazenda Colubandê, que já era descrita em uma crônica, numa das atividades propostas pela caixa (Rocha, 2016, p. 125).

Rocha deixa claro que apesar de cada caixa contar com “guia do professor”, as atividades propostas são sugestões, que podem ser seguidas literalmente, modificadas ou adaptadas pelo professor para cada situação de aula.

A nossa trajetória investigativa passa também por uma página mantida pelo Grupo de Pesquisa Oficinas de História, em seu blog⁴⁴, com referências a projetos de pesquisa coordenados por seus integrantes, reportagens veiculadas na internet, além de artigos nos quais os pesquisadores remetem ao seu processo de construção.

Muitos autores, como Aryana Costa (2019), destacam a dificuldade de se encontrar materiais didáticos a respeito da história local que possam ser usados em situações de ensino e aprendizagem. Devido a essa dificuldade, muitas vezes os docentes se veem obrigados a realizar

⁴⁴ Disponível em: <http://projetoaixadehistoria.blogspot.com/?m=1>

pesquisas exploratórias, mapear e coletar materiais e documentos para o ensino de história local. Para Costa, contudo, tal configuração (de uma caixa de história) seria uma “ótima oportunidade para a atuação dos próprios professores e alunos como sujeitos produtores do conhecimento eleito como objeto de estudo” (Costa, 2019, p. 134). Esse movimento de produção faria o estudante sair de sua zona de conforto e buscar materiais de estudo e pesquisa em “espaços de memória, acervos, arquivos, monumentos”, além de “pessoas a serem entrevistadas” (Costa, 2019, p. 136).

Pautado nesse pensamento de Costa (2019), a proposta da “Caixa de História Local”, estaria aberta a contribuições e passível de ser complementada, tanto por professores, como através de pesquisas feitas pelos alunos.

Para o aluno, trabalhar com documentos e narrativas com as quais eles se identificam, podendo estabelecer relações de fatos locais, com a história nacional, torna o trabalho em sala de aula mais dinâmico e aproxima o conteúdo visto nos livros a realidades conhecidas. Esse estudo interativo facilita a aprendizagem, pois traz significados e parte daquilo que está próximo para contextos mais gerais.

Pesquisando no educapes encontrei um trabalho de Adolfo Eugênio Ferreira Baptista⁴⁵ que dialoga com a nossa proposta, onde ele, também baseado no projeto de Helenice Rocha, faz uma análise da trajetória das caixas de história de municípios do Rio de Janeiro para construir um material pedagógico (caixa de história) para alunos da EJA de Nova Iguaçu. Baptista (2016) objetiva analisar o impacto que o estudo da História local tem sobre a construção identitária dos alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), ainda carentes de referências, e muitas vezes tratados com indiferença e preconceito pela comunidade escolar.

Baptista (2016) compôs sua caixa contendo um diário de bordo e uma oficina. O diário de bordo visava partilhar experiências exitosas de professores da EJA, para servir de inspiração para outros colegas da modalidade. Nele seriam feitos registros de atividades que normalmente “dependem apenas da memória do professor para circular, correndo sério risco de se perder”. Orientados por duas questões facilitadoras: “*O que fiz? Por que fiz?*”, o diário seria apresentado ao professor através de uma carta na qual o autor justifica a presença desse material na caixa de

⁴⁵ BAPTISTA, Adolfo Eugenio Ferreira. **Caixa de história local e a construção da identidade dos alunos da educação de jovens e adultos**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em História, 2016.

história e o convida a contribuir em sua construção, com seus registros, tornando o professor um coautor do projeto.

Já a oficina 1, assim denominada por Baptista (2016), objetivava promover eventos de aprendizagem, com um trabalho utilizando mapas históricos para propor um letramento cartográfico aos alunos. Para ele,

Realizar um letramento cartográfico significa romper com uma percepção da Geografia enquanto uma disciplina que realiza, como afirma Gadotti, um processo de dissecação da Terra, sem que o aluno fosse levado a sentir-se parte integrante do planeta e responsável pela qualidade de vida oferecidas a todas as espécies que nele habitam. A utilização de mapas históricos faz com que o professor de nossa disciplina passe a atuar em uma área de fronteira na qual irá dialogar com os conhecimentos da Geografia, ou seja, conferindo a sua aula um caráter eminentemente interdisciplinar, o qual contribui na desconstrução de uma concepção dos saberes escolares segmentados e sem a necessidade de dialogarem entre si (Baptista, 2016, p. 93).

4.2 Confeção e organização da caixa de história de São Gonçalo dos Campos

No caso específico de São Gonçalo dos Campos, fiz uma caixa em MDF, solicitei de um artista local, Joseneudo Pascoal Marcolino, também conhecido como Neudo, que desenhasse a igreja matriz, o mercado municipal, o coreto, o prédio antigo da Escola Agripina de Lima Pedreira e a fonte da gameleira, que representam símbolos identitários do município, para que o interesse dos alunos seja despertado, também pelo aspecto visual, já que a imagem desempenha um papel crucial para chamar a atenção de adolescentes, especialmente em um mundo saturado de informações dessa natureza, como mostram as fotos abaixo:

Figura 22– Imagens da caixa de história de São Gonçalo dos Campos (2024)



Fonte: Acervo do autor.

As pinturas na caixa têm como objetivo também propor um estudo iconográfico, levando os alunos a fazerem análises críticas e construir um paralelo entre o desenho da caixa, que remonta contornos antigos, e o atual estado de cada um dos monumentos retratados. No pensamento de Litz (2009).

Quando se trabalha com a análise de uma imagem, alguns procedimentos são necessários no processo de ensino e aprendizagem, para que não se perca a intencionalidade: usar imagens sempre como forma de aprendizado e conhecimento. Por isso, qualquer imagem precisa ser bem utilizada e bem explorada e, quando necessário, articulada a um texto, passível de ser interpretada, pois representa uma determinada época. Dessa forma, se constituirá em uma autêntica fonte de informação, de pesquisa e de conhecimento, a partir da qual o aluno pode perceber diferenças entre épocas, culturas e lugares distintos (Litz, 2009, p. 3).

Baseado nessa proposta de Litz (2009), entende-se que as imagens necessitam estar acompanhadas de texto para uma interpretação mais completa e articulada. Essa lacuna, visível em nossa caixa, pode ser preenchida com uma pesquisa prévia, solicitada aos alunos, para embasar as análises e observações feitas em sala de aula.

Segundo Litz (2009), a análise iconográfica nas aulas de história é muito relevante, pois possibilita o desenvolvimento de uma prática metodológica eficiente, mostrando-se ser um instrumento indispensável à compreensão da história. Em se tratando do estudo da história

local, onde as imagens são familiares aos alunos, entendo que o resultado pode ser ainda mais significativo, pois estamos lidando com relatos e narrativas que envolvem diretamente o leitor.

4.3 Seleção de documentos para compor a caixa de história de São Gonçalo dos Campos

Na caixa consta uma pasta arquivo dividida por categorias, com algumas sugestões de atividades, precedida por uma carta de apresentação, onde destaco sua finalidade e faço um breve histórico sobre o município de São Gonçalo dos Campos:

Caros colegas,

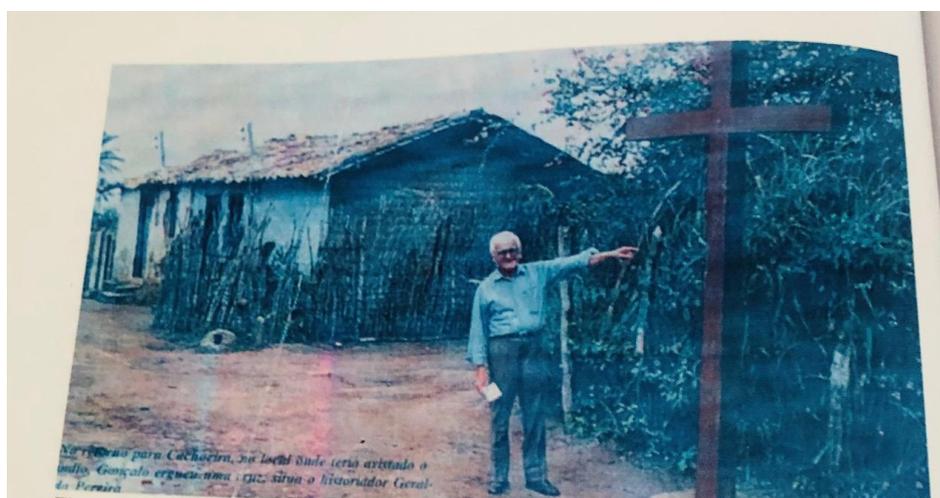
Esta é uma Caixa de História resultante do programa de mestrado do Profhistória, como SMA (Solução Mediadora de Aprendizagem), com a finalidade de reunir documentos sobre a história local de São Gonçalo dos Campos, para servir de aporte didático ao estudo de fatos relacionados ao município. Um dos objetivos é aproximar o estudo da História com elementos e conteúdos conhecidos dos alunos, condizentes com suas vivências cotidianas, para despertar um maior interesse pela disciplina História, que às vezes parece distante e desconectada com a realidade dos nossos alunos. Acredito que esse seja um trabalho inicial de coleta de dados sobre o nosso município, que poderá ser complementado com novas contribuições, tornando o projeto da “Caixa de História” mais dinâmico e rico em elementos da história local. As atividades propostas são apenas sugestões, podendo o professor adotar, complementar ou ficar livre para melhor adequar a seus objetivos de trabalho.

São Gonçalo dos Campos, também conhecida como cidade jardim, é um dos 417 municípios do estado da Bahia, na região Nordeste do país. O município possui 39.513 habitantes, 49,59% localizados em área urbana e 50,41% em área rural. Sua área é de 294,77 km² e a densidade populacional é de 129,98 hab/km², enquanto o estado tem, em média 26,54 hab/km², segundo o IBGE. Localizado no Recôncavo Baiano e na Região Metropolitana de Feira de Santana, distante 109 km da capital Salvador.

A história de São Gonçalo dos Campos deve ser entendida dentro do projeto colonizador e atrelada ao município de Cachoeira, pois São Gonçalo dos Campos, durante o período colonial até 1884, data de sua emancipação política, pertencia ao mesmo. No período colonial, Cachoeira era um importante núcleo de povoamento e de produção econômica, não só pela produção de açúcar, mas também por causa do fumo. Os currais de gado, por seu entorno, não se aclimatando na região, foram gradualmente deslocados para os campos mais

altos, os Campos da Cachoeira. A tradição oral conta que a formação do arraial foi fruto do aparecimento, considerado milagroso, da imagem de São Gonçalo, onde hoje é a sede do município, mais especificamente na Fonte da Gameleira, que passou a ser considerada milagrosa. Esse fato motivou a construção de uma capela consagrada a esse santo, com a colocação de um cruzeiro, inicialmente erguido na região da Cruz, como mostra imagem abaixo, registrada por seu Geraldo Pereira:

Figura 23 – Imagem do local, no povoado da Cruz, onde Gonçalo Macário teria fixado o cruzeiro



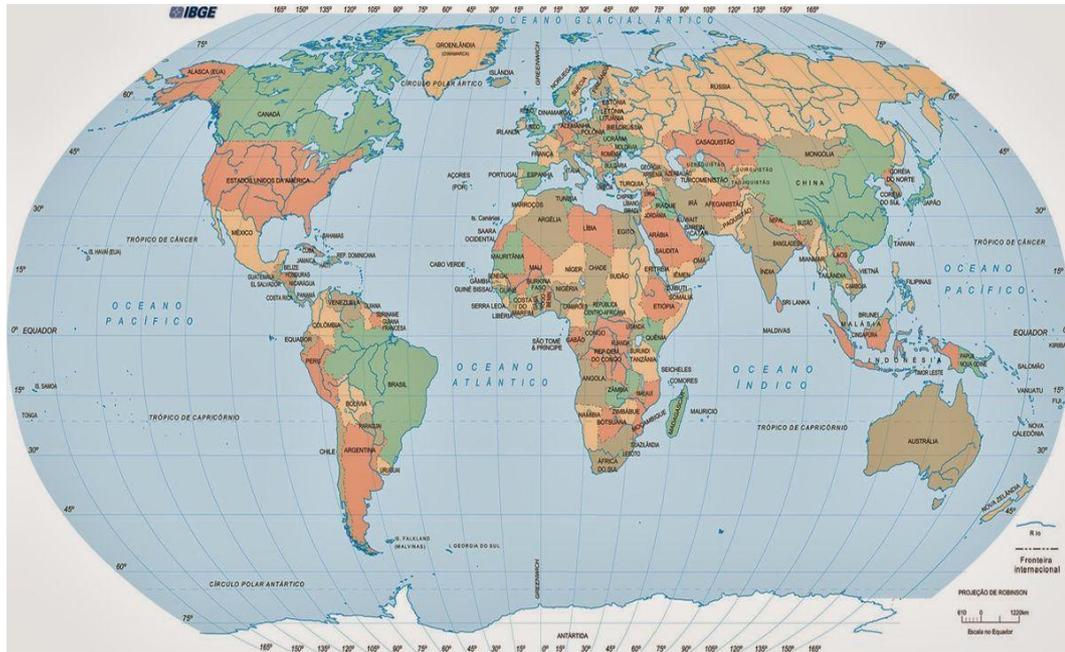
Fonte: (Pereira, 2021, p. 56).

Espero que essa Caixa de História ajude a tornar nossa disciplina mais leve e desperte mais interesse, motivando nossos alunos com os saberes históricos, aqui apresentados, tornando a aprendizagem mais significativa.

Bom trabalho a todos!

No interior da caixa trago documentos divididos por seções, compostas por itens referentes à localização, com mapas; a fundação, a economia e dados sociais; a festas populares, além de fotografias antigas. Dentre os mapas selecionados na primeira seção estão o mundi, do Brasil, do Recôncavo da Bahia e o dos limites de São Gonçalo dos Campos. Com isso buscamos situar nosso município no cenário global, nacional, regional e local, para que os alunos se situem e percebam a nossa posição no cenário geográfico mundial.

Figura 24 – Mapa-múndi



Fonte: IBGE.

Figura 25 – Mapa do Brasil



Fonte: IBGE.

Figura 27 – Mapa de São Gonçalo dos Campos no Recôncavo baiano



Fonte: Lessa, R. F. (2022), p. 137.

Trabalhar com mapas nas aulas de história reitera o diálogo constante e necessário que a nossa disciplina nutre com a geografia, reforça a interdisciplinaridade, e é fundamental para ajudar os alunos a desenvolverem a noção de espaço e tempo, compreenderem mudanças geográficas e territoriais e analisarem a relação entre diferentes eventos históricos e o espaço onde ocorreram. Diante disso, propusemos as seguintes questões para o trabalho com essa seção:

-Atividade:

1- Situe o município de São Gonçalo dos Campos no cenário global: hemisfério, continente, país.

2- No Brasil, quais são as referências de localização do município de São Gonçalo dos Campos: região, Estado e microrregião do Estado?

3- Pesquise sobre a importância da região do Recôncavo Baiano durante o período colonial do Brasil.

4- Sobre São Gonçalo dos Campos, defina seus limites ao norte, sul, leste e oeste.

5- Desenhe o mapa de São Gonçalo dos Campos e destaque os principais distritos que compõem o seu território.

6- Faça uma pesquisa sobre São Gonçalo dos Campos, destacando sua dimensão territorial, a população atual e a distância para Salvador.

Os mapas acima, principalmente os históricos da região do Recôncavo, intencionam mostrar aos alunos as principais localidades que compõem a região, bem como a sua importância no caráter intermediário entre o sertão e litoral do Estado da Bahia, assim como sua relevância para economia do país, desde o período colonial. Além disso, os mapas históricos mostram como se deu o processo de ampliação das fronteiras e limites geográficos de determinada região e que obedece a uma série de interesses políticos e ideológicos sobre os quais as representações cartográficas fornecem preciosas pistas. Trabalhar com esse tipo de fonte, contudo, representa um desafio, pois elas contam com uma linguagem específica, com um grande grau de abstração a qual demanda de quem se disponha a utilizá-la um letramento eficiente, ou seja, um letramento cartográfico, reforçando o diálogo constante que devemos manter com a geografia. Reitero o caráter sugestivo, tanto dos mapas, quanto da atividade, podendo o professor utilizar outras referências cartográficas e adequar as questões à realidade de cada turma.

Na seção a seguir o objetivo é fazer uma discussão sobre a fundação do município de São Gonçalo, apresentando aos alunos diversas fontes sobre o mesmo tema. Antes de apresentar os documentos é preciso fazer uma aula teórica ou simplesmente revisar parte do conteúdo dado no sexto ano, que trata de questões ligadas à introdução aos estudos históricos. Ou buscar em Schmidt e Cainelli (2009) orientações de como trabalhar documentos históricos em sala de aula. Sobre os documentos apresentados, temos, primeiro um recorte do jornal *NoiteDia*, publicado em homenagem aos 115 anos de emancipação, durante a administração do prefeito Clóvis Borja; em seguida, um vídeo com o mesmo memorialista retratado no jornal narra a história da fundação do município de forma oral, com uma riqueza maior de detalhes; por fim, a publicação da lei que emancipou São Gonçalo dos Campos de Cachoeira, em 28 de julho de 1984, conforme imagens abaixo:

Figura 28 – Recorte do jornal NoiteDia de 28 de julho de 1999, em homenagem aos 115 anos do município



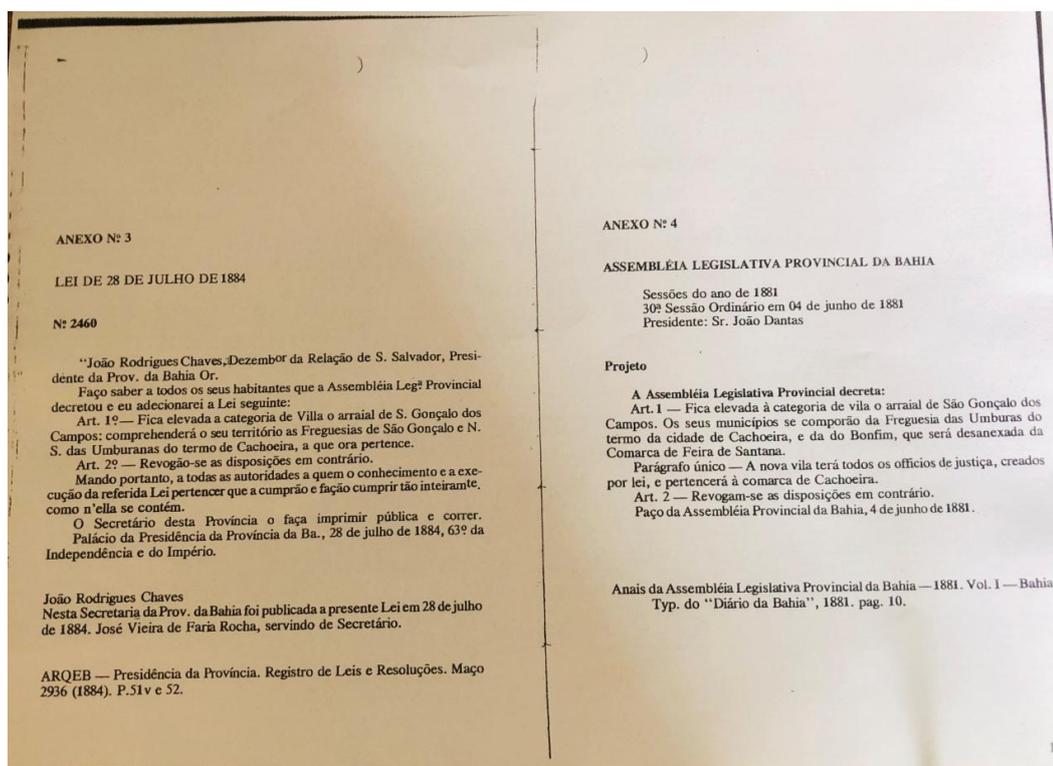
Fonte: Jornal *NoiteDia* de 28/07/1999.

Figura 29 – Vídeo de Geraldo Pereira sobre a fundação de São Gonçalo dos Campos



Fonte: YouTube.

Figura 30 – Lei de emancipação de São Gonçalo dos Campos



Fonte: Teixeira e Andrade, 1984, p. 176 e 177

Como temos três fontes diferentes, a sugestão é dividir a classe em grupos e propor as seguintes questões:

- Atividade:

1- Qual é a categoria do documento que você está analisando?
--

2- Quais assuntos são abordados em cada documento?
--

3- Em termos de temporalidade, quais são os períodos históricos retratados em cada texto?

4- Identifique o autor, quando e onde o documento foi produzido, bem como a forma utilizada para sua divulgação.
--

5- Qual é a intenção de cada documento analisado?

A atividade acima está baseada na proposta de análise sugerida por Schmidt e Cainelli (2009), pois versam questões que trazem elementos de identificação e interpretação das informações contidas em cada documento.

Na seção a seguir, apresento alguns dados econômicos e sociais sobre o município, consultados em sites do IBGE, do Wikipédia e caravela⁴⁶ com alguns informes básicos coletados, segundo o censo de 2022.

⁴⁶ Disponível em: <https://www.caravela.info/regional/s%C3%A3o-gon%C3%A7alo-dos-campos---ba>

Figura 31 – Dados econômicos e sociais de São Gonçalo dos Campos

Código do Município 2929305	Gentílico são-gonçalense	Aniversário 28 de julho
Prefeito  TARCÍSIO TORRES PEDREIRA		
POPULAÇÃO		
População no último censo [2022]	39.513 pessoas	
População estimada [2024]	41.909 pessoas	
Densidade demográfica [2022]	134,05 habitante por quilômetro quadrado	
TRABALHO E RENDIMENTO		
Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2022]	1,9 salários mínimos	
Pessoal ocupado [2022]	9.403 pessoas	
População ocupada [2022]	23,80 %	
Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo [2010]	43,7 %	
EDUCAÇÃO		
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010]	97,8 %	
IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública) [2023]	4,2	
IDEB – Anos finais do ensino fundamental (Rede pública) [2023]	3,4	
Matrículas no ensino fundamental [2023]	4.140 matrículas	
Matrículas no ensino médio [2023]	920 matrículas	
Docentes no ensino fundamental [2023]	248 docentes	
Docentes no ensino médio [2023]	37 docentes	
Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2023]	22 escolas	
Número de estabelecimentos de ensino médio [2023]	1 escolas	
ECONOMIA		
PIB per capita [2021]	30.154,12 R\$	
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010]	0,627	
Total de receitas brutas realizadas [2023]	145.067.031,23 R\$	
Transferências correntes (Percentual em relação às receitas correntes brutas realizadas) [2023]	87,45 %	
Total de despesas brutas empenhadas [2023]	141.913.198,20 R\$	
SAÚDE		
Mortalidade Infantil [2022]	9,2 óbitos por mil nascidos vivos	

Fonte: IBGE 2022, consulta feita dia 12/02/2025.

Figura 32 – Dados econômicos de São Gonçalo dos Campos

pt.m.wikipedia.org

^ Economia

O município de São Gonçalo dos Campos está no [Centro Industrial do Subaé](#) que está localizado entre o Sul de [Feira de Santana](#) e o Norte de São Gonçalo dos Campos, é o terceiro maior Centro Industrial da Bahia perdendo apenas para o [Polo Petroquímico de Camaçari](#) e para o [Centro Industrial de Aratu](#), o CIS é o maior centro industrial da [Região Metropolitana de Feira de Santana](#). Outras fontes de renda de grande importância para o município são a [Fumicultura](#), a [Avicultura](#), a [Agricultura](#) em geral e a [Pecuária](#). São Gonçalo dos Campos por estar localizada na região da [Mata Fina](#) possui o clima e o solo ideal para o plantio do fumo, está é a principal região fumageira do estado da Bahia e engloba vários municípios do [Recôncavo Baiano](#) entre São Gonçalo dos Campos e [Cruz das Almas](#). É em São Gonçalo dos Campos que está instalada a Menendez & Amerino, maior fabricante de charutos do Brasil detendo 70% do mercado nacional. Atualmente a renda do município também está voltada

Fonte: Wikipédia, consulta feita dia 12/02/2025.

Figura 33 – Dados econômicos de São Gonçalo dos Campos

pt.m.wikipedia.org

diretamente a avicultura tornando-se um novo polo regional com a Perdigão S/A e a Gujão Alimentos. O município de São Gonçalo dos Campos faz parte do Polo Avícola da Bahia que engloba vários municípios da Região do Recôncavo Baiano em que se destaca a cidade vizinha [Conceição da Feira](#) que é considerada a Capital do Frango. São Gonçalo dos Campos é a cidade em que se localiza a única indústria de tintas automotivas do nordeste a Alquimia Tintas (Ultracolor), o Centro de Distribuição do [Grupo Boticário](#) com investimentos de 155 milhões de reais, está no limite municipal com Feira de Santana na BR 101, embora a SEI considera como pertencente a São Gonçalo, a situação do limite territorial ainda está em análise na assembleia legislativa. No centro da Cidade também podemos encontrar uma filial da Mundial Promotora correspondente bancário representante das maiores instituições bancárias do país cuja matriz está localizado na cidade vizinha, [Conceição da Feira](#).^[5]

✓ Turismo e Lazer

Fonte: Wikipédia, consulta feita dia 12/02/2025.

Figura 34 – Dados econômicos de São Gonçalo dos Campos



Fonte: Site: www.caravela.info/regional, consulta feita dia 12/02/2025.

Figura 35 – Dados de abertura de empresas em São Gonçalo dos Campos e região

Abertura de Empresas

Até janeiro de 2025 houve registro de 3 novas empresas em São Gonçalo dos Campos, sendo que a maioria delas atua com estabelecimento fixo. Neste último mês, 3 novas empresas se instalaram. Este desempenho é maior que o do mês imediatamente anterior (0). No ano de 2024 inteiro, foram registradas 54 empresas.

Na região, somam-se 194 novas empresas, valor que é superior ao desempenho do ano passado. Destacam-se as cidades de Feira de Santana, Jacobina, Seabra, Conceição da Feira e Serrinha, que somaram um total de 144 novas empresas, o que representa 74,2% do total de empresas abertas na região no período.

Fonte: Site: www.caravela.info/regional, consulta feita dia 12/02/2025.

Para melhor analisar os dados econômicos e sociais do município de São Gonçalo dos Campos, propõe-se as seguintes questões:

- Atividade:

1- Considerando o PIB do município e o valor per capita, apresentados no texto, você considera essa realidade visível em São Gonçalo dos Campos?

2- Além das atividades econômicas relatadas nos textos, quais outras percebe no dia a dia do nosso município?

3- A fumicultura já foi a principal atividade econômica de São Gonçalo dos Campos. Hoje ela ocupa uma posição bem mais modesta, por quê?
4- Qual a importância do crescimento industrial para a população de São Gonçalo dos Campos?
5- Na sua opinião, quais são as principais questões sociais que não aparecem nos textos, mas que assolam o nosso município?

Saliento que os dados foram acessados no dia 12/02/2025, e considerando as atualizações que são comuns a informes dessa natureza, sugere-se uma nova consulta quando for utilizar a atividade em sala de aula. Ou, como uma outra atividade, pode-se solicitar que os alunos façam a pesquisa sobre informe atuais referentes a economia e questões sociais.

Na seção relativa à festas populares, destaco os três principais eventos que compõem um vasto calendário de comemorações durante todo o ano. A escolha se dá porque esses são os que mais atraem o público tanto local, como de toda região. São eles: a festa do padroeiro, que ocorre sempre no mês de janeiro; os festejos juninos e a festa da Boa Morte, que ocorre em agosto.

Figura 36 – Imagem da festa em louvor a São Gonçalo, padroeiro do município



Fonte: Acervo do autor.

Figura 37 – Imagem da ornamentação para os festejos juninos, em São Gonçalo dos Campos



Fonte: Acervo do autor.

Figura 38 – Imagem da festa da Boa Morte, no interior da igreja matriz de São Gonçalo dos Campos



Fonte: Acervo do autor.

As festas populares têm grande importância na história local, pois ajudam a preservar tradições, reforçam identidades e fortalecem laços comunitários. Além disso, criam momentos de encontro e celebração, fortalecendo o sentimento de pertencimento e promovem a inclusão social. Têm valor econômico agregado, já que movimentam a economia local, impulsionando o turismo, o comércio e a produção artesanal. E no caso da festa da Boa Morte, carrega uma expressão de resistência, pois preserva saberes e práticas de grupos historicamente marginalizados. Enquanto sugestão de atividade, seguem as questões abaixo:

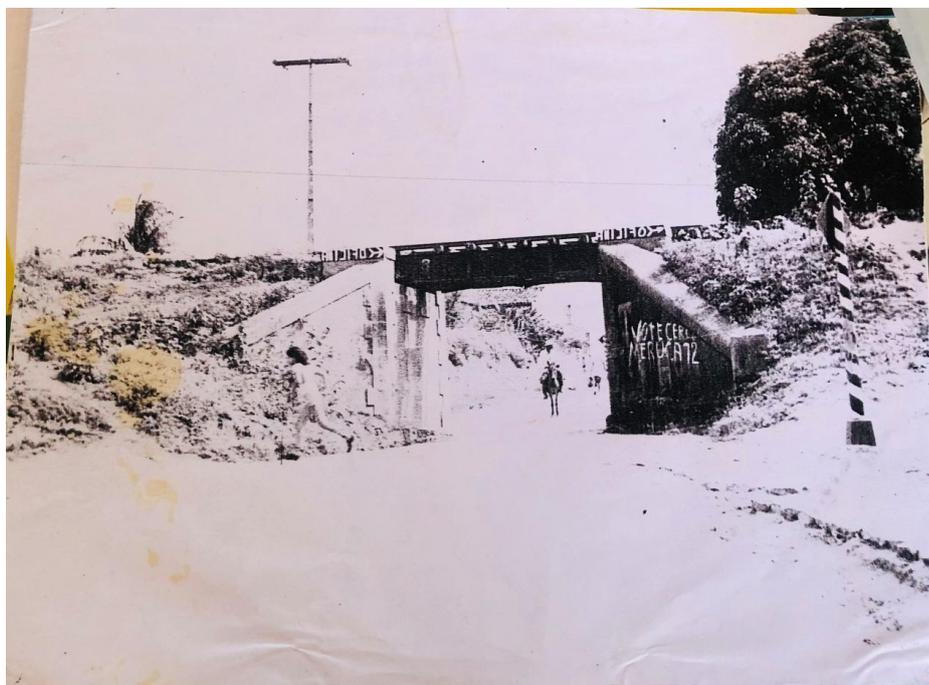
- Atividade:

1- Quais são os benefícios das festas populares para a comunidade sangonçalense?

2- Qual é a importância da manutenção desses festejos populares para a história local de São Gonçalo dos Campos?
3- De quais festejos populares você participa? Por quê?
4- Sobre a festa da Boa Morte, faça uma pesquisa sobre sua origem e importância cultural.
5- De que forma a festa da Boa Morte ajuda a combater o racismo em São Gonçalo dos Campos?

Na última seção da caixa, preencho com algumas fotografias antigas e raras de espaços de memória de São Gonçalo dos Campos, com o intuito de fazer reviver nos professores, alunos e familiares, história de lugares que talvez não existam mais, ou que se encontram modificados. A primeira é a foto do pontilhão.

Figura 39 – Imagem da ponte (o pontilhão), por onde passava o trem, em São Gonçalo dos Campos



Fonte: Acervo da professora Ana Cristina Martins.

Esse é um dos achados de pesquisa, pois nasci e cresci em uma rua logo abaixo, ouvindo as histórias sobre o “pontilhão”, que não existe mais, mas que nunca tinha visto nenhuma imagem. Foi justamente na procura por fontes que encontrei essa imagem, registrada por um fotógrafo já falecido, e que a professora Ana de Tadeu possuía em seu acervo. Hoje temos de um lado a casa de Professor Edvaldo, no centro passa a BA 502, e a casa de “Cezinha”, onde ficava essa mangueira (ao lado direito), que existiu até 2022.

Figura 40 – Imagem da antiga feira livre, na praça J.J. Seabra, de São Gonçalo dos Campos



Fonte: Museu online de São Gonçalo dos Campos.

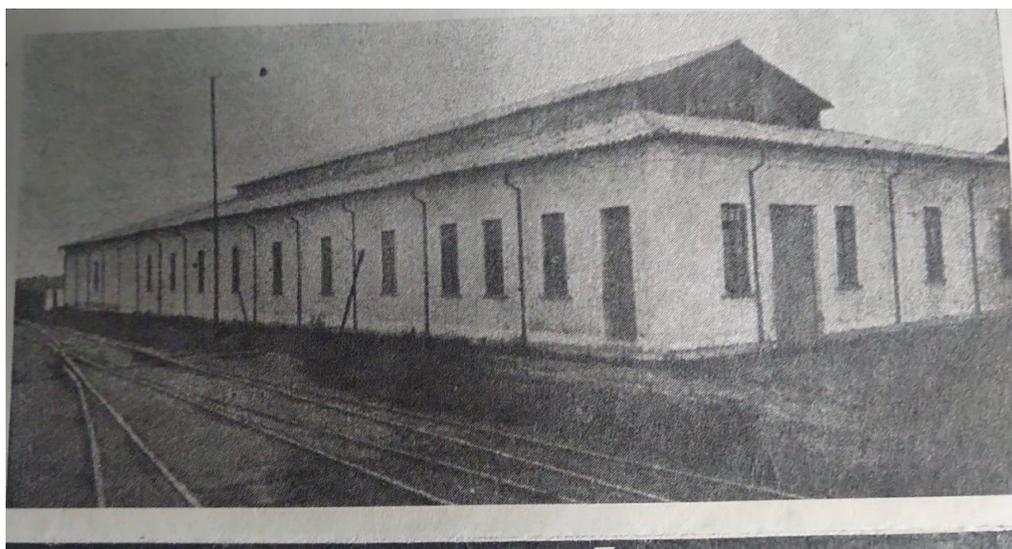
Acima, encontra-se a imagem da antiga feira livre do município que ocorria na Praça J.J. Seabra, em frente ao mercado municipal. Nela, fica visível a palmeira imperial que existia no meio da praça. Além disso, chama atenção a exposição das mercadorias pelo chão e o vai e vem de pessoas de todas as idades. Atualmente a feira ocorre no centro de abastecimento, inaugurado em 1984.

Figura 41 – Imagem de mulheres destalando e selecionando fumo



Fonte: Documentário *Erva Bruxa*, 1970.

Figura 42 – Imagem da antiga linha do trem e do armazém de fumo da COPATA (Companhia Panamericana de Tabacos) em São Gonçalo dos Campos

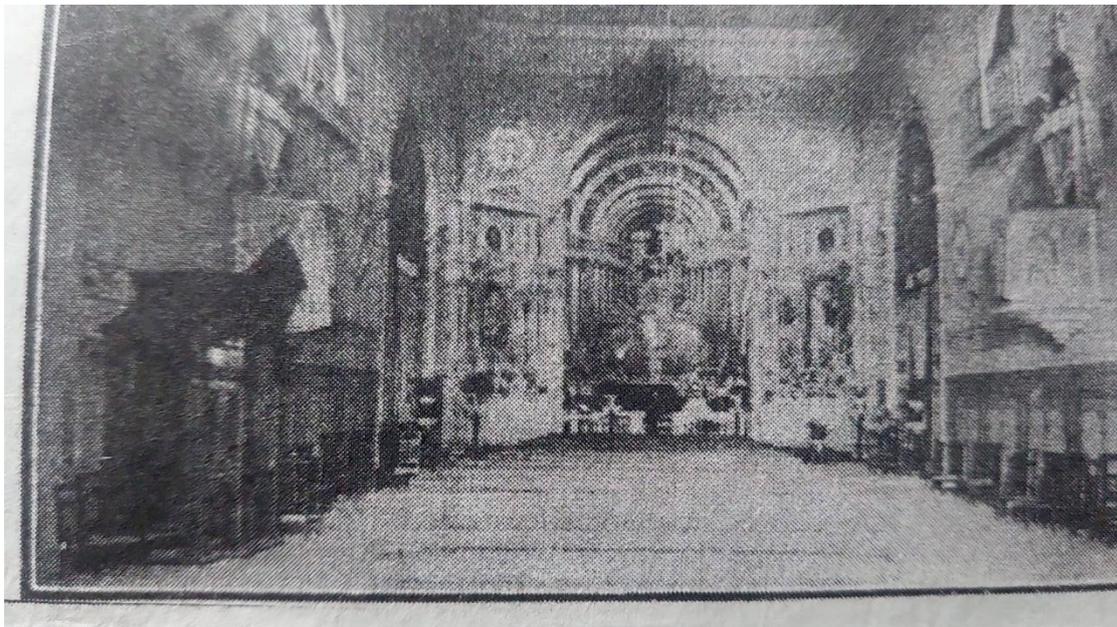


Fonte: Acervo da prof. Ana Cristina Martins.

As imagens acima fazem referência a momentos históricos locais. Primeiro o cotidiano de mulheres lidando com o fumo, destalando e fazendo seleção das folhas. Na imagem 42, vemos o armazém da COPATA, que empregava um número considerável de mulheres. Ao lado,

a linha do trem que cortava o município e ligava toda a região do Recôncavo a Feira de Santana. A linha não mais, mas as ruínas de antigos armazéns, ainda fazem parte da paisagem local, pois a economia fumageira foi dominante no município até a década de 1950.

Figura 43 – Imagem do interior da Igreja Matriz de São Gonçalo dos Campos, antes da reforma



Fonte: Acervo da prof.^a Ana Cristina Martins.

Figura 44 – Imagens de uma cadeira particular da Igreja Matriz de São Gonçalo dos Campos



Fonte: Acervo da prof.^a Ana Cristina Martins.

Acima, uma imagem do interior da igreja Matriz de São Gonçalo dos Campos, antes de passar por uma reforma de 1970. Nela percebe-se, nas laterais, a existência de algumas cadeiras nominadas, que pertenciam a alguns munícipes que tinham o privilégio de sentarem-se próximos ao altar. Na figura 44 temos a cadeira de Maria das Virgens do Nascimento, conhecida na cidade como “Maricota”.

No contexto do privilégio de famílias dentro da Igreja Católica, Rosana Falcão Lessa (2022) aborda a distinção entre classes sociais em eventos religiosos e festividades. Por exemplo, em festas como as de São Gonçalo, as elites locais ocupavam posições de prestígio, participando do coral em latim e promovendo celebrações luxuosas, enquanto as classes populares se organizavam em manifestações mais espontâneas, como blocos e cortejos.

Discutir privilégios de classe em sala de aula pode ser uma experiência enriquecedora e desafiadora, especialmente se feita de forma crítica, respeitosa e baseada em evidências históricas e sociais, como as aqui apresentadas.

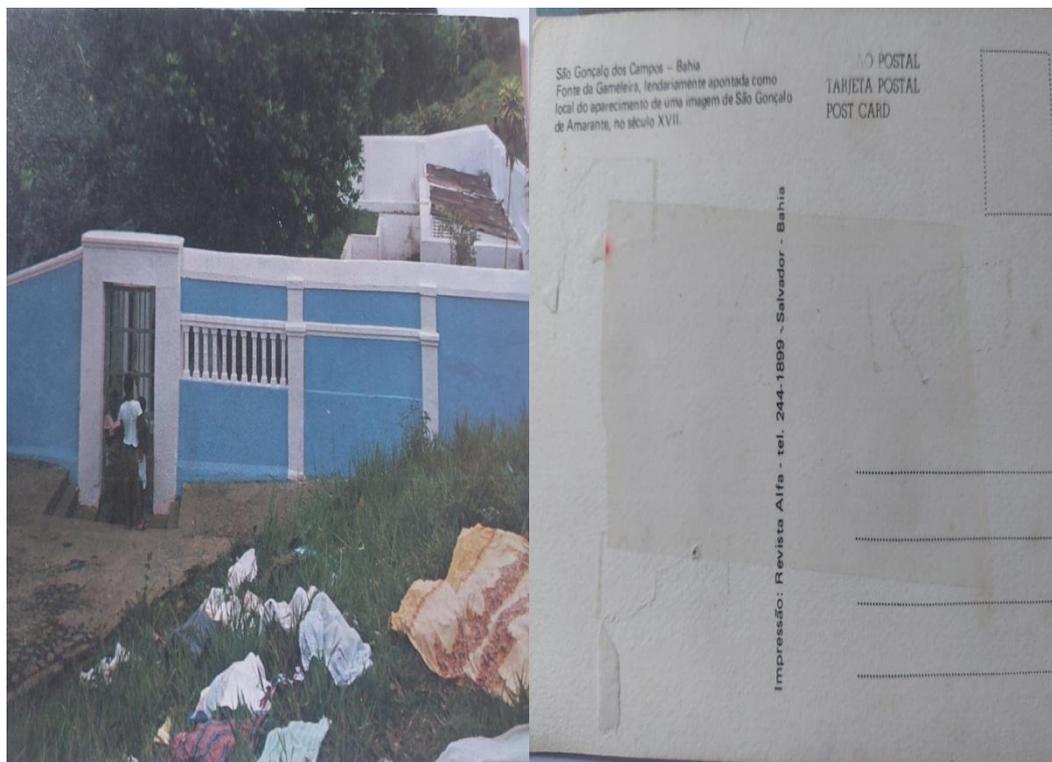
Figura 45 – Imagem de um recorte de jornal que dá existência a um álbum de 1928, sobre São Gonçalo dos Campos



Fonte: Jornal *NoiteDia* de 28 de julho de 1999.

Sobre a imagem acima, segundo o senhor Aderbal Pereira, esse álbum acabou se perdendo após diversos empréstimos.

Figura 46 – Imagem da frente e verso de um cartão postal distribuído, durante o centenário (1984) de São Gonçalo dos Campos



Fonte: Acervo da prof.^a Ana Cristina Martins.

Acima, por fim, a imagem de um cartão postal distribuído em comemoração ao centenário de São Gonçalo dos Campos, que retratava alguns lugares históricos do município, nesse caso particular, a fonte da gameleira.

- Atividade:

A proposta de atividade dessa seção será diferente. A ideia é dividir a turma em grupos e pedir pra cada um levar uma fotografia pra casa e mostrar aos familiares e registrar os relatos. Na aula seguinte, fazer a troca das fotografias, para no final do trabalho abrir uma roda de conversa e expor os mais diversos relatos e olhares colhidos. A intenção é que depois da discussão construamos um mural com as imagens e alguns relatos da comunidade, e expor na área comum da escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho realizado objetivou investigar como a história local pode contribuir para uma aprendizagem mais significativa no ensino de história, especificamente em uma turma de 7º ano do fundamental anos finais. Tensionado pelo constante desinteresse nas aulas de história, dentre outras razões pela desconexão entre o que é estudado em sala de aula com a realidade cotidiana dos discentes, buscou-se experimentar novas metodologias de ensino, como aulas de campo e análise de documentos, para dinamizar e tornar as aulas da disciplina, mais atraentes. Diante da carência de materiais didáticos, onde muitos contam apenas com o livro, foi construída uma caixa de história com documentação local para auxiliar o trabalho em sala.

Ao longo do desenvolvimento do trabalho, ficou evidente o poder de atração que inovações metodológicas, como as citadas acima, exercem sobre a motivação dos discentes, que se mobilizavam para providenciar tudo que era requisito para a efetivação das aulas. Além disso, a temática local valoriza a identidade cultural, ajuda a desenvolver o pensamento crítico, ressignifica espaços cotidianos, ajuda a promover uma cidadania mais ativa, possibilita a interdisciplinaridade, e, acima de tudo, torna a aprendizagem mais significativa, pois parte de conteúdos previamente conhecidos pela classe.

A experiência no mestrado do Profhistória revelou a importância de sempre refletir sobre a nossa prática em sala e apontou diversos e variados caminhos para melhorar nossa ação pedagógica. Essas constantes reflexões, suscitadas pelo curso, nos fez pensar permanentemente sobre os muitos desafios apresentados no ato de ensinar e aprender história. Esse retorno à academia possibilitou um olhar mais criterioso sobre o cotidiano da sala de aula, e nos inquietou em ousar e inovar a prática, buscando alcançar objetivos que de fato respondessem às necessidades de aprendizagem de nossos alunos.

A SMA (Solução Mediadora de Aprendizagem) desse trabalho, no caso uma caixa de história, foi idealizada após sugestões pensadas nas aulas de metodologia. Inspirada no projeto da professora Helenice Rocha e sua equipe da UERJ, nossa proposta foi criar uma caixa de história local a respeito do município de São Gonçalo dos Campos para servir de material didático no estudo de temáticas locais. Isso porque discussões dessa natureza, muitas vezes esbarram em falta de material adequado. Na caixa reunimos documentação referente à fundação, aspectos socioeconômicos, festas populares e fotos antigas e raras do município.

Em suma, o uso da metodologia das aulas de campo e a análise de documentos sobre a história local em sala de aula proporcionaram um rendimento satisfatório na disciplina. De um total de vinte e um alunos que compunham a turma, apenas três foram para recuperação –

coincidentalmente, os três que não participaram das atividades propostas. Conclui-se, dessa forma, que foi alcançado um índice satisfatório, pois cerca de 84% da turma foram aprovados no componente curricular.

A pesquisa ajudou a encontrar registros fotográficos raros de locais que não existem mais em São Gonçalo dos Campos ou só na memória dos mais antigos, a exemplo da ponte por onde o trem passava (o pontilhão); ou de objetos antigos, a exemplo das cadeiras personalizadas da igreja matriz. Sem falar na existência de um álbum de fotografias antigas de São Gonçalo dos Campos e de outros municípios baianos, que pode, em pesquisas futuras, desvendar o seu paradeiro. Além disso, pesquisas futuras podem estender a proposta da caixa de história para outros segmentos, a exemplo da EJA e do Ensino Médio, podendo ampliar as aulas de campo para outros locais e até visitar a cidade de Cachoeira, de onde São Gonçalo dos Campos surgiu.

Por fim, acredito que a pesquisa possa contribuir para fomentar e incentivar o desenvolvimento de um debate sobre as diferentes possibilidades para tornar o processo de construção do saber histórico escolar uma tarefa possível e efetivamente significativa em variados espaços de aula.

REFERÊNCIAS

ABUD, Katia Maria. **O ensino de história no contexto da ditadura militar: ajustamento e convivência.** IN: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; ABUD, Katia Maria (org.). 50 Anos da Ditadura Militar: Capítulos de História no Brasil. Curitiba: W&A Editores, 2014. p.53-67

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Um Quase Objeto: algumas reflexões em torno da relação entre história e região.** IN: LEAL E FARIAS, Maria das Graças de Andrade e Sara Oliveira. (Org.) **História Regional e Local III: Reflexões e Prática nos Campos da Teoria e do Ensino.** Salvador: EDUNEB, 2015

AMARAL, Moisés Santos Reis, e NASCIMENTO, Adilson Nobre do. "**História local fatimense (Fátima, Ba), uma construção da aprendizagem significativa em David Ausubel, 1985-2018.**" in Anais do V ENHS – Encontro Nacional de História do Sertão – A Interdisciplinaridade na História: diálogos entre política, economia, sociedade e cultura. Delmiro Gouveia-AL, Universidade Federal de Alagoas, 04 a 07 de dezembro de 2018

AUSUBEL, D. P. **A aprendizagem significativa: a teoria de David Ausubel.** São Paulo: Moraes, 1982.

BAPTISTA, Adolfo Eugenio Ferreira. **Caixa de história local e a construção da identidade dos alunos da educação de jovens e adultos.** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em História, 2016.

BARCA, I. Aula Oficina: do Projeto à Avaliação. In. BARCA, I. (Org.) Para uma educação de qualidade: Atas da Quarta Jornada de Educação Histórica. Braga, Centro de Investigação em Educação (CIED)/ Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2004, p. 131 – 144.

BARICKMAN, B. J. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 445 p.

BARROS, José D'Assunção. **História local e história regional – a historiografia do pequeno espaço.** Revista Tamoios, São Gonçalo, v. 18, n. 2, p. 22-53, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/tamoios.2022.57694>

BARROS, José D'assunção. **O Projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

BLOCH, Marc. **Apologia da História: ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2001.

BITTECOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: Fundamentos e Métodos**. São Paulo: Editora Cortez, 3ª edição. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Conselho Nacional de Educação**. Resoluções CNE/CP n.1 e 2/2002. Instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília, 2002.

BRASIL, Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História**. Brasília: 1997.

BRITO, C. **A PETROBRAS e a gestão do território no Recôncavo Baiano** [online]. Salvador: EDUFBA, 2008. 236 p. ISBN 978-85-232-0542-3.

CAMPOS, C.R.P.; **Aulas de Campo para a Alfabetização Científica: práticas pedagógicas escolares**. Ed. Ifes. Vitória: 2015.

CARNEIRO, Robenilton Pinto. **Fascículos de História Local: Produção de Material Didático e Possibilidades para o Ensino de História em Conceição do Coité**. Salvador: Dissertação de Mestrado – Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação. Programa de Pós Graduação em Ensino de História – PROFHISTÓRIA, Campus I. 2022.

CARRETERO, Mário. **Construir e Ensinar as Ciências Sociais e a História**. Trad. Beatriz Afonso Neves. Porto Alegre. Editora Artes Médicas, 1997.

CAVALCANTI, Erinaldo Vicente. **A história ‘encastelada’ e o ensino ‘encurralado’: escritos sobre história, ensino e formação docente**. Curitiba: CRV, 2021.

CAVALCANTI, E. (2018). **História e história local: desafios, limites e possibilidades**. *Revista História Hoje*, 7(13), 272–292.

<https://doi.org/10.20949/rhhj.v7i13.393>, 2018.

CAVALCANTI, E. **O lugar do ensino de História nas licenciaturas em História no Brasil: saberes, reflexões e desafios.** *Revista História Hoje*, 11(22), 247–272. <https://doi.org/10.20949/rhhj.v11i22.779>, 2022.

CARVALHO, Eduardo Assis; DA SILVA, Marcos Roberto França; DE MORAES ANDRADE, Eduardo. **DIÁLOGOS COM A HISTÓRIA: EXPERIÊNCIA DO PIBID-UFG-JATAÍ COM O USO DE IMAGEM E DESENHO NO ENSINO DE HISTÓRIA.** *Anais IV Simpósio Nacional (I internacional) de História da UEG*, v. 3, n. 1, p. 282-293, 2013.

CARVALHO, Maria Cristina Machado de. **Histórias de famílias: os Cazumbá em São Gonçalo dos Campos/1870-1910.** Cruz das Almas, BA: EDUFRB, 2020.

CERRI, Luís Fernando. **A formação de professores de História no Brasil: antecedentes e panorama atual.** *História, Histórias*. Brasília, v. 1, n. 2, p 167-186; 2013

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

COELHO, Lincoln Mansur; MARQUES, Adílio Jorge; SOUZA, Dominique Guimarães de. **A Teoria da Aprendizagem Significativa e o Ensino de História.** *Revista Educação Pública*, v. 19, nº 31, 26 de novembro de 2019.

COSTA, Aryana. **História local.** In: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Dias. (org.). **Dicionário de ensino de História.** Rio de Janeiro: FGV, 2019. p. 132-136.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Por um novo ensino de história: os desafios dos anos 1950-60.** In: ROCHA, Helenice, MAGALHAES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca. (org.) *Ensino de História em questão: cultura histórica, usos do passado.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

GABRIEL, Carmen Teresa et al (org.). **Narrativas do Rio de Janeiro nas aulas de história.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

GOUBERT, Pierre. **A História Local.** Trad. Marta M. Lago. In *Revista Arrabalde*. Rio de Janeiro: Petrópolis (RJ): ano I, nº 1, maio/agosto 1988, p.69-82.

GONÇALVES, Márcia de Almeida; ROCHA, Helenice Aparecida Bastos; RESNIK, Luís e MONTEIRO, Ana Maria. **Qual o valor da História hoje?** Rio de Janeiro. Editora FGV, edição 1, 2022.

HENCKLEIN, Fabiana Aparecida. **Aulas de campo: uma estratégia de ensino necessária?** Atas do IX Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências – IX ENPEC Águas de Lindóia, SP – 10 a 14 de Novembro de 2013. p.1-8.

LITZ, V. G. **O uso da imagem no ensino de História.** 2009. Curitiba. Disponível em:
<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1402-8.pdf>

LESSA, Luciana Falcão. **Senhoras do cajado : A Irmandade da Boa Morte de São Gonçalo dos Campos** - Salvador : EDUFBA, 2012. 139 p. - (Coleção Bahia de Todos)

LESSA, Rosana Falcão. **Mulheres, trabalho e memória na Bahia: o caso da indústria fumageira de São Gonçalo dos Campos, 1950-1980.** Salvador: Editora Devires, 2020.

MISTURA, Letícia e CAIMI, Flávia Eloísa. **O Ensino de História no Brasil e seus pesquisadores: Breve História sobre uma herança de tensões e proposições.** Escritas do Tempo. Volume 2, páginas 92-116, 2020.

MONTEIRO, A. M. (2013). **Formação de professores: entre demandas e projetos.** *Revista História Hoje*, 2(3), 19–42. <https://doi.org/10.20949/rhhj.v2i3.63>

MOREIRA, M.A. **Aprendizagem Significativa teoria e textos complementares.** São Paulo: Livraria da Física, 2011.

MOREIRA, Marco Antônio. **Teoria de aprendizagem.** São Paulo: EPU., 1999.

REZNIK, Luís. **O lugar da história do Brasil.** In: MATTOS, Ilmar Rohloff de, (org.). *História do ensino da História no Brasil.* Rio de Janeiro: Access, 1998. p.67-89.

ROCHA, Helenice. **Uma caixa de História Local nas mãos do professor.** In: GABRIEL, Carmen Teresa; MONTEIRO, Ana Maria; MARTINS, Marcus Bonfim. *Narrativas do Rio de Janeiro nas aulas de História.* Rio de Janeiro: Mauad X, 2016. p. 129-145

ROCHA, Helenice Aparecida Bastos. **Aula de História: evento, ideia e escrita.** *História e Ensino*, Londrina volume 21, n. 2, páginas 83 a 103, j/ dez. 2015.

SANTOS, Jucimar Cerqueira dos. **Escolas noturnas para trabalhadores na Bahia (1870-1889)** – Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

SANTOS, R.S. da. **Cultura política e participação no Recôncavo baiano hoje: uma análise sobre Cachoeira e São Felix**. Dissertação (Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora e CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo, Editora Scipione, 2009.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. **O Ensino de História Local e os desafios da Consciência Histórica**. In **Ensino de História: Sujeitos, saberes e práticas**. Rio de Janeiro, Mauad X, v 4, 2007

SILVA, Elizabete Rodrigues da. **As mulheres no trabalho e o trabalho das mulheres: um estudo sobre as trabalhadoras fumageiras do Recôncavo Baiano**. 2011. 251 f. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2011.

SILVA, José Bento Rosa da. **Família Cazumbá : as peculiaridades dos descendentes de africanos nos últimos anos da escravidão e no pós-abolição(Recôncavo da Bahia-c. 1879-2015)**; Recife; Ed. UFPE, 2018.

SOUZA, Antonio Marcos Araújo. **História Local e Educação Patrimonial do Ensino de História: Maragojipinho e sua cultura ceramista como patrimônio vivo da Bahia**. Salvador: Dissertação de Mestrado – Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação. Programa de Pós Graduação em Ensino de História – PROFHISTÓRIA, Campus I. 2021.

TEIXEIRA, Marli Geralda e ANDRADE, Maria José de Souza. **Memórias de São Gonçalo dos Campos – Bahia**. Edição Comemorativa ao 1º Centenário do Município, 1984.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1981.

VYGOTSKY, L.S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.